



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

CASSIO SASSE DOS SANTOS

**O PROEJA EM COMÉRCIO DO INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA - *CAMPUS* JÚLIO DE CASTILHOS
COMO UMA POSSIBILIDADE DE MUDANÇA DE VIDA:
CONCEPÇÕES DOS EGRESSOS.**

Jaguari – RS
2021

CASSIO SASSE DOS SANTOS

**O PROEJA EM COMÉRCIO DO INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA - *CAMPUS* JÚLIO DE CASTILHOS
COMO UMA POSSIBILIDADE DE MUDANÇA DE VIDA:
CONCEPÇÕES DOS EGRESSOS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - ProfEPT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha *Campus* Jaguari/RS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Catiane Mazocco Paniz
Coorientadora: Prof.^a. Dra. Maria Rosângela Silveira Ramos

Jaguari – RS

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Instituto Federal Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos
Processamento Técnico.

S237p Santos, Cassio Sasse dos

O Proeja em comércio do Instituto Federal Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos como uma possibilidade de mudança de vida: concepções dos egressos / Cassio Sasse dos Santos - Jaguari, RS: [s.n.], 2021.

146 f.: il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal Farroupilha – Jaguari.
Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha.
Orientadora: Profª. Drª. Catiane Mazocco Panis.
Coorientadora: Profª. Drª. Maria Rosangela Silveira Ramos.
Inclui bibliografia e apêndice.

1. PROEJA. 2. EJA EPT. 3. Instituto Federal Farroupilha. 4. Mundo do Trabalho. I. Título. II. Série.

CDU: 374.7

Índice para o catálogo sistemático:

Instituto Federal Farroupilha	377
Mundo do trabalho	37.013.078

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária

Joice Nara R. Silva – CRB -10/1826.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



CASSIO SASSE DOS SANTOS

**O PROEJA EM COMÉRCIO DO INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA - CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS
COMO UMA POSSIBILIDADE DE MUDANÇA DE VIDA:
CONCEPÇÕES DOS EGRESSOS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - ProfEPT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha *Campus Jaguari/RS*, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 09 de dezembro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.ª. Dra. Catiane Mazocco Paniz

Instituto Federal Farroupilha *Campus São Vicente do Sul/RS*
Orientadora

Prof. Dr. Adão Caron Cambraia

Instituto Federal Farroupilha *Campus Santo Augusto/RS*

Prof.ª. Dra. Mariglei Severo Maraschin

CTISM/UFSM



**INSTITUTO
FEDERAL**
Farroupilha

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.



PROFEPT
INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

CASSIO SASSE DOS SANTOS

**EBOOK:
O PROEJA EM COMÉRCIO DO INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA - CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS
COMO UMA POSSIBILIDADE DE MUDANÇA DE VIDA:
CONCEPÇÕES DOS EGRESSOS.**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - ProfEPT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha Campus Jaguari/RS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 09 de dezembro 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.ª. Dra. Catiane Mazocco Paniz

Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul/RS
Orientadora

Prof. Dr. Adão Caron Cambraia

Instituto Federal Farroupilha Campus Santo Augusto/RS

Prof.ª. Dra. Mariglei Severo Maraschin

CTISM/UFPSM

Dedico este trabalho a eles, com amor incondicional:

A ***Deus***, meu guia de luz que está sempre me intuindo,
que me capacitou e permitiu chegar a este momento.

Ao meu ***pai Flavio, minha mãe Marli e irmão Cristiano***: foram minhas referências,
meus alicerces para a vida e onde aprendi os valores que carregarei para sempre.

Vencemos muitas batalhas juntos e hoje chego até aqui, graças a vocês.

A minha ***esposa Roberta***, que esteve do meu lado com amor e apoio incondicional; e que me
proporcionou um momento mágico: ser pai da ***princesa Antonella***, que veio durante o
mestrado para alegrar ainda mais as nossas vidas. Essa conquista é nossa.

AGRADECIMENTOS

Cheguei, aqui, no meu ponto fraco, que é expressar tudo que está dentro do meu peito. Com muita emoção e gratidão seguem algumas palavras para agradecer. Na verdade, faltam palavras, mas vamos lá:

Ao Senhor Meu *Deus*, obrigado por colocar as pessoas certas em minha vida, por abrir o meu caminho e me guiar. “*Tudo posso naquele que me fortalece*”.

À minha *esposa Roberta*, pelo amor, apoio e pela compreensão nas incontáveis horas de ausência (inúmeras madrugadas). Em suas palavras jamais duvidou ou desacreditou da conclusão desse projeto profissional e pessoal! Te amo e te admiro demais! Obrigado meu amor!

À minha linda e amada *filha Antonella*, que completa 6 meses e meio nesta data em que escrevo estes agradecimentos. Mesmo bebezinha compartilhou comigo os momentos de reflexões, de dificuldades e de escrita desta dissertação. Você é uma benção, Papai te ama e estará sempre do seu lado.

Aos meus *pais, Flavio e Marli* (meus exemplos de vida), pela força e por tudo que fizeram pelos seus dois filhos. Não cabe aqui toda a gratidão, admiração e amor que tenho por vocês.

Ao meu *irmão* de sangue e melhor amigo *Cristiano*. Desde sempre meu parceiro de jornada, te agradeço pela irmandade e companheirismo de sempre. Admiro-te e conte sempre comigo. Obrigado também à minha *cunhada* Priscila, pela parceria.

Aos *familiares, sogro, sogra, enteada*, pela torcida, força e companheirismo de sempre. Vocês são 10, contem sempre comigo.

Às minhas *orientadoras*, professora *Dr.ª Catiane* e professora *Dr.ª Maria Rosângela*. Agradeço a cada momento de orientação que muito contribuiu para que esta pesquisa pudesse terminar. Confesso que tive medo e ansiedade em alguns momentos, tamanha era a missão, mas logo a professora *Catiane*, com sua calma e sabedoria, apontava para o melhor caminho. Gratidão!

Ao *PROFEPT*, à *banca, amigos, gestores e colegas* do IFFar - *Campus Júlio de Castilhos* que torceram, contribuíram e auxiliaram. Em especial às coordenações de Registros Acadêmicos e do PROEJA em Comércio pelas contribuições. Vocês foram fundamentais!

Aos *egressos* que participaram e enriqueceram a pesquisa com os seus relatos. Foi muito bom perceber que o nosso trabalho, enquanto profissionais da área da educação, proporcionou acréscimos em suas vidas.

RESUMO

Assumindo um compromisso com a construção de uma nação democrática e atendendo aos programas governamentais de formação profissional e combate às desigualdades estruturais, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ofertam cursos profissionalizantes nas modalidades de Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). A formação de trabalhadores e cidadãos no Brasil é marcada pela dualidade estrutural. Perseguir um modelo de sociedade com um sistema educacional mais acessível e igualitário à educação básica, pública, gratuita, unitária, omnilateral e de qualidade, propondo a aproximação entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática, é passo importante para a formação de sujeitos éticos, autônomos, críticos, com maior autoestima, preparados para o mundo do trabalho. Nesse sentido, a presente pesquisa se insere no interior das discussões sobre trabalho e educação, com a problematização: Quais as mudanças de vida que o PROEJA em Comércio do IFFar - *Campus* Júlio de Castilhos, promoveu aos egressos? Suas expectativas foram alcançadas? E, a partir desta, traçaram-se os objetivos, sendo: Objetivo geral: Analisar a trajetória profissional e as mudanças de vida que o PROEJA em Comércio, do IFFar - *Campus* Júlio de Castilhos, promoveu aos egressos. Objetivos específicos: Reconhecer se o curso contribuiu ou não na vida profissional e pessoal dos egressos; Identificar os desafios enfrentados pelos egressos ao concluírem o curso e ingressarem no mundo do trabalho; Identificar se os objetivos do PROEJA vem sendo atingidos pela instituição e auxiliar na reflexão de possíveis processos de repensar as ações desenvolvidas; Elaborar um produto educacional com o objetivo de divulgar para a comunidade acadêmica os resultados apresentados a partir da pesquisa realizada, destacando as concepções dos egressos, quanto às mudanças de vida que o curso promoveu. A pesquisa é de caráter qualitativo com uso de investigação bibliográfica, documental e de campo com questionários e entrevistas. A análise dos dados foi realizada a luz da análise textual discursiva (ATD). Os egressos trouxeram à luz questões importantes para compreender as mudanças em suas vidas e o enfoque do valor da educação. O ensino fundamental foi realizado nas escolas públicas por 100% dos egressos pesquisados, sendo 17 na EJA/Supletivo e 14 no ensino regular. Dos 31 egressos, 7 possuem curso superior e 5 estão em andamento; e dos 19 que não possuem graduação, 4 pretendem realizar e 3 interromperam. Conquistaram, pela educação no Ensino Médio Profissional, para além da relação com o mundo do trabalho, melhoria no sentido pleno da vida, como a autoestima, a satisfação e realização pessoal, bem como a autonomia com melhoria na leitura de mundo e senso crítico/ético. O empoderamento é o grande segredo do PROEJA. Consideramos que o PROEJA em questão, integra as dimensões da vida humana e proporcionou melhor compreensão da realidade no meio em que vivem, através do acesso ao conhecimento como direito, potencializando a consciência dos sujeitos na busca de uma sociedade transformada e mais justa.

Palavras-chave: PROEJA; EJA EPT; Instituto Federal Farroupilha; Mundo do Trabalho.

ABSTRACT

Assuming a commitment to the construction of a democratic nation and attending to government programs of professional training and combating structural inequalities, the Federal Institutes of Education, Science and Technology offers professional courses in the modalities of Professional Education Integrated to Basic Education in the Modality of Youth and Adult Education (PROEJA). The formation of workers and citizens in Brazil is marked by structural duality. To pursue a model of society with an educational system more accessible and equitable to basic, public, free, unitary, omnilateral, and quality education, proposing a break between thinking and doing, between theory and practice, it is an important step towards the formation of ethical, autonomous, critical individuals, with higher self-esteem, prepared for the world of work. In this sense, this research is inserted within the discussions about work and education, with the question: What changes in life did the PROEJA in Commerce of IFFar - Júlio de Castilhos Campus promote to the egresses? Were their expectations met? And, from this, the objectives were outlined, as follows: General objective: To analyze the professional trajectory and the life changes that the PROEJA in Commerce, of IFFar - Júlio de Castilhos Campus, promoted to the egresses. Specific objectives: Recognize whether the course has contributed or not to the professional and personal life of egresses; Identify the challenges faced by egresses upon completing the course and entering the world of work; Identify whether the objectives of PROEJA have been achieved by the institution and assist in the reflection of possible processes of rethinking the actions developed; Develop an educational product in order to disseminate to the academic community the results presented from the research, highlighting the conceptions of egresses, as to life changes that the course has promoted. The research is qualitative in nature with the use of bibliographic, documental, and field research with questionnaires and interviews. The data analysis was carried out in the light of the textual discourse analysis (TDA). The graduates brought to light important issues to understand the changes in their lives and the focus on the value of education. Elementary school was done in public schools by 100% of the graduates surveyed, 17 in EJA/supplementary and 14 in regular school. Of the 31 graduates, 7 have a college degree and 5 are in progress; and of the 19 who don't have a college degree, 4 intend to do so and 3 have interrupted it. They conquered, through education in Professional High School, besides the relationship with the world of work, improvement in the full meaning of life, such as self-esteem, satisfaction and personal fulfillment, as well as autonomy with improved world reading and critical/ethical sense. Empowerment is the big secret of PROEJA. We consider that PROEJA in question integrates the dimensions of human life and has provided a better understanding of reality in the environment in which they live, through the access to knowledge as a right, empowering the awareness of the subjects in the search for a transformed and fairer society.

Keywords: PROEJA; EJA EPT; Federal Institute Farroupilha; World of Work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Abrangência da Rede EPCT	30
Figura 2 - Mapa de abrangência do IFFar no RS	34
Figura 3 - IFFar - <i>Campus</i> Júlio de Castilhos	37
Figura 4 - Pórtico do IFFar - <i>Campus</i> Júlio de Castilhos	37
Figura 5 - Foto aérea do IFFar - <i>Campus</i> Júlio de Castilhos	37
Figura 6 - Foto aérea do IFFar - <i>Campus</i> Júlio de Castilhos	38
Figura 7 - Quantidade de respostas X Motivos das desistências	76
Figura 8 - Quantidade de resposta X Expectativas	80
Figura 9 - Quantidade de respostas X Motivos	85
Figura 10 - Quantidade de respostas X Espaços de diálogos	87
Figura 11 - Quantidade de respostas X Resultado	92
Figura 12 - Contribui para valorizar o curso?	122
Figura 13 - O que você achou do ebook?	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Trabalhos X Objetivos e principais resultados	17
Quadro 2 - Cursos ofertados no IFFar - <i>Campus</i> Júlio de Castilhos	39
Quadro 3 - Idade X Quant. Egressos	71
Quadro 4 - Ingresso X Quant. Egressos	72
Quadro 5 - Estado Civil X Quant. Filhos / Egresso	72
Quadro 6 - Estudos X Mundo do trabalho	74
Quadro 7 - Trabalho X Função	75
Quadro 8 - Tempo sem trabalho X Motivo	75
Quadro 9 - Outros motivos / desistência	76
Quadro 10 - Participação, ou não, de instituições sociais	98
Quadro 11 - Participação política e democrática	98
Quadro 12 - Características Gerais dos Egressos participantes	104
Quadro 13 - Opiniões sobre o curso e o <i>campus</i> ; e contribuições do PROEJA em suas vidas	108
Quadro 14 - Opinião / Contribui para valorizar o curso?	122
Quadro 15 - Opinião / O que você achou do ebook?	125
Quadro 16 - O ebook está claro?	125
Quadro 17 - Organização visual?	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FIC - Formação Inicial Continuada

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IF - Instituto Federal

IFFAR - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PROEFEPT - Programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

TAE - Técnico Administrativo em Administração

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNED - Unidade de Ensino Descentralizada

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1- CONTEXTUALIZANDO: DE ONDE PARTIMOS E AONDE CHEGAMOS	11
1.1- Dissertações referentes ao tema: últimos 5 anos	16
1.2- Problematização	22
2- A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUA CAMINHADA ATÉ OS TEMPOS ATUAIS	24
3- A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	29
3.1- Os Institutos Federais	31
3.2- O Instituto Federal Farroupilha	33
3.3- O Campus Júlio de Castilhos	36
4- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA À EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	41
4.1- O PROEJA Técnico em Comércio do <i>Campus</i> Júlio de Castilhos	41
4.2- O PROEJA e o contexto educacional	43
5- TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: ALIENAÇÃO X LIBERTAÇÃO	53
6- CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS QUE ORIENTARAM A PESQUISA	66
7- RESULTADOS E DISCUSSÕES	71
7.1- Conhecendo os sujeitos da pesquisa	71
7.2- As dificuldades, superações e transformações dos sujeitos do PROEJA: O Instituto Federal como uma possibilidade de mudança de vida	73
7.3- Considerações finais	109
7.4- Produto Educacional	121
7.4.1- Validação: Educadores	122
REFERÊNCIAS	128
APÊNDICE A	134
APÊNDICE B	139
APÊNDICE C	141
APÊNDICE D	143
APÊNDICE E	145

1 - CONTEXTUALIZANDO: DE ONDE PARTIMOS E AONDE CHEGAMOS

Trabalhadores e trabalhadoras, a partir da educação, qualificam e ressignificam suas vidas, em meio a resistências e lutas, contra formas de alienação e domínio que buscam padronizar a nossa existência. E nossa vida, enquanto pesquisador em um mestrado de Educação Profissional Tecnológica em rede nacional tem muita relação com esse pressuposto.

Assim como os egressos do PROEJA - Técnico em Comércio, de origem familiar composta de trabalhadores e trabalhadoras, que adentraram no curso em prol de novas perspectivas formativas, vencendo desafios, percebendo na educação importante papel para a luta por emancipação, também este pesquisador vem de uma trajetória de lutas para vencer os desafios de acesso à educação, para que permita o domínio da cultura socialmente produzida pela humanidade, uma vez negada para muitos como um direito essencial à vida em seu sentido pleno. Assim, este pesquisador, como forma de resistência, seguiu na luta estudando e trabalhando como todo filho de trabalhador que necessita batalhar em uma sociedade capitalista, permeada de contradições econômicas, políticas, culturais e sociais.

Filho de trabalhadores, compreendo a trajetória de vida e formativa sofridas, marcadas pela opressão do capital, através do esforço, versatilidade e suor por parte de meus pais, nesta sociedade capitalista cindida em classes, que exigiu batalha diária para dar sustento e almejar um futuro melhor para seus dois filhos. Meus pais trabalhadores, cruzaltenses, viram na educação a possibilidade de seus filhos se emanciparem e terem condições de lutar por outras condições de existência. Assim, para contextualizar a motivação da presente dissertação, relato, brevemente, a minha relação com o mundo de trabalho e trajetória dentro da rede de educação profissional, nesta instituição que me proporcionou uma formação humana e profissional e que sou muito grato.

Em âmbito pessoal e profissional, este estudo emerge inicialmente da experiência, enquanto Técnico Administrativo em Educação de uma instituição de ensino da rede pública federal na qual o autor trabalha há mais de 13 anos. Com trajetória muito sólida dentro da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, sou exemplo de verticalização dentro da instituição na qual ingressei aos 15 anos de idade, no ano de 2000, como aluno em um curso técnico profissional concomitante ao nível médio.

No fim do ano de 1999, com 14 anos, residindo no interior de Cruz Alta e estudando em uma escola municipal dentro de um assentamento sem-terra, quando ainda terminava a oitava série (ensino fundamental), surgiu-me a oportunidade de prestar prova no processo seletivo em uma das poucas instituições federais de ensino do RS, na Escola Agrotécnica

Federal de São Vicente do Sul, tempo depois Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, hoje *Campus* do Instituto Federal Farroupilha. Incentivado pelos meus pais, fui aprovado no processo seletivo para o curso do ensino profissional de nível técnico (técnico agrícola com habilitação em agropecuária), concomitante ao ensino médio. Naquele período, os sistemas de ensino estavam sob a influência do Decreto 2.208/97, que separou a educação “propedêutica” da profissional. Passados três anos, nos quais permaneci no regime de internato dentro da instituição, no final de 2002, com 17 anos terminava o período acadêmico do curso técnico agrícola com habilitação em agropecuária.

Então, para conclusão do curso técnico, no início de 2003, realizei estágio supervisionado na empresa Pioneer Sementes Ltda. (matriz), localizada em Santa Cruz do Sul, tendo duração de 5 meses. Trabalhava no setor de controle de qualidade e tive a oportunidade de ter uma visão panorâmica mais ampla da empresa, realizando um rodízio pelos demais setores.

Nossa formatura realizou-se em outubro do mesmo ano, após a defesa de estágio. Lá estavam meus pais e familiares orgulhosos me prestigiando. Neste período já cursava no mesmo CEFET, o Curso Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem, 1ª turma, iniciada em agosto de 2003, com duração de três anos, permanecendo no regime de internato dentro da instituição. Tinha vontade de cursar agronomia, mas não dispunha de condições financeiras para pagar a mensalidade na universidade privada que aprovei no vestibular. Muito me preocupava esse anseio, angústia, incertezas e necessidade de me lançar no mundo do trabalho. Assim, percebia as distorções e contradições do capital, e optei por realizar um curso superior rápido, tecnológico, para me colocar o quanto antes no mercado de trabalho. Já que nas universidades públicas gratuitas, com graduação com duração de cinco anos, que deveriam se destinar à classe trabalhadora, eram, e são até hoje, majoritariamente acessada pelas elites, as quais dispõem de condições financeiras de se manter e, inclusive, com cursos preparatórios; além do tempo integral para estudar.

No período de férias da graduação, para juntar um dinheiro para me manter durante o ano e adquirir experiência, prestava serviço para uma empresa terceirizada da Pioneer Sementes Ltda., na produção de campo em Cruz Alta, onde realizava inspeção de lavouras de milho, todas irrigadas por meio de pivô-central.

Em março de 2006, quando iniciava o último semestre do curso superior, surgiu-me a oportunidade de prestar concurso público para o quadro efetivo daquele CEFET, para o cargo de Técnico Administrativo – Assistente em Administração, no qual me preparei, fiz e fiquei em 2º lugar. Este concurso previa a nomeação para uma vaga. Havia uma expectativa na

criação de novas vagas para Técnicos Administrativos tanto para o CEFET de São Vicente quanto para as novas Unidades Descentralizadas que estavam por surgir, uma delas a Unidade de Júlio de Castilhos. Esta expectativa gerava muita ansiedade no aproveitamento do concurso prestado.

Logo chegou a metade do ano (2006) e junto à necessidade da realização de um estágio curricular e do trabalho de conclusão do curso, o temido TCC que tanto me exigiu comprometimento e esforço nas pesquisas e interpretações. Orientado pelo professor Dr. Marcos Gregório Ramos Hernandez, meu TCC tratava-se de um comparativo entre dois métodos de estimativa de evapotranspiração em relação ao método de estimativa padrão, o método de Penman-Monteith (estimativas para irrigação). Foi construído através de coleta de dados e cálculos por meio de fórmulas específicas para cada método e claro, exigiu-me um profundo referencial bibliográfico e de interpretações. A estrutura do TCC, após as coletas dos dados e dos referenciais bibliográficos, foi construída durante meu estágio, na Granja 4 Irmãos, que fazia parte do Grupo Josapar. Com duração de oito meses de estágio (para conclusão da graduação), morei nesta Granja localizada no interior, entre os municípios de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, RS. No estágio atuava na produção de arroz irrigado, onde acompanhava junto a um engenheiro agrônomo todas as atividades desenvolvidas, desde o preparo do solo à colheita. Num total de 7.000 ha de arroz irrigado, acompanhei as atividades em uma área de 2.400 ha.

Após o término do estágio retornei para casa, em Cruz Alta. Tive proposta de emprego de uma empresa de Cachoeira do Sul e de retorno a Rio Grande, para integrar-se a equipe efetiva da empresa. Propostas estas não aceitas, talvez pela esperança da nomeação daquele concurso em espera e pela possibilidade de realização de novos concursos.

Dias depois da nervosa e bem sucedida defesa do TCC, estava apto para a formatura, que ocorreu no dia 05 de maio de 2007. Novamente meus pais muito orgulhosos, juntamente a familiares e amigos, estavam presentes me prestigiando e festejando. Nada eu seria sem eles. Já em Cruz Alta, em novembro de 2007, fui convidado a assinar novamente contrato de quatro meses com a empresa terceirizada da Pioneer, para exercer função de inspetor de lavoura. E assim foi.

Então, em 21 de fevereiro de 2008, enfim, fui nomeado para o quadro efetivo de servidores do CEFET de São Vicente do Sul (através da 2ª colocação daquele concurso prestado em 2006), assumindo o cargo de Técnico Administrativo em Educação – Assistente e Administração, cargo que exerço até hoje. Em princípio assumi em São Vicente do Sul, com possibilidade e proposta de troca logo adiante para a UNED de Júlio de Castilhos (hoje

Campus do IFFar), o que se realizou um mês depois, quando uma colega nomeada em Júlio de Castilhos, que tem residência em São Vicente do Sul, solicitou retorno a sua terra. Meses depois, eu seria nomeado para o cargo de Técnico Agrícola no *Campus* de Bento Gonçalves devido à aprovação em concurso público realizado em 2007, porém assinei desistência por já estar bem estabelecido em Júlio de Castilhos.

Assim, minha atuação profissional se desviou da área de formação, e, até aqui, percebe-se a grande força de vontade, versatilidade e dinamismo que um filho de trabalhadores precisa ter para superar todas as dificuldades, angústias e incertezas impostas por esta sociedade capitalista. Creio que sem a oportunidade recebida, a persistência e a base/apoio da família, seria impossível. Assim, afirmo que através de uma formação omnilateral manifesta-se essa versatilidade e entendimento dos mecanismos do mundo do trabalho e da sociedade, desenvolvendo cidadãos críticos, éticos e que criam e recriam suas vidas. E somente com investimento público na educação, para expansão e garantia da qualidade, com seriedade nos processos educativos para que a oportunidade chegue a todos, poderemos vislumbrar dias melhores e uma sociedade mais justa.

Então, de imediato, a convite do Diretor Geral, assumi a Coordenação do setor de Almojarifado da UNED de Júlio de Castilhos, setor onde atuei até abril de 2013.

Em dezembro de 2008, com a nova proposta do governo Federal de transformar os CEFET's em Institutos Federais, nossa instituição deixou de ser uma Unidade Descentralizada de ensino e passou a ter status de *Campus*, compondo junto aos demais *Campus*, o Instituto Federal Farroupilha. Hoje, com mais de treze anos de atuação, o *Campus* de Júlio de Castilhos conta com aproximadamente 1200 matrículas, distribuídos em três turnos, oferecendo cursos que atendem modalidades de nível fundamental à pós-graduação.

Talvez por sempre ter pertencido à classe trabalhadora, à qual os acessos ao ensino e aos direitos constantemente são negados, é que iniciei a relação de identidade que estabeleço com a EJA e a qual me desafiou a cursar, entre 2009 e 2010, a pós-graduação lato sensu – Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Especialização em PROEJA), ofertado através da parceria entre o *Campus* Júlio de Castilhos e a UFRGS. Orientado pelo professor Dr. Fábio Azambuja Marçal, defendi com êxito o TCC com o título: “Proeja Fic: Desafiando os Educadores do Ensino Profissional”.

Neste TCC, levou-se em consideração a oferta do Curso de Implantação e Manutenção de Parques e Jardins utilizando recursos naturais renováveis, integrado ao ensino fundamental (modalidade PROEJA FIC), pelo *Campus* Júlio de Castilhos do Instituto Federal Farroupilha

em parceria com os municípios de Tupanciretã e Cachoeira do Sul. Sabendo que ali atuavam professores altamente qualificados (doutores e mestres), mas com pouca experiência na Educação de Jovens e Adultos, especialmente com o ensino fundamental, buscou-se analisar as dificuldades, os desafios, os contrastes na formação e atuação dos educadores da área profissional, verificando suas angústias, expectativas, preocupações e envolvimento com o programa, e, se estariam contribuindo com seriedade para a consolidação do PROEJA FIC, que até então se tratava de um projeto novo, repleto de inovações.

Assim, constatou-se que a pouca experiência docente poderia ser um obstáculo para o trabalho no PROEJA FIC, em contrapartida, consideramos isto inevitável devido estarem se deparando a um programa inovador e até então desconhecido, e, devido à grande expansão da educação brasileira daquele momento. Os grandes desafios apontados foram: conseguir atingir todo o público; saber se expressar de maneira em que os estudantes compreenderiam; motivar aqueles alunos a não desistir e oportunizar para que aquele curso se tornasse importante para suas vidas. Eram estudantes que não tiveram oportunidade de concluir o ensino fundamental e tiveram que ingressar no mercado de trabalho, assim, necessitariam de uma atenção muito maior por parte dos professores. Seriam necessários diferentes métodos e práticas de aprendizagem para realizar o ensino das técnicas, sempre levando em conta o conhecimento prévio e experiências que o aluno já possuía, estimulando para que contribuíssem com os colegas.

Alguns professores consideravam-se preparados e outros, não totalmente; houve ainda os que não se posicionaram devido a grande dinâmica que é atuar com uma diversidade tão grande. Porém, todos demonstraram vontade de contribuir com o aprimoramento e formação de novos profissionais e cidadãos, além de aprender com as novas experiências. Como pilares fundamentais para a consolidação do PROEJA FIC e conseqüentemente tornar um programa sério, consistente e com raízes na educação brasileira, precisaríamos de grande suporte aos educadores e Instituições de Ensino.

Atualmente atuo como Coordenador de Infraestrutura do *Campus*, cargo assumido em abril de 2013. Nestes últimos oito anos, estive à frente da fiscalização de diversos contratos administrativos correspondentes a prestações de serviços terceirizados voltados a Infraestrutura (conservação, manutenção e funcionamento do *campus*). Atuei, através de convites, respondendo interinamente pela Direção de Administração e Direção Geral, como diretor substituto. Referente às formações complementares, realizei vários cursos / capacitações na área administrativa com o objetivo de aprimorar o desempenho profissional que realizo como servidor público.

Com trajetória muito sólida dentro da rede de Educação Profissional Tecnológica, vislumbrei em 2019 atingir um grande objetivo, um sonho, que era cursar um Mestrado dentro da Instituição/Rede que me possibilitou a ascensão humana e profissional. Desde sempre busco por capacitação e progressão profissional, porém a dedicação profissional exigida aos cargos de gestão não me permitia dar continuidade à vida acadêmica, bem como realizar produção científica. Mas, com o ingresso no mestrado ProfEPT, foi possível retomar os estudos e hoje sinto que encontrei o caminho para realização profissional e pessoal. Dispondo de Coordenação e Professores com nível de excelência que dispensam comentários, consegui a orientação necessária e segui pelo caminho certo, obtendo êxito neste programa de mestrado, na linha de pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos da Educação Profissional e Tecnológica.

Assim, essa experiência já vivenciada com fortes marcas na minha trajetória formativa, ao qual me deparei com muitas dificuldades, dúvidas, angústias e incertezas, somadas à atuação profissional como Técnico Administrativo em Educação (TAE), o contato com alunos, colegas e a comunidade, inspiraram esta pesquisa e conseqüentemente a busca por aperfeiçoamento e progressão profissional, para a compreensão dos processos da educação profissional e tecnológica (EPT) e atuação de jovens e adultos após a formação. Além, de acreditar ser possível produzir conhecimentos que contribuam para descortinar as relações presentes na sociedade e para aprimorar o entendimento das relações dos estudantes da EJA EPT com o mundo do trabalho.

A imersão no mestrado nos possibilitou elementos para compreender o presente, quanto aos egressos do curso aqui sob análise, assim como uma maior compreensão da educação profissional e tecnológica (EPT) e da relação entre Trabalho, Educação e suas contradições, dadas as discussões pertinentes sobre as experiências vivenciadas de egressos e sua emancipação social e política. Essas experiências, portanto, abriram caminhos que permitiram ao pesquisador alcançar os objetivos e problema de pesquisa.

1.1 DISSERTAÇÕES REFERENTES AO TEMA: ÚLTIMOS 5 ANOS

Embora exista uma considerável produção acadêmica sobre PROEJA, é notável a forte concentração da produção em temáticas estruturais e de implementação do programa pelo Brasil, como de formação de professores e currículo integrado. As pesquisas sobre os efeitos da formação e resultados, ou seja, a inserção/reinserção profissional (mundo do trabalho) ou as mudanças nas condições de vida dos egressos do PROEJA são menos comuns.

Na busca de dissertações que tratem sobre o assunto proposto neste trabalho, realizamos uma pesquisa dos últimos 5 anos, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, com as palavras no campo de busca: “PROEJA Egressos”. Constatou-se que são poucos os trabalhos desenvolvidos que buscam analisar as trajetórias e mudanças de vida que o PROEJA promoveu aos egressos. Como pesquisas voltadas especificamente aos egressos do programa, encontramos os trabalhos de Pinto (2016), Gelsleichter (2017) e Pereira (2019). Destacamos também o trabalho de Furlan (2016), que analisa como ocorreu a implementação do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) no Instituto Federal Farroupilha. Para melhor detalhamento, segue abaixo um quadro (Quadro 1) com as dissertações encontradas no catálogo, que se aproximam do assunto proposto nesta pesquisa:

Quadro 1 - Trabalhos X Objetivos e principais resultados

(continua)

Trabalho	Objetivos e principais resultados
<p>Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA): uma avaliação de impactos nas condições de trabalho e renda dos egressos no município de Açailândia – MA (PINTO, 2016). UFMA.</p>	<p>Objetivo: Realizar uma avaliação de impactos nas condições de trabalho e renda dos egressos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos no município de Açailândia – MA.</p> <p>Principais resultados: o PROEJA apresentou diversos problemas na sua execução, principalmente com a ausência de condições mínimas para o funcionamento inicial. Depois, os egressos enfrentaram problemas com a falta de material, professores qualificados e tempo para estudar devido o trabalho. Mas, superada as dificuldades o programa tem conseguido resultados importantes na vida dos egressos com a sua proposta integrada de educação técnica e profissional, a qual permite para muitos melhorar sua posição na ocupação e alguns a retomada dos estudos.</p>
<p>A formação do trabalhador no PROEJA: Entre os laços e embaraços do discurso oficial e os diálogos PROEJA no IFG (AMORIN, 2016). UFG.</p>	<p>Objetivo: Investigar a formação do trabalhador no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional na Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) a partir do cotejamento entre o Discurso Oficial e os Diálogos Proeja no Instituto Federal de Goiás (IFG).</p> <p>Principais resultados: Do ponto de vista histórico, a integração entre Educação Profissional (EP) e Educação de Jovens e Adultos (EJA) mantém um distanciamento sistemático regido por um jogo de forças que aponta para manutenção das desigualdades de classes como principal motivo desta separação; do ponto de vista da sua concepção, a criação do PROEJA representou um acirramento das disputas políticas e ideológicas e a possibilidade de uma integração sob novos preceitos com o fomento da</p>

Quadro 1 - Trabalhos X Objetivos e principais resultados

(continuação)

	<p>formação integrada para a emancipação da classe trabalhadora; e, do ponto de vista discursivo, observou-se que a formação do trabalhador no Proeja do IFG está imbricada por um conjunto de formações discursivas distintas que aponta para a presença de uma tensão entre a conservação e a possibilidade de mudança, perceptíveis na existência de um discurso formal autoritário e outro crítico polêmico, respectivamente, cujas implicações estão diretamente relacionadas à identidade institucional do IFG e a sobrevivência de uma EJA de qualidade no seu interior.</p>
<p>Educação profissional integrada à educação de jovens e adultos: uma análise sobre o PROEJA no Instituto Federal Farroupilha (FURLAN, 2016). UNISC.</p>	<p>Objetivo: Analisar como ocorreu a implementação do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) no Instituto Federal Farroupilha (IFFar), entre 2009 e 2015.</p> <p>Principais resultados: Os discentes e os docentes da área técnica (PROEJA – Curso Técnico em Agroindústria) não compreenderam as dimensões da integração propostas pelos documentos bases do Ensino Médio Integrado.</p>
<p>O PROEJA no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – <i>Campus Sertão</i> – Conquistas, Tensões e Desafios (TAMANHO, 2016). UPF.</p>	<p>Objetivo: Analisar o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos – PROEJA no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) <i>Campus Sertão</i>, buscando verificar se a forma como o Programa é oferecido está atendendo aos objetivos propostos pelo programa quando da sua implantação.</p> <p>Principais resultados: O Proeja no IFRS, <i>campus Sertão</i>, conseguiu avanços importantes, mesmo enfrentando muitas dificuldades, entre elas: a falta de conhecimento de como trabalhar com essa modalidade e a manutenção dos alunos matriculados em atividades, evitando a desistência e a evasão. Por outro lado, é importante o retorno dos alunos à escola e os avanços proporcionados em relação à autoestima, melhoria nas condições de vida familiar e social e a satisfação de estar matriculado e fazer parte de uma instituição importante para a região. Em relação às tensões vividas no curso, a maior delas incide sobre como garantir que os alunos que iniciam o curso possam concluir seus estudos.</p>
<p>Política Pública PROEJA no IFBA <i>Campus Santo Amaro</i> (BA): (Des)caminhos, Contradições e Consequências (FLORES, 2016). UFS.</p>	<p>Objetivo: Realizar uma avaliação ex post, ou avaliação de objetivos, dessa política no IFBA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – campus Santo Amaro – BA, com o propósito de averiguar se e em que medida a sua execução favorece a inclusão socioeducacional do público da Educação de Jovens e Adultos – EJA – alvo dessa política e historicamente excluído, bem como analisar as condições de acesso, permanência e conclusão do curso Técnico em Segurança do Trabalho.</p>

Quadro 1 - Trabalhos X Objetivos e principais resultados

(continuação)

	<p>Principais resultados: Constatamos que a forma como a política vem sendo executada consiste numa nova negação dos direitos historicamente denegados aos sujeitos da EJA. O processo seletivo favorece o acesso de um público que já completou a Educação Básica; ainda assim, o PROEJA não lhe oportuniza condições de permanência e conclusão.</p>
<p>As trajetórias profissionais dos egressos do PROEJA: o IFSC <i>Campus</i> Florianópolis - Continente em análise (GELSLEICHTER, 2017). UDESC.</p>	<p>Objetivo: Investigar o processo de (re)inserção profissional dos egressos a partir da formação recebida no PROEJA. Explorou as diferentes dimensões que caracterizam o processo de (re)inserção profissional dos egressos do PROEJA do Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer, nos cursos de Confeitaria, Cozinha, Gastronomia, Guia de Turismo, Hospedagem, Panificação e Serviços de Restaurante e Bar e para isso, investigou as condições de (re)inserção destes egressos no mercado de trabalho, bem como o sentido por eles atribuído ao processo formativo vivenciado no PROEJA.</p> <p>Principais resultados: As entrevistas com os egressos demonstraram que mesmo após a formação no PROEJA os egressos reinserem-se precariamente no mercado de trabalho assumindo ocupações que orbitam em torno do trabalho simples, com baixos salários e vínculos empregatícios frágeis. Ainda que as políticas de gotejamento e alívio da pobreza, forçosamente populares no período da hegemonia lulista, tenham criado sensações de pertencimento e de elevação da autoestima dos egressos não podemos perder de vista que esta foi uma estratégia de governo que se propôs “pobre para os pobres”. Podemos evidenciar na concretude da vida dos egressos, apreendidas a partir das entrevistas, que o PROEJA não conseguiu escapar das ressonâncias da liberal democracia burguesa, materializada nos acordos firmados entre o Estado brasileiro e os organismos multilaterais cujas emanações destoam totalmente das bases referendadas para o PROEJA.</p>
<p>Entre o prescrito e o vivido: o PROEJA no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Goiás - <i>Campus</i> de Formosa (2010- 2015) (BRITO, 2017). UFU.</p>	<p>Objetivo: Analisar os limites e as possibilidades de implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - <i>Campus</i> Formosa, no período de 2010 a 2015.</p> <p>Principais resultados: A implementação do PROEJA no IFG – <i>Campus</i> de Formosa seguiu a lógica da escolarização para o trabalho, visto que as orientações das ofertas de cursos buscaram atender às proposições da classe dominante, que deseja força de trabalho para as novas exigências do mercado. A ausência de espaços de diálogos/discussões impede os agentes sociais, da Instituição, de realizar momentos de reflexões críticas acerca das proposições do programa, principalmente em relação à compreensão das especificidades do PROEJA, pois, essa política apresenta aspectos inovadores no que diz respeito à formação profissional integrada à educação básica, em particular o currículo integrado. Diante dos limites e</p>

Quadro 1 - Trabalhos X Objetivos e principais resultados

(continuação)

	<p>contradições evidenciados no processo de implementação do PROEJA neste estudo, propõe-se que a Instituição assuma a política do PROEJA como uma proposta de educação capaz de contribuir com a superação de entraves ideológicos e de processos de gestão verticalizados presentes na condução das políticas públicas educacionais, como forma de propor uma alternativa de formação cidadã para todos. Nesse sentido, as entidades proponentes do PROEJA precisam valorizar de fato a EJA, a partir da adoção de uma política que não contemple somente os fundamentos políticos pedagógicos, mas que possa oferecer condições materiais objetivas para que gestores e professores tenham espaços de formação, gestão e planejamento que contribuam com a implementação da política no meio institucional.</p>
<p>Percepções de estudantes da educação de jovens e adultos sobre o processo de formação no Instituto Federal do Pará (LIMA, 2017). UFRRJ.</p>	<p>Objetivo: Analisar as percepções dos estudantes da educação de jovens e adultos do Instituto Federal do Pará, <i>Campus Castanhal</i>, sobre o processo de formação no Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino médio, desenvolvido na Pedagogia da Alternância.</p> <p>Principais resultados: foi possível compreender e identificar a relevância da formação não só para os estudantes, como também para suas comunidades e os espaços que precisam ser dinamizados e construídos para o alcance de uma formação mais humana, que transponha a formação técnica, no diálogo e na valorização de culturas diversas e no desvelamento das desigualdades sociais, contribuindo assim com a formação de um sujeito crítico e protagonista de sua história.</p>
<p>Processos de formação profissional: um estudo com os egressos do Curso Técnico de Alimentação Escolar/PROEJA – Centro Integrado de Educação do Baixo Tocantins-Cametá-PA (PEREIRA, 2019). UFPA.</p>	<p>Objetivo: Investiga, a partir do cotidiano de trabalho de egressos do Curso Técnico de Alimentação Escolar/PROEJA, sediado no município de Cametá (Pará, Amazônia, Brasil), a relação entre o prescrito nos processos de formação profissional e a renormatização em seus ambientes laborais, em termos de saberes do trabalho acionados na dinâmica das necessidades desses ambientes.</p> <p>Principais resultados: Percebemos desarticulação entre o prescrito e o renormatizado, demonstrando distanciamento entre o trabalho como forma em que é requerido e na forma como realmente é executado. Podemos afirmar que a atividade de trabalho dos Egressos Técnicos em Alimentação Escolar possui uma formação caracterizada pelo distanciamento das noções das normas antecedentes mais abrangentes que a do trabalho prescrito, evocando situações emergentes para além das normas e prescrições, havendo saberes construídos no trabalho profissional como negação também de possibilidades de uma unidade teórico-prática como práxis em atividade.</p>

Quadro 1 - Trabalhos X Objetivos e principais resultados

(conclusão)

<p>O programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos no Instituto Federal do Amapá: perfis e expectativas de estudantes (BRITO, 2019). UNIFAP.</p>	<p>Objetivo: analisar o perfil e as expectativas de estudantes que buscam formação profissional no PROEJA, no Instituto Federal do Amapá (IFAP).</p> <p>Principais resultados: Os estudantes do PROEJA na Amazônia amapaense são, em sua maioria, jovens e adultos de baixa renda, pertencentes à classe trabalhadora, oriundos de grupos raciais historicamente excluídos e socialmente marginalizados. Ao retomar sua trajetória escolar, ora interrompida, esse grupo é impulsionado por motivações que se desdobram em expectativas relacionadas principalmente à aquisição de conhecimento, qualificação profissional, arranjo de melhor emprego e melhoria de renda, anseios considerados atendidos por menos da metade dos sujeitos da pesquisa.</p>
<p>Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica: movimentos e dialeticidade do trabalho pedagógico (ANDRIGHETTO, 2019). CTISM/UFSM.</p>	<p>Objetivo: Estabeleceu-se analisar as relações do Trabalho Pedagógico na formação dos estudantes da EJA EPT no <i>Campus</i> Santo Augusto/IFFar.</p> <p>Principais resultados: Os resultados apontam para a necessidade de readequação curricular e de um projeto pedagógico coerente com as realidades e especificidades da EJA, assim como, para a ampliação da participação da classe trabalhadora nas decisões e na política da EJA EPT.</p>

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Ainda que estes estudos tenham contribuído para nos trazer uma imagem do panorama dos efeitos da formação e resultados que o programa proporcionou, referente ao mundo do trabalho e às mudanças das condições de vida dos egressos, tal discussão não está esgotada e entendemos que são necessárias pesquisas em série, continuadas, que atentem para a compreensão das interfaces entre educação e trabalho, sobretudo no que se refere aos resultados que o PROEJA tem promovido aos sujeitos do processo e à sociedade. Nesse sentido, acreditamos que a presente pesquisa será importante para proporcionar a reflexão sobre a EJA EPT no âmbito do Instituto Federal Farroupilha, possibilitando subsídios para continuarmos lutando e defendendo a modalidade.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Para além das necessidades do capital, ao pesquisar os egressos do PROEJA em Comércio do *Campus* Júlio de Castilhos, buscou-se observar seus efeitos na emancipação do cidadão-trabalhador, ao qual percorreram trajetórias formativas na perspectiva da formação integral, cujo objetivo principal é conquistar uma educação que emancipa e liberta. Embora as atividades que desempenho não se constituam em atividades de sala de aula, na docência, minha atuação como Técnico Administrativo em Educação e cidadão me permitem observar e refletir qual é o resultado, no que diz respeito à atuação de nossos egressos, os quais buscaram formação nesta instituição que tem como proposta a formação integral dos estudantes.

Nesse sentido, com base nas exposições já realizadas, a presente dissertação teve como **problema de pesquisa**: Quais as mudanças de vida que o curso Técnico em Comércio integrado ao nível médio na modalidade PROEJA, do IFFar - *Campus* Júlio de Castilhos, promoveu aos egressos? Suas expectativas foram alcançadas? E, a partir desta, traçaram-se os objetivos, sendo: **Objetivo geral**: Analisar a trajetória profissional e as mudanças de vida que o curso Técnico em Comércio integrado ao nível médio na modalidade PROEJA, do IFFar - *Campus* Júlio de Castilhos, promoveu aos egressos. **Objetivos específicos**: Reconhecer se o curso contribuiu ou não na vida profissional e pessoal dos egressos; Identificar os desafios enfrentados pelos egressos ao concluírem o curso e ingressarem no mundo do trabalho; Identificar se os objetivos do PROEJA vem sendo atingidos pela instituição e auxiliar na reflexão de possíveis processos de repensar as ações desenvolvidas; Elaborar um produto educacional com o objetivo de divulgar para a comunidade acadêmica (profissionais da educação e alunos) os resultados apresentados a partir da pesquisa realizada, destacando as concepções dos egressos, quanto às mudanças de vida que o curso promoveu.

Para alcançar estes objetivos, a pesquisa está estruturada em sete capítulos. Neste primeiro capítulo, introdutoriamente, contextualizamos de onde partimos e aonde chegamos, justificando a relação do pesquisador com a pesquisa, com o mundo do trabalho e com a rede de educação profissional. Também apresentamos a revisão com as dissertações relacionadas ao tema nos últimos 5 anos; o problema de pesquisa e os objetivos.

No segundo capítulo faz-se um breve resgate histórico demarcando a caminhada da Educação Profissional desde a sua criação até os tempos atuais.

O terceiro capítulo, intitulado “A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”, aborda a fundamentação para a criação, os objetivos e legislações pertinentes

que definem a rede e os institutos federais, além de dar ênfase às características do Instituto Federal Farroupilha e do *Campus* Júlio de Castilhos, cuja é o promotor do curso pesquisado.

No quarto capítulo, caracterizamos o curso PROEJA Técnico em Comércio do *Campus* Júlio de Castilhos, dando prosseguimento com as especificações do programa e sua contextualização educacional ao apresentarmos questões teóricas sobre o PROEJA, tendo como pressupostos a concepção de formação humana integral como proposta de Educação Profissional.

No quinto capítulo, intitulado “O Trabalho como Princípio Educativo: Alienação X Libertação”, com apoio de fundamentação teórica, realizamos relações entre a teoria e a prática na busca da transformação dos estudantes. Discutimos também, considerando a educação de jovens e adultos, a questão da educação profissional, bem como aspectos sobre o trabalho como princípio educativo, para que se aproxime do objeto de estudo, no sentido de permitir a reflexão do que se trata uma educação integral libertadora.

No sexto capítulo retomamos a problematização, objetivos e são apresentados os caminhos metodológicos percorridos que orientam a pesquisa.

No sétimo e último capítulo apresentamos os resultados e discussões, com destaque, ao tomarmos a Análise Textual Discursiva (ATD) como luz para a análise de dados, para a grande categoria emergida: “*As dificuldades, superações e transformações dos sujeitos do PROEJA: O Instituto Federal como uma possibilidade de mudança de vida*”. Posteriormente apresentamos as considerações finais, de forma sintética, retomando os achados da presente pesquisa e colocando os nossos pontos de vista. E em um último momento, apresentamos o produto educacional com o objetivo de divulgar para a comunidade acadêmica (profissionais da educação e alunos) os resultados apresentados a partir da pesquisa realizada, destacando as concepções dos egressos, quanto às mudanças de vida que o curso promoveu.

2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUA CAMINHADA ATÉ OS TEMPOS ATUAIS

Embora tenham existido experiências anteriores, o marco de uma política nacional para o que hoje se chama “Educação Profissional” se dá no início do século 20. Nascia aquilo que, com muitas mudanças ao longo do caminho, hoje se reconhece como a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), composta em 2019, de acordo com o site do Ministério da Educação (MEC), por 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federativas do país.

Foram necessários 112 anos para chegarmos neste contexto educacional que hoje vivenciamos em nosso país. Assim, para situar-nos historicamente, trazemos Kuenzer (2007), que relata que a formação profissional como responsabilidade do estado iniciou-se a partir de 1909, através do Decreto-Lei Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 (presidente Nilo Peçanha), com a criação de 19 escolas de artes e ofícios nas diferentes unidades da federação, com a finalidade de educar pelo trabalho (formação do caráter pelo trabalho), os órfãos, pobres e desvalidos a sorte, retirando-os da rua. A motivação para isso não poderia ser mais clara: o foco era aqueles que, aos olhos do governo, precisavam de caridade e disciplina.

Até 1932, para a formação de trabalhadores (demandadas pelo processo produtivo), ao curso primário havia alternativas do curso rural e curso profissional com duração de quatro anos, que poderiam ser sucedidos no nível ginásial por formações: normal, técnico comercial e técnico agrícola. Para as elites havia outra trajetória: o ensino primário, seguido pelo secundário propedêutico, completado pelo ensino superior.

A partir da expansão industrial, nos anos de 1930, e com o objetivo de atender demandas da política de industrialização por substituição de importações, elas se fortaleceram. Com a Lei Nº 378/1937, as Escolas de Aprendizes Artífices são transformadas em Liceus Industriais e, nos anos seguintes, tiveram alterada sua denominação para Escolas Industriais, com a responsabilidade de expandir o ensino profissional, em todo o território nacional.

É no período de 1930 a 1945 que a economia brasileira altera definitivamente o seu eixo, deslocando-se da atividade agroexportadora para a industrial. É assim plantada a semente do capitalismo industrial nacional, com pesado apoio estatal.

A existência das escolas públicas profissionalizantes, de forma explícita, vai ao encontro dos interesses do capital industrial, segundo o novo modelo de desenvolvimento. Em decorrência do processo de mudança da sociedade, essas escolas vão se posicionando, de forma mais direta, vinculadas às políticas de desenvolvimento econômico, aspecto esse que

consagrou sua mais visível referência: qualificar mão de obra tendo em vista o seu papel estratégico para o país, característica típica de governos no estado capitalista moderno no que concerne a sua relação com o mercado, objetivo que se complementa com a manutenção, sob controle social, dos excluídos dos processos de produção.

Desse modo, a formação de trabalhadores e cidadãos no Brasil é marcada pela dualidade estrutural. Divisão entre Capital e Trabalho. De um lado formação acadêmica, funções intelectuais, de planejamento e supervisão e de outro lado, funções instrumentais, de execução, voltada ao trabalho.

Em 1942, com a Reforma Capanema, são criados, para as elites, os cursos médios de 2º ciclo, científico e clássico (3 anos de duração), destinados ao preparo para o curso superior. Para a formação profissional de trabalhadores instrumentais, em nível médio de 2º ciclo, existiam o agrotécnico, o comercial técnico, o industrial técnico e o normal, que não davam acesso ao ensino superior. Para atender o paradigma taylorista/fordista, em 1942, que passava a exigir mão de obra qualificada, emerge o sistema de ensino privado, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Nesse período também são criadas as escolas técnicas, através da transformação das escolas de artes e ofícios (KUENZER, 2007).

A pedagogia do trabalho taylorista/fordista priorizou os modos de fazer e o disciplinamento, considerando desnecessário ao trabalhador ter acesso ao conhecimento científico que lhe propiciasse o domínio intelectual das práticas sociais e produtivas e a construção de sua autonomia. A organização de trabalho no sistema taylorista-fordismo transformava o trabalhador em objeto de trabalho, em outras palavras, escravo da produção. Nessa relação, o trabalhador sofria um conjunto de consequências psicológicas e físicas, devido à carga horária de trabalho e o estresse, entre outros. Além da pouca remuneração, havia muito trabalho e metas de produção para cumprir, gerando uma situação desumana, que vendia não somente a força de trabalho, mas a “alma” do sujeito para a produção do capital.

No final dos anos de 1950, por meio da Lei Nº 3.552/1959, as Escolas Industriais deram origem às Escolas Técnicas Federais (autarquias). Com isso, intensificam gradativamente a formação de técnicos: mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização. Com maior autonomia administrativa e escolar, essas instituições preparariam os jovens para o exercício de uma atividade especializada, em nível médio. Além disso, essa lei estabelecia que os cursos deveriam adequar-se às exigências do mercado de trabalho da região. Em virtude da qualidade de formação ofertada, as Escolas

Técnicas Federais passaram a atender demandas de grandes empresas privadas ou estatais, nos anos de 1960-1970.

Em 1961, com a LDB da Educação Nacional (lei 4.024/1961) é estabelecida a plena equivalência entre os cursos profissionais e os propedêuticos para fins de prosseguimento aos estudos. Porém, essa equivalência não supera a dualidade estrutural, que seguem a distinguir a formação dos trabalhadores instrumentais dos intelectuais através de diferentes projetos pedagógicos.

Kuenzer (2007) relata ainda, que em 1971, com a lei 5.692/1971, todos teriam uma única trajetória, com a profissionalização compulsória no ensino médio. Tempo marcado pelo crescimento acentuado da economia, a euforia do “tempo do milagre” que demandava por força de trabalho qualificada no nível técnico. A euforia do milagre não se concretizou nos patamares esperados, assim a proposta de generalização da profissionalização no Ensino Médio (E. M.) caiu por terra com o parecer 76/1975, que restabelecia a modalidade de educação geral, consagrada pela lei 7.044/1982. Retomando assim, o modelo anterior com escolas propedêuticas para as elites e profissionalizantes para os trabalhadores.

Em 1994, a Lei Nº 8.948/1994, permitiu a transformação de Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, com a finalidade de, além de ofertar ensino profissionalizante, inclusive em nível superior, realizar pesquisas e desenvolvimento tecnológico para criação de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e a sociedade.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, nº 9394, é aprovada e, no ano seguinte, o Decreto nº 2.208 regulamenta os artigos da nova LDB que tratam especificamente da educação profissional. A chamada “Reforma da Educação Profissional” é implantada dentro do ideário de Estado Mínimo, com fortes reflexos nas escolas federais de educação profissional do país, com o objetivo de facilitar a atuação e inserção do estudante no mercado de trabalho. Além disso, tende a atuar de forma articulada com os diferentes níveis e modalidades da Educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Para Maraschin (2019), outro fato importante com a promulgação da LDB 9394/1996 foi o resgate de pontos essenciais da EJA, que estimulam a elaboração de propostas que objetivam a promoção de igualdade para acesso e permanência do estudante na escola, a adoção de concepções pedagógicas que valorizem a experiência extraescolar e as relações entre educação, trabalho e práticas sociais.

Nesse sentido, percebe-se que a educação de jovens e adultos, desde a Constituição de 1988, a LDB 9394/96, o Parecer nº 11/2000, os decretos que implantam o PROEJA (decreto

nº. 5.478/2005 e posteriormente alterado pelo Decreto nº 5.840/2006) e através das discussões realizadas pelos Fóruns de EJA no Brasil, tem avançado significativamente no plano legal das políticas públicas. Porém sabe-se que o Brasil ainda possui altos índices de sujeitos excluídos, não escolarizados e em situações de desigualdade social (MARASCHIN, 2019).

No ano de 2003, com o governo federal, são editadas novas medidas para a educação profissional e tecnológica. Há a substituição do Decreto nº 2.208/97 pelo Decreto nº 5.154/04 (alterado pelo Decreto nº 8.268 de 2014), que elimina as amarras estabelecidas por aquele, que se traduziam numa série de restrições na organização curricular e pedagógica e na oferta dos cursos técnicos, resgatando e possibilitando a formação integrada da educação profissional com o ensino médio. Porém, atualmente, as formas concomitantes e não integradas voltam a ser possibilidades pelas últimas políticas implementadas pelo governo federal.

Assim, a expansão da educação profissional e tecnológica integra-se à agenda pública que prevê a presença do Estado na consolidação de políticas educacionais no campo da escolarização e da profissionalização. Assume, portanto, o ideário da educação como direito e da afirmação de um projeto societário que corrobore uma inclusão social emancipatória. É evidente a atuação do governo federal no sentido da expansão da oferta pública e da melhoria do padrão de qualidade da educação brasileira, em especial da educação profissional e tecnológica em todo o território nacional, articulando-a com ações de desenvolvimento territorial sustentável e orientando-a para a formação integral de cidadãos-trabalhadores emancipados.

Nesse contexto, toma-se a decisão de ampliar o número de escolas federais de educação profissional e tecnológica, dando início a um processo de crescimento capaz de gerar reflexos mais amplos para a educação brasileira, culminando com a Lei Nº 11.892 de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) e permitiu a criação dos Institutos Federais e a mudança para chegarmos ao cenário atual em que se encontramos.

Conhecida inicialmente como instrumento de política direcionada para as classes proletárias ou desprovidas, a rede federal por meio dos Institutos Federais e da expressiva expansão da rede, a partir de 2008, configura-se como estrutura fundamental para promover a educação profissional e tecnológica (EPT) inclusiva e de qualidade. A Rede Federal, neste momento, em função da sua capilaridade, é a grande responsável pela formação de milhares de cidadãos qualificados para mundo do trabalho, proporcionando o desenvolvimento de todas as regiões do País.

Em 2011, por meio da Lei 12.513, cria-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Com a reformulação da Lei n.º 13.415/2017 (reforma do Ensino Médio) e a Resolução CNE/CP nº 01/2021 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, são retomados os contextos educacionais de várias décadas atrás, com a separação entre educação propedêutica e educação profissional, evidenciando e potencializando a dualidade educacional histórica de nosso país que separa a educação para o rico e para o pobre. Parece ser um retrocesso quanto à expansão da EPT, ao PROEJA e à formação integrada.

3 A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

A Lei Nº 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a possibilidade da oferta de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi (reitoria, campus, campus avançado, polos de inovação e polos de educação à distância), especializada na oferta de educação profissional técnica e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, bem como, na formação de docentes para a Educação Básica. Especializados na oferta de EPT em todos os seus níveis e formas de articulação com os demais níveis e modalidades da Educação Nacional, oferta os diferentes tipos de cursos de EPT, além de licenciaturas, bacharelados e pós-graduação stricto sensu.

A Rede EPCT, também conhecida por Rede Federal, constituiu-se em um marco na ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no país. Reconhecida pela qualidade do ensino ofertado, pela diversidade de cursos e por sua relevante atuação junto à população e às empresas locais, atua no sentido de potencializar o que cada região oferece de melhor em termos de trabalho, cultura e lazer.

Importante destacar também os objetivos gerais da Política de Educação Profissional e Tecnológica definidos pelo MEC, conforme o PDI do IFFar (2019, p. 19):

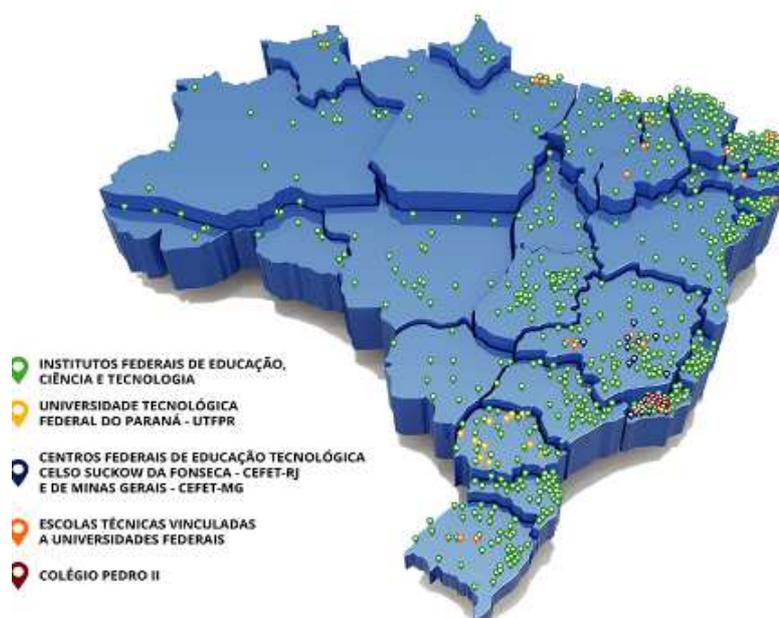
Expandir, ampliar, interiorizar e consolidar a rede de Institutos Federais e Universidades Federais, permitindo a ampliação da oferta de vagas e a democratização do acesso; » Promover a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional e estimulando a permanência de profissionais qualificados no interior do país; e » Potencializar a função social e o engajamento dos Institutos Federais e Universidades como expressão das políticas do Governo Federal na superação da miséria e na redução das desigualdades sociais e territoriais.

A expansão da rede federal de EPT não foi apenas um movimento de crescimento numérico das escolas sob os postulados anteriores que lhes regulamentavam, mas constituiu também a possibilidade de uma mudança de perspectiva e atendimento do seu público, que implicou, provavelmente, no retorno às suas origens com a previsão de atendimento do público de jovens e adultos na modalidade de EJA. Obviamente, a garantia do direito de acesso a estas instituições pelo público de jovens e adultos trabalhadores precisa ser ainda instituída como política pública e garantida em termos qualitativos e quantitativos não só com

observância dos percentuais mínimos de oferta como sua possível ampliação (AMORIM, 2016).

Em 2019, de acordo com informações obtidas no portal do Ministério da Educação (MEC), a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica estava composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Considerando os respectivos *campus* e unidades administrativas associadas a estas instituições federais, somava-se ao todo 661 unidades espalhadas por diversas cidades em todos os Estados e no Distrito Federal.

Figura 1 - Abrangência da Rede EPCT.



Fonte: Portal do MEC.

No âmbito do Ministério da Educação, compete à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) o planejamento e o desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, incluindo a garantia de adequada disponibilidade orçamentária e financeira.

Ainda, de acordo com a plataforma Nilo Peçanha 2020 (ano base 2019), a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica atendeu ao longo do ano de 2019 um total de 1.023.303 estudantes que frequentavam um dos 10.888 cursos. Os estudantes atendidos estão distribuídos em cursos que vão da educação básica até a pós-graduação, apontando uma das características da Rede, que é a verticalização do ensino. Para isso, a estrutura nacional contava com 46.688 professores e 35.542 Técnicos Administrativos em Administração (TAE)

com gasto geral corrente por matrícula de R\$ 15.741,98. Para efeito de comparação, o IFFar apresentou gasto geral no mesmo período de R\$ 19.438,41 por matrícula.

Os dados da Plataforma apontam ainda para o perfil dos estudantes atendidos. A partir de uma amostragem da renda declarada pelos ingressantes, observou-se que 55,8% deles têm renda familiar per capita de até um salário mínimo. Em relação à classificação racial, prevaleceu a parda, com 48,7% do total, seguida pela branca, com 38,22%. Em relação aos professores da Rede Federal, os dados da Plataforma Nilo Peçanha apontam que a maioria tem mestrado (51,39% do total) ou doutorado (34,09%).

As instituições da Rede Federal seguem as determinações da Lei nº 12.711 de 2012, com a reserva de 50% das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o nível anterior em escolas públicas, sejam matriculados em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Ainda, metade delas é voltada para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita. Em ambos os casos, também são levados em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas na Unidade Federada, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.1 OS INSTITUTOS FEDERAIS

Os Institutos Federais possuem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, caracterizando-se como uma instituição com natureza jurídica de autarquia. Equiparados às universidades, os institutos são instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, além de detentores de autonomia universitária.

Destaca-se pela amplitude de cursos ofertados desde a formação inicial e continuada de trabalhadores a cursos de pós-graduação e pela sua atribuição no desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas por meio de pesquisas aplicadas e as ações de extensão junto à comunidade com vistas ao avanço econômico e social local e regional. Além do ensino verticalizado, outro diferencial é o alinhamento dos projetos de ensino, pesquisa e extensão aos arranjos produtivos locais e às demandas do mundo do trabalho, potencializando o desenvolvimento regional e gerando empregabilidade dos egressos, além de promover a inclusão.

Outro aspecto importantíssimo é o processo de interiorização da educação profissional através dessas instituições, especialmente, porque descentraliza a oferta educacional para municípios do interior, algo que antes estava concentrado em capitais e regiões

metropolitanas. Concordamos com Pacheco (2015), que afirma que a consolidação dos Institutos Federais (IFs) está necessariamente alicerçada com uma missão estratégica deles para o País. Negligenciar nesse momento a perda de identidade dessa importante rede poderá comprometer a contribuição que ela pode dar ao País.

Política Pública de Desenvolvimento Local e Regional, no qual integra Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura na busca de uma educação emancipadora/libertadora, os Institutos Federais, de acordo com Pacheco (2015), se constituíram como uma promessa revolucionária, pois, entre outros fatores, agregava instrumentos inovadores, como a verticalidade, a certificação de saberes não formais, a formação de professores, além de apresentar uma capilaridade e uma adequação aos arranjos produtivos locais. Representam, em tese, uma revolução na educação profissional. Suas novidades propostas e sua força institucional não encontram precedentes na história da educação brasileira. Eliezer Pacheco, o então secretário de educação profissional e tecnológica da época da criação, afirma no livro de 10 anos do IFFar (2018, p. 5-6):

Os IFs são a mais ousada e criativa política educacional já experimentada em nosso país. É o que se aproxima daquilo que Freire chama de “Inédito Viável”. Fruto de um debate democrático, envolvendo os CEFETs, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades e Agrotécnicas Federais, coordenado pela SETEC /MEC e pelo ministro Fernando Haddad, os IFs se tornaram a mais importante iniciativa governamental da história educacional brasileira. Este debate foi intenso, mas conduzido pelo firme propósito de construir uma nova institucionalidade, comprometida com os trabalhadores, os excluídos e com um Projeto de Nação Soberana e Inclusiva, rompendo com o elitismo das políticas historicamente implementadas no país. [...] O orçamento para o MEC, em 2003, era de R\$ 18,1 bi, pulando para R\$ 54,2 bi em 2010, quase triplicou em oito anos do governo Lula. Se considerarmos até 2016, [...] chegamos a R\$ 100 bi. Nunca a educação brasileira foi tão priorizada.

Instituição pública de qualidade, capaz de promover o crescimento e atender às expectativas de uma sociedade em constante transformação, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados através da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, trazendo como objetivo no seu Art. 8º, garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.

Os Institutos Federais devem, ainda, garantir o mínimo de 20% de suas vagas para atender a oferta de cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

Também são de responsabilidade das instituições federais de educação profissional, científica e tecnológica (IFs) a implantação de programas de educação de jovens e adultos, conforme previsto no Decreto nº 5.840/2006, de criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). A oferta nessa modalidade pelos Institutos deve alcançar pelo menos 10% do total das vagas de ingresso da instituição. Esta meta do PROEJA contribuiu para o atendimento de um dos objetivos dos IFs estabelecidos em sua lei de criação (Lei nº 11.892/2008) de atender ao público da educação de jovens e adultos nesta forma integrada de oferta.

Então, assumindo um compromisso com a construção de uma nação democrática e atendendo, principalmente, aos programas governamentais de formação profissional e combate às desigualdades estruturais, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ofertam cursos profissionalizantes nas modalidades de Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Essa oferta visa promover a inclusão social com foco voltado para a promoção do desenvolvimento regional, levando em conta as peculiaridades, as potencialidades, as identidades e as características de cada região.

Dos 38 IFs distribuídos por todos os estados brasileiros, 3 encontram-se no Rio Grande do Sul, sendo eles: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, com Reitoria em Bento Gonçalves; o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio-Grandense – IFSul, com Reitoria em Pelotas e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IFFar, com Reitoria em Santa Maria.

3.2 O INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

De acordo com o seu site institucional, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, de sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos, da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, e do acréscimo da Unidade Descentralizada de Ensino de Santo Augusto que anteriormente pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves.

Segundo o site, de acordo com a lei de sua criação, o IFFar é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Apresenta como

missão, visão e valores:

Missão - Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública e gratuita, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável. **Visão** - Ser excelência na formação de técnicos de nível médio, professores para a educação básica e demais profissionais de nível superior, por meio da interação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação. **Valores** – Ética; Solidariedade; Responsabilidade social, ambiental e econômica; Comprometimento; Transparência; Respeito; Gestão democrática e Inovação (SITE INSTITUCIONAL, 2021).

Atualmente, de acordo com o site institucional, o IFFar está constituído por onze *Campus*, dois Centros de Referência e quinze Polos de Educação a Distância (Barra do Quaraí, Cachoeira do Sul, Candelária, Frederico Westphalen, Giruá, Panambi, Ronda Alta, Rosário do Sul, Santiago, Santa Rosa, São Borja, São Gabriel, São Vicente do Sul, Sobradinho, Uruguaiiana), com a oferta de cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos de nível médio, cursos superiores e cursos de pós-graduação, além de outros Programas Educacionais fomentados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). A Reitoria do IF Farroupilha está localizada na cidade de Santa Maria, a fim de garantir condições adequadas para a gestão institucional, facilitando a comunicação e integração entre os *campi*. A figura abaixo apresenta sua abrangência:

Figura 2 - Mapa de abrangência do IFFar no RS.

1. Reitoria
 2. *Campus* Alegrete
 3. *Campus* Frederico Westphalen
 4. *Campus* Jaguari
 5. *Campus* Júlio de Castilhos
 6. *Campus* Panambi
 7. *Campus* Santa Rosa
 8. *Campus* Santo Ângelo
 9. *Campus* Santo Augusto
 10. *Campus* São Borja
 11. *Campus* São Vicente do Sul
 12. *Campus* Avançado Uruguaiiana
- Centros de Referência**
- c. Santiago
 - d. São Gabriel



Fonte: Site institucional.

Com essa abrangência, o IFFar visa à interiorização da oferta de educação pública e de qualidade, atuando no desenvolvimento local a partir da oferta de cursos voltada para os arranjos produtivos, culturais, sociais e educacionais da região. Em decorrência desse perfil identitário e da premissa de interiorização da Rede Federal ocorre uma ampliação significativa na oferta de cursos e o aprofundamento no nível de complexidade dos objetivos atrelados às atividades de pesquisa e extensão.

À luz dos objetivos definidos na Lei 11.892/2008, no que tange ao ensino, pesquisa e extensão, buscamos no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2026 - do IFFAR (2019, p. 19):

Em relação à dimensão do ensino, compreende-se que a formação obtida na instituição deve contribuir para o desenvolvimento e a emancipação humana, para além da perspectiva do crescimento econômico ou da acumulação de capital privado, embora tendo como perspectiva o fortalecimento do processo de desenvolvimento social e econômico do território. No atinente à pesquisa e à extensão, devem ser fortalecidos o incentivo e o apoio necessários ao desenvolvimento de pesquisas aplicadas à geração de inovações, à cultura de proteção da propriedade intelectual e ao estabelecimento de contratos de transferência ou licenciamento de tecnologias com o setor produtivo, à inserção dos egressos no mundo do trabalho, à difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e à internacionalização e reconhecimento institucional junto à sociedade.

A oferta da Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal Farroupilha se dá em observância à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, no Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, alterado pelo Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014. Esta oferta também ocorre em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, propostas pela Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 e, em âmbito institucional e demais legislações nacionais vigentes.

O IFFar oferta cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação em articulação com as demandas do território de atuação, proporcionando a verticalização do ensino fundamental à pós-graduação. A atuação pedagógica está voltada para a plena formação do cidadão profissional, perpassando pela articulação do ensino-pesquisa-extensão. Assim, com sua recente trajetória institucional, o IFFar busca perseguir este propósito, visando constituir-se em referência na oferta de educação profissional e tecnológica, comprometida com as realidades locais.

No Instituto Federal Farroupilha, o ensino tem ênfase na integração de uma formação geral, laica, com princípios humanistas e de base cultural ampla, partindo de contextos regionais, e de uma formação voltada para o trabalho que ocorre por meio de Cursos de

Formação Inicial Continuada; Educação Básica Integrada à Educação Profissional; PROEJA; Cursos Técnicos Subsequentes; Cursos Superiores de Graduação; Pós-Graduação e Cursos de Extensão, todos atendendo, preferencialmente, às necessidades locais e regionais. Os princípios basilares do ensino, no IFFar, se concretizam por meio da oferta de cursos de diferentes níveis e modalidades e essas ofertas seguem as diretrizes e os percentuais previstos na Lei 11.892/2008.

A oferta de cursos em todas as modalidades e níveis de ensino tornou o Instituto Federal Farroupilha um espaço ímpar de oportunidades educacionais, seja pela possibilidade de profissionalização qualificada, seja pela perspectiva de elevação da escolaridade, ambas fundamentadas nos princípios da inclusão, da interiorização e da educação integral, emancipatória e humanizadora. O IFFar é uma Instituição inovadora e transformadora, pensada, idealizada e criada para ser um espaço de oportunidades para jovens e adultos trabalhadores historicamente excluídos, até então quase invisíveis às políticas públicas.

Nesse contexto, em seguida, apresentamos o *campus* Júlio de Castilhos, o qual oferta o curso PROEJA em Comércio que é objeto da presente pesquisa.

3.3 O CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS

A Educação Profissional (EP) aliada à Educação Básica é fator primordial para o desenvolvimento da nação, porque é essa educação que, priorizando a formação do sujeito como cidadão e colocando a escola vinculada à realidade onde está inserida, poderá auxiliar na melhora econômica de cada região do País e, conseqüentemente, na melhoria de vida de cada indivíduo. Com esta finalidade, o *Campus* Júlio de Castilhos iniciou suas atividades em 25 de fevereiro de 2008, quando se denominava Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Júlio de Castilhos, vinculada ao Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, tendo sua sede localizada no interior (São João do Barro Preto) do município de Júlio de Castilhos, na RS 527 - Estrada de acesso secundário para Tupanciretã, a, aproximadamente, 7 km do centro do município, na Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, ocupando uma área total de 42 hectares, incluindo um parque florestal. Foi implantado na Fase I da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, inaugurado em 29 de maio de 2008. Através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, tornou-se o *Campus* Júlio de Castilhos.

Figura 3: IFFar - *Campus Júlio de Castilhos*.



Fonte: Site institucional.

Figura 4: Pórtico do IFFar - *Campus Júlio de Castilhos*.



Fonte: Site institucional.

Figura 5: Foto aérea do IFFar - *Campus Júlio de Castilhos*.



Fonte: Site institucional.

Figura 6: Foto aérea do IFFar - *Campus* Júlio de Castilhos.



Fonte: Site institucional.

No entanto, cabe salientar que, antes da implantação desta Instituição de Ensino, o local já era utilizado para fins educacionais, pois no ano de 1961, foi fundado um grupo escolar denominado "Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola", que buscava formar jovens para trabalhar no meio rural. Já em 1988, sob administração municipal, foi implantada a Escola Municipal Agropecuária Júlio de Castilhos, atendendo alunos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental integrado ao ensino agrícola. Alguns anos após houve o fechamento da Escola Municipal, então, em 2007, os Governos Municipal e Federal viabilizaram a implantação de uma Instituição de Ensino Profissional e Tecnológico no município, inicialmente, através do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul.

Em 2008, o *Campus* iniciou seu primeiro ano letivo, com aproximadamente 200 alunos, distribuídos em vários cursos, tanto integrados ao ensino médio, quanto subsequentes. Desde então, este número vem crescendo significativamente. Em 2020 o *campus* contava com um quadro de 145 servidores (71 professores efetivos, 13 substitutos e 60 técnicos administrativos em educação). Além disso, prestam serviços à instituição 42 profissionais de empresas terceirizadas para prestação de serviços de refeitório, lancheria, vigilância, portaria, limpeza e conservação, operação da estação de tratamento de esgoto, manutenção predial e serviços agropecuários. Contabiliza, aproximadamente, 1200 alunos matriculados, sendo, em sua maioria, oriundos da região, cuja atividade econômica depende, predominantemente, do setor agropecuário, destacando-se o cultivo de soja, trigo, a criação de gado e todas as logísticas que envolvem as atividades. Destacamos também a existência de áreas de

Assentamentos Rurais, provenientes da Reforma Agrária com predomínio da atividade agropecuária voltada à subsistência e à comercialização local.

No *campus*, as atividades são distribuídas em três turnos, oferecendo cursos que atendem modalidades de nível fundamental à pós-graduação, através de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC); cursos técnicos integrados de nível médio regular e na modalidade PROEJA; cursos técnicos subsequentes; cursos superiores e de pós-graduação, organizados em cinco eixos tecnológicos: Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Recursos Naturais; Produção Alimentícia; Desenvolvimento Educacional e Social. O quadro abaixo apresenta os cursos ofertados no *campus*:

Quadro 2 - Cursos ofertados no IFFar – Campus Júlio de Castilhos

Nível	Cursos ofertados	Vagas ofertadas/ano
Técnicos Integrados	Técnico em Agropecuária	70
	Técnico em Informática	60
	Técnico em Comércio (PROEJA – Nível Médio)	35
	Assistente em Operações Administrativas (PROEJA FIC - Nível Fundamental)	35 – 40
Técnicos Subsequentes*	Técnico em Agropecuária***	35
	Técnico em Alimentos	30
Bacharelados*	Administração	35
	Agronomia**	40
Tecnologia*	Gestão do Agronegócio	35
	Produção de Grãos***	30
Licenciaturas*	Ciências Biológicas	30
	Matemática	35
Pós-Graduação Lato sensu / Especialização	Gestão Escolar	35 a cada dois anos
	Práticas Educativas em Humanidades**	40 a cada dois anos

Fonte: o autor.

* O processo seletivo utiliza a nota do Enem para classificação.

** Curso aberto a partir de 2021.

*** Curso em extinção em 2021.

Destacamos o Eixo de Gestão e Negócios, que apresenta uma verticalização do ensino fundamental ao superior, através dos cursos: Assistente em Operações Administrativas - Nível Fundamental (Formação Inicial e Continuada - PROEJA FIC); Comércio - Técnico Integrado de nível médio na modalidade PROEJA (curso explorado na pesquisa) e Bacharelado em Administração - Nível Superior.

Entre os cursos oferecidos, vêm se destacando os cursos de Educação Profissional integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. O primeiro curso implantado nesta modalidade foi o Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio,

no primeiro semestre de 2008, atendendo jovens e adultos da região que não tiveram oportunidade de concluir o ensino médio regular. Em 2010, dentro do Eixo de Gestão e Negócios, foi implantado o curso Técnico em Comércio integrado ao nível médio, na modalidade de ensino PROEJA, através do ato de criação de Resolução CONSUP Ad Referendum n° 001, de 22 de fevereiro de 2010, que autoriza o funcionamento do curso. Noturno, com duração de três anos e carga horária de 2400 horas, o curso oferta 35 vagas por ano e através dele pesquisamos a trajetória profissional e as mudanças de vida que o curso promoveu aos egressos.

Dedicamos o próximo capítulo para retratar o PROEJA.

4 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA À EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Iniciamos este capítulo caracterizando o curso PROEJA Técnico em Comércio do *Campus* Júlio de Castilhos, dando prosseguimento com as especificações do programa e sua contextualização educacional ao apresentarmos questões teóricas sobre o PROEJA, tendo como pressupostos a concepção de formação humana integral como proposta de Educação Profissional.

O PROEJA deve colaborar para que o sujeito se torne um cidadão com compreensão do mundo e que inserido nele busque a transformação. “A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas qualificação do mercado ou para ele” (BRASIL, 2007b, p. 13).

4.1 O PROEJA TÉCNICO EM COMÉRCIO DO *CAMPUS* JÚLIO DE CASTILHOS

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o PROEJA em Comércio, implantado em 2010, atendeu os anseios da comunidade, bem como propôs a verticalização das nossas ofertas de cursos dentro do eixo de Gestão e Negócios. Em sua construção, previamente, foi realizada uma audiência pública na comunidade de Júlio de Castilhos. A área de serviços foi a mais solicitada pelos participantes desse evento. Após consultar a Associação do Comércio e Industrial de Júlio de Castilhos (ACIJUC), constatou-se que havia poucos dados sistematizados sobre o perfil dos estabelecimentos comerciais neste município. O que pôde ser aferido, é que os estabelecimentos comerciais, aqui localizados, são em sua maioria de pequeno e médio porte, tendo forte traço de empreendimento familiar (IFFAR, 2020).

Assim, conforme o PPC, ao se propor um curso de PROEJA na área de comércio, pretende-se modificar e fortalecer elementos de tal realidade. Nesse sentido, o grupo de educadores busca neste curso contribuir para uma sólida formação integrada, compreendendo uma formação geral e conhecimentos específicos das práticas profissionais. Desta forma permitindo uma compreensão da cultura e do significado das relações comerciais no mundo globalizado. Portanto, pretende-se possibilitar ferramentas para que homens e mulheres elevem seu nível de compreensão sobre a natureza e a sociedade e, particularmente sobre o mundo do trabalho como dimensão fundamental de sua existência (IFFAR, 2020).

Referente à formação profissional de jovens e adultos, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, justificam, apostando na Educação Profissional e

Tecnológica (EPT) como instrumento educacional e profissional no resgate e construção da transformação social e cidadania, ao ofertar cursos nas modalidades PROEJA. Assim, tratando-se do processo de formação de jovens e adultos, a missão educacional dos institutos é ofertar e garantir a perenidade de ações que visem incorporar setores sociais que, historicamente, foram alijados dos processos de modernização e desenvolvimento do Brasil.

De acordo com o PPC do IFFar (2020), com o curso Técnico em Comércio, na modalidade PROEJA, o *Campus* Júlio de Castilhos pretende construir um diálogo entre educação, trabalho, ciência, tecnologia e inovação, reconhecendo a multidimensionalidade das expressões humanas e comprometendo-se com a definição de novos marcos éticos, políticos e sociais. Acredita-se em uma formação de sujeitos trabalhadores numa perspectiva emancipadora, em que os processos formativos da educação profissional e tecnológica, sejam assumidos como importante instrumento de mediação social, cultural e econômica. Assim, pretende-se neste curso:

Trabalhar princípios da economia solidária, que é entendida como uma prática regida pelos valores de autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano, tendo em vista um projeto de desenvolvimento sustentável global e coletivo. Também corresponde a uma estratégia de enfrentamento da exclusão social e da precarização do trabalho, sustentada em formas coletivas, justas e solidárias de geração de trabalho e renda (IFFAR, 2020, p. 11).

As formas de acesso, dos alunos do PROEJA em Comércio, são realizados através de processo seletivo conforme previsão institucional em regulamento e edital específico, ou, transferência conforme regulamento institucional vigente ou determinação legal. No âmbito do curso, o IFFar disponibiliza de políticas institucionais para a comunidade acadêmica, como as Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão e Políticas de Apoio ao estudante, visando à permanência e êxito dos alunos.

Referente ao curso da pesquisa, o PPC do PROEJA em Comércio do *Campus* Júlio de Castilhos, traz como objetivos:

Objetivo Geral: Proporcionar aos jovens e adultos a oportunidade de concluírem o Ensino Médio integrado a uma formação profissional, permitindo que construam seus próprios caminhos de inserção profissional assumindo uma ação socioambiental e de responsabilidade na busca da qualificação e o exercício da cidadania transformadora.

Objetivos Específicos: - Promover um ambiente que facilite a aprendizagem, que aponte para a resolução de problemas e desenvolva o senso de coletividade; - Permitir o desenvolvimento de competências que possibilitem a reflexão permanente sobre a prática de forma interdisciplinar e contextualizada; - Viabilizar a articulação das experiências de vida com os saberes escolares e profissionais, ampliando sua inserção no mundo do trabalho; - Proporcionar a construção de conhecimentos que

permitam promover o desenvolvimento pessoal e profissional, com perspectiva de educação continuada visando à inclusão social; - Instruir para a atuação na área do comércio com base em princípios éticos e de maneira sustentável colaborando para o desenvolvimento regional (IFFAR, 2020, p. 11).

Levando em conta o período considerado pela pesquisa, desde a primeira turma que ingressou em 2010 até a turma que ingressou em 2017, conforme informações repassadas pela Coordenação de Registros Acadêmicos do *campus*, foram realizadas 316 matrículas que resultaram em 146 concluintes.

Com atenção aos sentidos da formação profissional à vida destes alunos, existem diversas possibilidades para conhecer a realidade que envolve o egresso, suas dificuldades e angústias, suas trajetórias e histórias de vida, suas conquistas e frustrações, motivações e expectativas futuras para sua vida. Portanto, em relação aos Egressos do IFFar, o PPC destaca que:

O IFFar concebe o acompanhamento de egressos como uma ação que visa ao planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais da instituição, a partir da avaliação da qualidade da formação ofertada e da interação com a comunidade. Além disso, o acompanhamento de egressos visa ao desenvolvimento de políticas de formação continuada, com base nas demandas do mundo do trabalho, reconhecendo como responsabilidade da instituição o atendimento aos seus egressos. A instituição mantém programa institucional de acompanhamento de egresso, a partir de ações contínuas e articuladas, entre as Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e Coordenação de Cursos (IFFAR, 2020, p. 23).

4.2 O PROEJA E O CONTEXTO EDUCACIONAL

Na esperança de políticas públicas capazes de restabelecer o convívio social e dignidade, uma grande parcela da população acaba à margem da sociedade, excluída do processo formativo na idade obrigatória devido à descontinuidade de políticas públicas. A formação dos estudantes, principalmente daqueles da escola pública, são influenciados diretamente pelo contexto educacional imposto pelas concepções do período de cada governo.

Pode se dizer que, por muito tempo, a EJA não ocupou espaço na esfera da história das políticas educacionais. Foi só a partir da Constituição de 1988 que a educação de jovens e adultos passou a ter o comprometimento do estado, que determinou a obrigatoriedade e gratuidade, antes asseguradas somente às crianças em idade escolar. Observa-se ainda, com a LDB 9394/1996, um maior compromisso do setor público por considerar a EJA uma modalidade de ensino e por destinar o ensino de jovens e adultos aos que não tiveram acesso, na idade própria ou a continuidade de estudos do ensino fundamental e médio, devendo articular-se, preferencialmente, com a educação profissional (MARASCHIN, 2019). Regulamentando a articulação da EJA com a Educação Profissional, buscamos:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (BRASIL, art. 37, 1996).

Por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, procura-se avançar na oferta da Educação de Jovens e Adultos, permitindo a homens e mulheres que não terminaram seus estudos na dita “idade própria” a conclusão do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio ao mesmo tempo em que se profissionalizam por meio de um curso de qualificação (ensino fundamental) ou de um curso técnico (ensino médio). Pensado especificamente para a realidade do público de EJA, não se tratam de duas formações separadas e sim parte de um projeto único, integrado. Trata-se de um projeto educacional que tem como fundamento “a integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral com a finalidade de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional como condições necessárias para o efetivo exercício da cidadania” (BRASIL, 2007b, p.5).

A modalidade de ensino PROEJA, tem como principal referência à inclusão social emancipatória. Os objetivos, princípios e concepções do programa foram elaborados e publicados nos Documentos Base do PROEJA, elaborados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), em que expõe os princípios e concepções que devem fundamentar o Programa e as formas de organização para um currículo integrado. Para pensar esta política como projeto educacional, estes documentos apresentam importantes contribuições. De acordo com o Documento Base:

A ampliação dos horizontes do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA traz novos desafios para a construção e a consolidação desta proposta educacional que se pretende parte de uma política de inclusão social emancipatória. O que se aspira é uma formação que permita a mudança de perspectiva de vida por parte do aluno; a compreensão das relações que se estabelecem no mundo do qual ele faz parte; a ampliação de sua leitura de mundo e a participação efetiva nos processos sociais. Enfim, uma formação plena. Para tanto, o caminho escolhido é o da formação profissional aliada à escolarização, tendo como princípio norteador a formação integral (BRASIL, 2007, p. 7).

Assim, a EJA integrada a EP como um programa passa a ser ofertada nos atuais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, preconizando a formação profissional do trabalhador na perspectiva da formação integrada a partir dos conceitos de trabalho, ciência, cultura, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral como princípios norteadores (BRASIL, 2007b). Com a criação de *campus* em todo o Brasil busca-se construir atrativos para trazer jovens e adultos para escola, independentemente da idade, gerando oportunidades de formação profissional e itinerários formativos. Concordamos com Maraschin (2019) que trazer os jovens e adultos que foram excluídos em algum momento do processo de profissionalização e de escolarização é um direito. Direito de unir trabalho e escola, trabalho produtivo e instrução intelectual. Direito de participar de um projeto que integra ciência, trabalho, cultura, tecnologia e educação geral. Acreditamos que a educação profissional:

Comprometida com a formação de um sujeito com autonomia intelectual, ética, política e humana exige assumir uma política de educação e qualificação profissional não para adaptar o trabalhador e prepará-lo de forma passiva e subordinada ao processo de acumulação da economia capitalista, mas voltada para a perspectiva da vivência de um processo crítico, emancipador e fertilizador de outro mundo possível (BRASIL, 2007b, p. 32).

Considerando tanto a diversidade territorial e cultural existentes, como também, a dimensão continental do nosso país, o PROEJA originou-se de um esforço coletivo na sua construção, oportunizando diálogos entre diversos atores sociais, políticos, estruturais, educacionais, que se comprometeram em ampliar sua abrangência e aprimorar a proposta inicial. Esse programa foi implantado através Decreto nº. 5.478/2005 e posteriormente alterado pelo Decreto nº 5.840/2006. Para que se tenha um melhor entendimento dos aspectos inerentes ao processo formativo, recorre-se às concepções deste Decreto, que permeiam a proposta inicial do programa. Nele, consta sua articulação nos diferentes níveis do ensino, bem como as possibilidades de abrangência: Fundamental e Médio, sendo o primeiro, por meio da formação inicial e continuada, para elevação do nível de escolaridade do trabalhador. Já para o Ensino Médio, a articulação poderá ocorrer de forma integrada ou concomitante. Porém, como integrar de forma concomitante? Se é difícil com a organização integrada promover o currículo integrado, sem essa organização é praticamente impossível. Diria que colocar a possibilidade de existir o ensino concomitante é colocar o currículo integrado em extinção. É necessário o rompimento dessa dualidade assumindo a formação integral do educando:

Uma das finalidades mais significativas dos cursos técnicos integrados no âmbito de uma política educacional pública deve ser a capacidade de proporcionar educação básica sólida, em vínculo estreito com a formação profissional, ou seja, a formação integral do educando. A formação assim pensada contribui para a integração social do educando, o que compreende o mundo do trabalho sem resumir-se a ele, assim como compreende a continuidade de estudos. Em síntese, a oferta organizada se faz orientada a proporcionar a formação de cidadãos-profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos especialmente os da classe trabalhadora (BRASIL, 2007b, p. 35).

Para a escolha da área de oferta para a formação profissional desta modalidade, fica estabelecido no art. 5º do decreto referido que os cursos deverão ser, preferencialmente, estruturados em sintonia com a demanda econômica local, respeitando as aptidões pessoais de forma a contribuir com as estratégias de desenvolvimento. De acordo com o Documento Base, uma das finalidades do PROEJA é perseguir um modelo de sociedade com um sistema educacional mais acessível e igualitário à educação básica, pública, gratuita e de qualidade, independente da origem socioeconômica e do nível de escolaridade conquistado pelos cidadãos (BRASIL, 2007b). Segue o grifo do artigo 5º, § único, do Decreto 5.840/06:

As áreas profissionais escolhidas para a estruturação dos cursos serão, preferencialmente, as que maior sintonia guardarem com as demandas de nível local e regional, de forma a contribuir com o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento socioeconômico e cultural (BRASIL, 2006).

Para entender melhor o que hoje a EJA busca minimizar com relação aos impactos e traumas educacionais causados ao longo do tempo, precisa-se fazer um breve resgate das questões histórico-ontológicas que, segundo Saviani (2007, p. 154) nos primórdios, a relação entre trabalho e educação “era uma relação de identidade onde os homens aprendiam a produzir sua existência de forma natural, ou seja, no próprio ato de produzi-la. No entanto, a continuidade evolutiva do processo educacional levou a separação entre instrução e trabalho”.

O PROEJA tem seus alicerces “na convergência de três campos da Educação que consideram: a formação para atuação no mundo do trabalho (EPT); o modo próprio de fazer a educação, considerando as especificidades dos sujeitos jovens e adultos (EJA); e a formação para o exercício da cidadania” (BRASIL, 2007, p. 27). E quanto à questão do trabalho, assume como concepção em seu documento base, ao destacar: “A educação é, nesse sentido, o processo de criação, produção, socialização e reapropriação da cultura e do conhecimento produzidos pela humanidade por meio de seu trabalho” (BRASIL, 2007b, p. 31).

O público alvo desse programa são os sujeitos que integram o perfil da EJA, que ainda não concluíram o ensino fundamental (maiores de quinze anos) e médio (maiores de dezoito

anos), e que podem realizá-lo de forma integrada à formação profissional. O programa é ofertado nas esferas: federais (Institutos Federais de educação); estaduais (escolas da Rede pública do Estado); municipais (escolas municipais e locais cedidos pelas prefeituras); parceiros como as instituições privadas e Ong's- Organizações da sociedade civil e Sistema "S" de ensino formado pelo SENAI, SENAC, SENAT. Pode ser ofertado para o nível fundamental PROEJA/FIC e PROEJA ensino médio presencial e à distância.

O público da EJA é formado por "jovens e adultos de baixo poder aquisitivo, assim como a maioria da população brasileira que habita nas periferias urbanas, ou mesmo nas áreas rurais e que não tiveram acesso à educação escolar, devido à necessidade de trabalhar para a sua sobrevivência" (GADOTTI E ROMÃO, 2008, p.32). Cada sujeito traz consigo conceitos consolidados da cultura à qual pertence, e seu desenvolvimento cognitivo não pode ser entendido sem referência ao contexto social, histórico e cultural no qual ele ocorre. Assim, seu desenvolvimento se produz não apenas por meio da soma de experiências, mas, e sobretudo, nas vivências socializadas.

Com realidades tão distintas e com saberes e experiências construídas extraclasse, postos em uma mesma sala de aula em busca de uma mesma formação, por motivos diferentes, os alunos do PROEJA, tornam-se um desafio ao educador. É preciso não só formação e experiência profissional adequada, mas, também, habilidades empíricas para alcançar os objetivos educacionais. Quando não se consegue reunir tais requisitos acaba-se frustrando o processo. Machado (2009, p. 07) afirma que:

A integração entre EJA e EP não é tarefa fácil e de curto prazo, pois essas duas modalidades de educação se constituíram, em geral, como realidades e campos distintos no âmbito da educação escolar brasileira embora lidassem com um segmento social em particular: os que vivem do trabalho e que se veem, crescentemente, excluídos do mundo do trabalho, dado ao desemprego estrutural e às crescentes exigências de qualificação.

Na mediação do processo de produção do conhecimento, que envolve os saberes dos trabalhadores/estudantes da EJA, além de uma diversidade plural de ideias e idades, compreende-se que pode se tornar um desafio, para os educadores, trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos. Os jovens e adultos, ao retornarem aos bancos escolares, carregam consigo uma carga de conhecimento empírico a ser interpretado, entendido e considerado pelo trabalho pedagógico do curso. Nessa perspectiva, Arroyo (2006, p. 30) afirma de que "esses jovens-adultos" embora tenham enfrentado dificuldades em sua trajetória social e educacional de humanização, acumularam experiências e saberes sociais, culturais, historiográficos, entre outros, que trazem consigo no retorno aos bancos escolares.

Os estudantes da EJA são sujeitos que tem direito a educação e que carregam consigo, em síntese, as opressões desde a infância. Essas opressões são cumulativas da infância à fase adulta, decorrentes da desumanização como realidade histórica. Assim, para que o trabalho pedagógico permita que o professor não seja mais um mero transmissor dos conhecimentos, os educandos precisam ser ouvidos e estimulados a participarem do processo educativo. Assim, educadores cientes das especificidades dos estudantes da EJA, precisam estabelecer relações entre o conhecimento cognitivo e sociocultural dos estudantes e o conhecimento escolarizado produzido pela humanidade. Ao deter mais experiência, o professor, funciona mediando e intervindo a relação do aluno com o conhecimento. Ele deve sempre, em seu esforço pedagógico, procurar atuar como elemento de ajuda, de intervenção, de forma explícita, provocando avanços que não ocorreriam espontaneamente, interferindo no desenvolvimento dos alunos. Resgatamos, assim, o papel do professor e a importância da escola como agentes indispensáveis do processo de ensino aprendizagem.

Entre as finalidades defendidas pelo Governo Federal, está a “garantia de uma formação integral do educando” (BRASIL, 2007b, p. 35) e como princípios expressa:

[1] inclusão da população em suas ofertas educacionais; [2] inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos; [3] ampliação do direito à educação básica, pela universalização do ensino médio; [4] trabalho como princípio educativo; [5] pesquisa como fundamento da formação e [6] condições gerenciais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais (BRASIL, 2007b, p. 37- 38).

A modalidade PROEJA, visa incluir jovens e adultos que, por muito tempo, estiveram à margem do sistema educacional, que não puderam, por várias razões, dar continuidade aos estudos em tempo próprio e têm tido a oportunidade de retomá-los e concluí-los. Com a proposta educativa do ensino médio integrado ao ensino técnico, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), consideram o desafio da construção de estratégias pedagógicas que possibilitem ao aluno condições de, não só inserir-se no mercado de trabalho, mas também de fazê-lo com qualidade. Com isso é possibilitado ao estudante, ampliar suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, o que acaba se configurando, uma afirmação social na vida daquele indivíduo.

O PROEJA, desde a sua criação, segue sendo um desafio em todo o Brasil. Esses são dois grandes desafios: por um lado, o desafio de integrar a educação básica com a educação profissional e, por outro, a necessidade de contemplar as especificidades dessa modalidade. Mas existe um desafio maior: garantir o direito de jovens e adultos de acessar, permanecer e

concluir sua formação básica e técnica nos Institutos Federais. Percebe-se a importância de considerar o PROEJA, de acordo com Maraschin (2019, p. 79), “não mais como um novo programa, mas uma política pública de educação profissional e tecnológica articulada com as demais políticas que se fizerem necessárias, para realmente conseguir articular outro mundo que transforme as concepções educacionais, sociais e econômicas”.

Nesta sociedade capitalista onde quase nunca é possível ingressar no mundo do trabalho após a formação escolar básica finalizada, estudar torna-se um privilégio para poucos. A maioria dos trabalhadores necessitam dedicar praticamente todo seu esforço e tempo na garantia do próprio sustento, abandonando os bancos escolares. Assim, consideramos que o PROEJA tem caráter emancipatório e significativo poder de transformação econômica e da realidade social dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Falando em processo educativo, buscamos em Frigotto (1989, p.8):

Implica superar a visão utilitarista, reducionista de trabalho. Implica inverter a relação situando o homem e todos os homens como sujeitos do seu devir. Esse é um processo coletivo, organizado, de busca prática de transformação das relações sociais desumanizadoras e, portanto, deseducativas. A consciência crítica é o primeiro elemento deste processo que permite perceber que, é dentro destas velhas e adversas relações sociais que podemos construir outras relações, onde o trabalho se torne manifestação de vida e, portanto, educativo.

Parte-se do entendimento de que o PROEJA leva em conta a bagagem trazida pelos educandos, diferenciando-se do modelo tradicional de transmissão do conhecimento. Valores importantes da formação humana precisam ser levados em conta e não podem ser deixados de fora da sala de aula, através de abordagens e caminhos para uma educação mais próxima da participação cidadã, da autonomia e da afetividade. Refletimos através de Arroyo (1986, p. 24) que destaca que estes alunos:

Antes de portadores de trajetórias escolares truncadas, eles carregam trajetórias perversas de exclusão social, vivenciam trajetórias de negação dos direitos mais básicos a vida, ao afeto, a alimentação, a moradia, ao trabalho e a sobrevivência. As trajetórias escolares descontínuas se tornam mais perversas porque se misturam com essas trajetórias humanas.

A Educação de Jovens e Adultos trata de uma política educacional que tem por finalidade proporcionar aos excluídos do processo educativo, uma formação mais igualitária. É significativo perceber que, indivíduos que não conseguiram concluir seus estudos, hoje, podem considerar uma oportunidade para estudar e buscar melhores condições de vida. Para o exercício pleno da cidadania, buscamos apontar que a Educação Profissional de jovens e adultos, integrada ao ensino básico, busca a igualdade, a transformação social, a liberdade e a

autonomia do cidadão. Para Vieira (2009, p.1) “um fio condutor que nos ajuda a ir refletindo a educação e a prática educativa é a mudança na finalidade da educação, passando da busca mercadológica como objetivo educacional para a melhor qualidade do conviver humano, da qual o trabalho é decorrência, criação e não fim”.

Para atingir estes objetivos, o Documento Base – Brasil (2007b) afirma que é imprescindível a universalização da educação básica, aliada à formação para o mundo do trabalho, com acolhimento específico a jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas, tendo como horizonte a condição humanizadora da educação, que não se restringe a “tempos próprios” e “faixas etárias”, mas se faz ao longo da vida. Por esse entendimento, não se pode subsumir a cidadania à inclusão no “mercado de trabalho”, mas assumir a formação do cidadão que produz, pelo trabalho, a si e ao mundo. Para Maraschin (2019, p. 79):

Compreende-se que o projeto educativo do PROEJA traz as dimensões da existência humana e do trabalho, por isso é direito e deve colaborar para criação e/ou recriação do trabalho. Criação porque necessita ampliar a concepção de trabalho na sociedade e recriação porque, muitas vezes, precisa apagar a concepção existente e reconstruí-la.

A fim de garantir a sua inserção e permanência no mundo do trabalho, ao se abordar a integração de conhecimentos, identifica-se a necessidade da formação integral dos trabalhadores, com a visão de: raciocínio lógico, maior conhecimento científico e tecnológico; capacidade de redigir e compreender textos; sociabilidade e liderança; iniciativa; maior capacidade de lidar com problemas novos, solidariedade, capacidade de organização; criatividade e inovação; consciência dos próprios direitos, capacidade de tomar decisões e atuação em grupo (BRASIL, 2007). Dessa forma, é pertinente destacar que, para a concretização do exercício da plena cidadania, faz-se necessário o cumprimento dos direitos dos cidadãos frente à sociedade global.

O PROEJA é um passo importante para a formação de sujeitos éticos, autônomos, críticos, com maior autoestima, preparados para o mundo do trabalho, para que se tornem capazes de desenvolver suas potencialidades nas áreas escolhidas, de forma que essa formação profissional não os deixe subordinados e submetidos à exploração e acumulação da economia capitalista, mas para sua emancipação de ser criativo frente às adversidades que mundo lhe impõe. Nogueira (1993, p. 129) observa:

Nem é preciso dizer que, para Marx, a efetiva concretização desse processo, pela qual os conhecimentos científicos e tecnológicos serão postos ao alcance de todos os trabalhadores que, munidos deles, ficarão em condições de organizar, dividir, regular, controlar o trabalho segundo as suas necessidades e interesses (e não mais segundo os imperativos de máxima produtividade do ponto de vista do capitalismo), só poderá se dar no quadro de uma sociedade transformada.

Neste sentido, Marx (2003, p. 116) afirma que “a atividade vital lúcida diferencia o homem da atividade vital dos animais”. É a partir das preocupações de Marx que nasce a proposta de formação omnilateral do homem e de uma educação que contribua para a superação das relações de subordinação da classe trabalhadora aos interesses da classe dominante. O sonho de uma formação completa partiu dos primeiros socialistas que buscavam o viés omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica (CIAVATTA, 2005).

Atualmente, na realidade das instituições de ensino, através das políticas educacionais, existe um silenciamento da EJA e do PROEJA, precarizando o resgate dos jovens e adultos excluídos da escola e do mundo de trabalho. Com base no disposto na Lei nº 9.394/96, no Decreto nº 5.154/2004 e na Lei nº 13.415/2017 (reforma do Ensino Médio), a Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021, institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância, evidenciando e potencializando a dualidade educacional histórica de nosso país.

De acordo com Maraschin (2019, p. 22), acredita-se que “a história do trabalho pedagógico na educação profissional se faz pela interseção das legislações com a práxis dos cursos. Na e pela Práxis, os sentidos de trabalho, de tecnologia e de classe trabalhadora se movimentam, instituem e transformam cada sujeito e cada instituição”. Acredita que “a historicidade e o envolvimento com as políticas a serviço da classe trabalhadora constroem o movimento das políticas e do trabalho pedagógico”.

Com o desejo “que não percamos a esperança em um trabalho pedagógico que transforma, envolve e integra sujeitos que defendem a integração curricular e os princípios emancipadores do trabalho e da tecnologia”, Maraschin (2019, p. 23) define o PROEJA como “uma política dentro de inúmeras que se configuram na EPT. E é um movimento que ensina muito sobre discussão das políticas públicas educacionais e sobre trabalho pedagógico ingênuo e crítico”.

Diante dos retrocessos e das contradições na historicidade das políticas educacionais brasileiras e o lugar que ocupa a educação dos trabalhadores e a educação profissional, Maraschin (2019, p. 25) defende que:

É nesse processo que o trabalho do professor ganha sentido e pela práxis humana, é possível a mobilização por trabalho pedagógico crítico. Nesse sentido, antes de destacar as políticas educacionais, situa-se como núcleo básico das discussões o trabalho pedagógico, o trabalho, a tecnologia e a classe trabalhadora, sendo entendidas como ação humana na produção da existência e os trabalhadores como grupo ao qual são destinadas as políticas de educação, mais especificamente os jovens e adultos sem escolarização e profissionalização. Defende-se que as categorias de trabalho, tecnologia e classe trabalhadora precisam ser eixos do trabalho pedagógico e que estes, sendo práxis, necessita estar a serviço da classe trabalhadora.

Em um tempo de incertezas, disputas e retrocessos, Maraschin (2019, p. 29) aponta que nos IFs o PROEJA tem resistido em alguns *campus* talvez pelo:

Compromisso com a educação dos trabalhadores como direito, como rege a legislação; o compromisso político de alguns professores que acreditam na proposta, a experiência significativa de algumas turmas que mexeram com as estruturas e mostraram-se convincentes; a convicção de alguns gestores ou talvez a “denúncia” de alguns grupos de pesquisa.

O PROEJA cumpre papel importantíssimo, que não é o de formar mão de obra para o sistema capitalista, mas sim o de elevar a autoestima do sujeito, buscando a condição humana plena através de sua emancipação e livrando-o da subordinação em todos os aspectos. Precisamos de pessoas que se preocupem em construir pessoas para tirá-las da condição social mais vulnerável, para que estes se tornem capazes, através de uma consciência mais ampla, de estabelecer críticas ao mundo do trabalho, ao modo de como a sociedade se estrutura, às relações mercadológicas e de trabalho em geral. Conforme Maraschin (2019, p. 51), “para chegar a uma política plenamente pública e a serviço da classe trabalhadora é necessário entender os processos que envolvem a dialética das disputas e o papel do estado na constituição da política educacional”.

Diante do exposto nos debruçamos sobre estas concepções e estabelecemos relação para conhecer mais de perto as transformações e a realidade de vida dos sujeitos egressos do curso técnico em Comércio na modalidade PROEJA do *campus* Júlio de Castilhos.

5- TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: ALIENAÇÃO X LIBERTAÇÃO

É necessário discutirmos, considerando a educação de jovens e adultos, a questão da educação profissional, bem como aspectos sobre o trabalho como princípio educativo, para que se aproxime do objeto de estudo, no sentido de permitir a reflexão do se trata uma educação integral libertadora.

Na sociedade capitalista o trabalhador consome o que não produz e produz o que não consome. Percebe-se um distanciamento, um divórcio, uma ruptura entre produto e produtor. Segundo Leite (2002), a própria divisão do trabalho faz com que o trabalho se resuma em uma rotina de repetições e nenhum dos trabalhadores não utiliza sua criatividade, seu raciocínio. Se a história distancia o homem do animal, a alienação perfaz o caminho inverso e perverso, e re-animaliza o homem. Metaforicamente, o alienado é um corrompido, um vendido que perde a coerência. Em outras palavras, foram transformados em força de trabalho. Ainda Leite (2002, p. 1):

Já que somos seres únicos e indivisíveis, a alienação detona as individualidades e representa a negação do homem. A história é a evolução do trabalho dos homens e, foi assim que homem se construiu. O trabalho é criação e tortura, é miséria e fortuna, felicidade e tragédia. O trabalho transforma o outro material e transforma também o seu agente. E o produto do trabalho se parece com o trabalhador. Enfim transformamos a natureza que também nos transformou. O homem se divorcia de si mesmo na alienação. A trilha da perdição é a mesma que o constrói, ou seja, o trabalho. O homem é o único animal que produz sua própria existência e tem consciência de sua identidade revelada pelo trabalho.

Milhares de pessoas ingressam muito cedo no mercado de trabalho e não conseguem enxergar a serviço de quem e/ou do que está. Sem motivações ou incentivo acabam gerando uma legião de contingentes que ficam à margem da sociedade, longe dos bancos escolares e sem perspectivas. Não havendo outra opção, acabam explorados, ou melhor, engolidos pelos mecanismos do capitalismo.

Ao capital interessa a mão de obra de baixo custo e que se limita a desempenhar tarefas, preferencialmente, em atividades que impossibilitem desenvolver seu senso crítico-reflexivo. Nessa concepção, a sociedade capitalista se sobrepõe, deixando o ser humano em segundo plano, como objeto de produção, sem a garantia de condições de vida digna.

A alienação leva ao alijamento da sociedade como um todo. Na Sociologia, conforme Menezes (2019), o conceito de alienação está intimamente relacionado aos processos de alheamento do indivíduo que surge por diversos motivos na vida social. O estado de alienação interfere na capacidade dos indivíduos sociais de agirem e pensarem por si próprios. Ou seja, eles não têm consciência do papel que desempenham nos processos sociais. Já na filosofia,

conforme o mesmo autor, o conceito de alienação está associado a uma espécie de vazio existencial. Relaciona-se, assim, com a falta de consciência própria, de modo que o sujeito perde seu valor, sua identidade, sua vitalidade e seus interesses. Como consequência, o sujeito tende a objetificar-se, tornar-se coisa. Em outras palavras, ele torna-se uma pessoa alheia a si mesma.

Do latim, a palavra “alienação” (*alienare*) significa “tornar alguém alheio a alguém”. O trabalho alienado ocorre quando a produção tornou-se o objetivo do homem, em vez de o homem ser o objetivo da produção. É marcado pela rotina, pelo embrutecimento, pelo desprazer e pela exploração econômica. É capaz de fazer de pessoas sensíveis como os artistas, filósofos e até religiosos fiquem insensíveis e indiferentes ao mal que elas mesmas produzem (LEITE, 2002). Para Marx (apud CABRAL, 2015, p. 1) a alienação ou estranhamento é descrita por sob quatro aspectos:

1. O trabalhador é estranho ao produto de sua atividade, que pertence a outro. Isto tem como consequência que o produto se consolida, perante o trabalhador, como um “poder independente”, e que, “quanto mais o operário se esgota no trabalho, tanto mais poderoso se torna o mundo estranho, objetivo, que ele cria perante si, mais ele se torna pobre e menos o mundo interior lhe pertence”;
2. A alienação do trabalhador relativamente ao produto da sua atividade surge, ao mesmo tempo, vista do lado da atividade do trabalhador, como alienação da atividade produtiva. Esta deixa de ser uma manifestação essencial do homem, para ser um “trabalho forçado”, não voluntário, mas determinado pela necessidade externa. Por isso, o trabalho deixa de ser a “satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer necessidades externas a ele”. O trabalho não é uma feliz confirmação de si e desenvolvimento de uma livre energia física e espiritual, mas antes sacrifício de si e mortificação. A consequência é uma profunda degeneração dos modos do comportamento humano;
3. Com a alienação da atividade produtiva, o trabalhador aliena-se também do gênero humano. A perversão que separa as funções animais do resto da atividade humana e faz delas a finalidade da vida, implica a perda completa da humanidade. A livre atividade consciente é o caráter específico do homem; a vida produtiva é vida “genérica”. Mas a própria vida surge no trabalho alienado apenas como meio de vida. Além disso, a vantagem do homem sobre o animal – misto é, o fato de o homem poder fazer de toda natureza extra-humana o seu “corpo inorgânico” – transforma-se, devido a esta alienação, numa desvantagem, uma vez que escapa cada vez mais o homem, ao operário, o seu “corpo inorgânico”, quer como alimento do trabalho, quer como alimento imediato, físico;
4. A consequência imediata desta alienação do trabalhador da vida genérica, da humanidade, é a alienação do homem pelo homem. “Em geral, a proposição de que o homem se tornou estranho ao seu ser, enquanto pertencente a um gênero, significa que um homem permaneceu estranho a outro homem e que, igualmente, cada um deles se tornou estranho ao ser do homem”. Esta alienação recíproca dos homens tem a manifestação mais tangível na relação operário-capitalista.

Entender as contradições do mundo do trabalho tornou-se primordial para compreender a divisão social do trabalho e as relações de dominação em nossa sociedade. Sem se reconhecer como classe trabalhadora, sem o reconhecimento do sentimento de

pertencimento e excluído dos processos educativos, dificilmente um trabalhador consegue compreender as relações de poder presentes no mundo do trabalho. Independentemente se o trabalho é precarizado ou não, ao poder hegemônico interessa apenas a extração da mais valia. O lucro tem como base o processo de mais valia e a exploração do trabalhador. O trabalho torna-se, portanto, um instrumento de opressão, sem dar ao trabalhador, a margem para desenvolver suas potencialidades e de desenvolvimento humano.

Para Menezes (2019), o trabalho alienado surge a partir do momento em que o trabalhador perde a posse dos meios de produção e passa a ser compreendido como parte da linha de produção (assim como as máquinas e ferramentas). O trabalhador assume uma única função fundamental: gerar lucro.

A divisão social do trabalho, enfatizada pela sociedade capitalista, contribui para o processo de alienação do indivíduo. Trata-se, portanto, de uma alienação socioeconômica onde a fragmentação do trabalho industrial produz a fragmentação do saber humano. De tal modo, a alienação torna-se um problema de legitimidade do controle social (MENEZES, 2019). Constrói-se a ideia de que o trabalhador ganha o que é justo pela sua produção, pois parte-se do pressuposto que vendem a sua força de trabalho por livre escolha. Porém, numa sociedade capitalista nem sempre o trabalhador tem escolhas, pois ele precisa fazer ou se empregar naquilo que lhe ofertam para garantir a sua sobrevivência, não tendo participação na empresa, seja nas decisões ou nos lucros. Então, não se trata de livre escolha e sim de necessidade, pois se não quiser dentro das condições ofertadas e impostas, tem quem queira devido ao “sobreviver precário” que está aumentando em nossa sociedade, onde o trabalho surge como princípio de desumanização.

O trabalho, então, se reduz a mercadoria força de trabalho e tende a se confundir com emprego. A classe trabalhadora detém apenas a sua força de trabalho para vender. Ao capitalista interessa comprar o tempo de trabalho do trabalhador ao menor preço possível. Em outras palavras, é importante analisar as estruturas do sistema capitalista, pois este se apropria da exploração da mão de obra para acumulação de lucro. Para Cabral (2015), capital, trabalho e alienação se relacionam promovendo a coisificação ou reificação do mundo, isto é, tornando-o objetivo, sendo que suas regras devem ser seguidas passivamente pelos seus componentes.

É através do trabalho que o sujeito se realiza, sonha, constrói sua identidade, coloca em prática os saberes, que são os produtos de um longo processo histórico de sua existência. O trabalho é fonte de construção da personalidade humana, de identidade, de saberes. Nessa perspectiva, homem, trabalho e natureza compõem uma relação indissociável, pois um se

relaciona com o outro e todos compõem a estrutura das relações de produção. O trabalho garante a construção do próprio homem e é um elemento intermediador deste com a natureza, de modo que as suas relações proporcionam o desenvolvimento das condições humanas. De acordo com Pereira (2019, p. 44):

A essência do trabalho é o homem; esse, por sua vez, constitui-se como sujeito socioeconômico, político e formativo a partir do trabalho. Ao nascer, o homem, ainda não possui as propriedades humanas, isso somente se dará a partir do momento em que começar a produzir, e esse é o processo de construção de um ser que irá compreender a si mesmo e o espaço que o cerca [...] O trabalho no materialismo histórico-dialético não é uma atividade neutra, desconectada da dinâmica social, ao contrário, é um processo de suma importância para a constituição não somente do homem como também da sociedade como um todo. Sem trabalho seria impossível a existência humana, pois é pelo trabalho que a sociedade assume o formato que tem hoje, produto de milhares e milhares de anos.

É preciso aprofundar a construção de conhecimentos relacionados à relação trabalho e educação, suas contradições e dilemas no cenário do capitalismo atual, que, mesmo modificado, complexificado, continua perpetuando a divisão social do trabalho e o antagonismo entre as classes trabalhadoras e detentoras do poder econômico. Acredito que somente com uma educação integrada, de qualidade e gratuita para todos, poderemos construir um profissional qualificado para o mundo do trabalho e ao mesmo tempo uma pessoa cidadã plena, crítica e emancipada, capaz de fazer uma leitura consciente de mundo.

A escola precisa ser um espaço onde se discutam questões desta natureza, não pode se resumir a ser apenas conteudista, ela precisa dar autonomia aos sujeitos na busca das totalidades humanas, da formação total, dando ênfase no olhar para os olhares dos sujeitos, para as trajetórias dos estudantes, considerando que o primeiro direito dos humanos é formá-los como humanos, onde cada tempo vivido tem que ser um tempo pedagógico.

Na concepção marxista, o homem é um ser que se forma em contato com a sociedade que ele habita. Ele modifica o ambiente e o ambiente o modifica, através da interação que cada pessoa estabelece com determinado meio. Os seus saberes são produzidos nas relações de trabalho, construídas historicamente em uma relação dialética entre trabalhador, natureza e atividade. Sendo assim, as possibilidades que as interações sociais e que o ambiente proporciona ao indivíduo são fundamentais para que este se constitua como sujeito consciente e lúcido, capaz, por sua vez, de alterar as circunstâncias em que vive. As interações sociais permitem imaginar um ser humano em constante transformação e construção, que conquista e confere novos olhares e significados para a vida em sociedade.

No viés ontológico, acreditamos que o homem é visto como alguém que transforma e é transformado nas relações que acontecem e que tem seu desenvolvimento humano compreendido como produto de trocas recíprocas, entre meio e indivíduo, que se estabelecem durante toda a vida, com cada aspecto influenciando sobre o outro. Frigotto (2005, p.58) nos traz um comparativo interessante, colocando que “diferentemente do animal, que vem regulado, programado por sua natureza, e por isso não projeta sua existência, não a modifica, mas se adapta e responde instintivamente ao meio, os seres humanos criam e recriam, pela ação consciente do trabalho, a sua própria existência”.

Como podemos observar, o trabalho na concepção marxista nos proporciona analisar criticamente as relações do homem no contexto da sociedade capitalista, onde o trabalhador não tem suas necessidades preenchidas, pois se torna alienado na sua própria atividade ao trabalhar para produzir as riquezas para suprir as necessidades do capitalismo e da classe dominante. Assim, questionar acerca de suas atividades produtivas fomentando o desenvolvimento do senso crítico dos trabalhadores, superando a miopia social criada pelo capital, são alguns dos objetivos da educação integral libertadora e emancipatória. Uma educação libertadora para gerar tomada de consciência de classe e a revolução são as formas para a transformação social.

A efetiva consolidação da educação só será possível com a efetiva democratização da sociedade, em outro modo de produção, em que todos os bens materiais e culturais estejam disponíveis a todos os cidadãos. Referente à concepção do ensino médio integrado, para a construção de um projeto de desenvolvimento com justiça social e efetiva igualdade, e conseqüentemente uma democracia e cidadania substantivas, com preparo para o mundo do trabalho, Frigotto (2005) afirma que a expectativa social mais ampla é de que se possa avançar na afirmação da educação básica unitária, politécnica e, portanto, não dualista, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e da democracia efetivas.

É evidente o pressuposto de que a geração de oportunidades e a educação de qualidade tenderão a atenuar as carências e desigualdades estruturais existentes que sofrem determinadas populações. Existe o entendimento de que, em longo prazo, a elevação do nível de qualificação contribuirá para a redução das disparidades socioeconômicas existentes entre cidades e, do ponto de vista macro, também entre estados e regiões.

Sonhamos com escolas que promovam formação integrada, estimulando caráter emancipatório e significativo poder de transformação econômica e da realidade social dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Para Giusta (2013, p. 27):

A cisão entre subjetividade e objetividade nada mais é que o reflexo da divisão social do trabalho, da separação entre o fazer e o pensar, da prática e da teoria. E, nesses casos, assiste-se a uma supervalorização da teoria, porque, sendo aquela que sabe, tem o direito de comandar a prática. A esta, como ignorante, nada mais resta do que obedecer à teoria. E dada a falsidade da relação de dominação entre teoria X prática, não poderíamos esperar que a escola, instituição legitimadora e produtora desse tipo de dominação, pudesse ter encarado a transmissão do conhecimento de uma forma diversa daquelas que impedem a autonomia intelectual e a produção de um conhecimento verdadeiro e, por isso, libertador.

A educação profissional, através do artigo 1º do Decreto 8.268 de 2014, que altera o artigo 2º do Decreto 5.154 de 2004, remete às seguintes premissas: articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; a centralidade do trabalho como princípio educativo e a indissociabilidade entre teoria e prática (BRASIL, 2014). Para Paiva (2012, p. 56), a educação profissional deve caminhar:

Num sentido de uma perspectiva mais ampla, de superação de uma ideia restrita, operacional e simplificada, para substituí-la pela compreensão ontológica de que homens e mulheres, pelo trabalho constroem o mundo para si, produzindo por essa atividade conhecimentos científicos e tecnológicos e apropriando-se histórica e socialmente dos conhecimentos e valores do seu tempo.

Portanto, a educação básica, articulada ao mundo do trabalho, da ciência e da cultura constitui-se em direito subjetivo e social, vinculada a todas as dimensões e esferas da vida. São condições prévias para construir sujeitos emancipados, críticos e criativos, com domínio da realidade de onde vivem e com condições para compreender e atuar sobre ela. Frigotto (2005) coloca que a relação dessa educação básica integrada, com o mundo do trabalho, não pode ser confundida com o imediatismo do mercado do trabalho e nem com o vínculo imediato com o trabalho produtivo. Trata-se de uma relação mediata, na sua natureza ontocriativa.

No percurso histórico da educação de jovens e adultos destacam-se dois movimentos contraditórios da educação integrada: de um lado a perspectiva libertadora e de transformação da realidade, de outro a marca de uma educação compensatória e aligeirada. Esse aligeiramento e celeridade podem ser um problema, pois podem interessar a muitos jovens e adultos que buscam ingressar mais rapidamente no mercado de trabalho, já que as desigualdades sociais os obrigam a trabalhar para garantir o sustento, sem preocupar-se com as condições ou tipo de trabalho que terão que enfrentar. Isso precisa ser debatido com muita atenção para garantia do foco na qualidade educacional e no grande propósito que é a formação integral, omnilateral, que gera cidadãos lúcidos, capazes de alterar as circunstâncias em que vivem. Um dos fatores contrários à formação profissional integrada ao ensino médio

se relaciona à EJA da Rede Estadual, que tem a formação na metade do tempo previsto da EJA EPT da Rede Federal, na qual, sem habilitá-los a uma formação profissional, somente elevam a escolaridade dos estudantes.

Considerando a necessidade de integrar a Educação Básica e Profissional, ao agregar o conhecimento científico e prático, o programa EJA EPT traz o trabalho como princípio educativo. É necessário aprofundar a construção de conhecimentos relacionados à relação educação e trabalho, seus dilemas e contradições no cenário do capitalismo atual. Neste sentido, Costa (2010, p.32) aponta:

A formação integral dos trabalhadores que integrem cultura e produção, ciência e técnica, atividade intelectual e manual, onde o trabalho e a educação sejam compreendidos não apenas como espaços em que se realizam atividades produtivas, mas como espaço em que as relações sociais concebam transformações societárias.

O trabalho como princípio educativo implica reconhecer o trabalhador como sujeito, capaz de pensar, criar e recriar no trabalho as suas condições de produção e subsistência, e não mais como mero executor de funções e tarefas. Neste sentido, conforme Ciavatta (2005, p.84), buscamos enfocar “o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos”.

Para Frigotto (2005), o trabalho como princípio educativo, não é, primeiro e sobretudo, uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas um princípio ético-político, onde o trabalho é, ao mesmo tempo, um dever e um direito e engendra um princípio formativo ou educativo.

Na busca de estratégias de desenvolvimento do local onde se está inserido, ou, quem sabe, do mundo, na perspectiva educacional e da formação do cidadão emancipado, crítico e ético, acreditamos que a concepção de educação precisa ser consciente, com motivação e participação efetiva do educador e educando, considerando-se aspectos da realidade social e local que se vive. Para Freire (1987, p.25), os professores devem considerar o estudante como:

Sujeito capaz de construir seu próprio saber, com uma proposta pedagógica pautada em relações dialógicas, de cooperação e solidariedade, para que possam ser preparados para participarem da construção de uma sociedade politizada, com todos os direitos de cidadãos que produzem e colaboram para a transformação do mundo.

Na ação com o sujeito, tratada frequentemente como prática ou práxis, colocada no cerne do processo de aprendizagem, o professor pode interferir junto ao aluno e contribuir

para a construção/transmissão do conhecimento acumulado historicamente pela humanidade, sendo a aprendizagem, o processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes, valores, etc. Giusta (2013) chega à conclusão de que as práticas pedagógicas que respeitem a concepção de aprendizagem em foco devem apoiar-se em duas verdades fundamentais: de que todo conhecimento provém da prática social e a ela retorna; e, de que o conhecimento é um empreendimento coletivo, nenhum conhecimento é produzido na solidão do sujeito, mesmo porque essa solidão é impossível.

Concebendo a escola como o lugar onde ocorrem a apropriação e a sistematização do conhecimento e onde a aprendizagem deve estar sempre presente (processo ensino-aprendizagem), a sala de aula é um laboratório, no qual o processo discursivo ocorre pelas negociações e conflitos que aparecem perante o novo, perante aquilo que não se conhece ou não se domina totalmente e que devemos apresentar aos alunos de maneira problematizadora.

Evidencia-se a importância do educador que provoca a ação do aluno, que media e constrói em conjunto uma educação para a autonomia, para inventar e reinventar. Que considera a escola como espaço de aprendizagens, que é facilitador de transmissão de conhecimentos gerados pela humanidade. Com o aprendizado coletivo, educadores acabam aprendendo muito com os alunos através das suas histórias de vida e realidades tão distintas. Porém, percebemos como é difícil e complexa a quebra de paradigmas, de resistências e de zonas de conforto.

Quando nos referimos ao valor das interações em sala de aula, é importante deixar claro que não compactuamos com a ideia de classes socialmente homogêneas, onde uma determinada classe social organiza o sistema educacional de forma a reproduzir a sua visão de mundo e seu domínio social. Também buscamos quebrar o paradigma de sala de aula arrumada, onde todos devem ouvir uma só pessoa transmitindo informações que são acumuladas nos cadernos dos alunos de forma a reproduzir um determinado saber eleito como fundamental e importante para a vida de todos. O professor em sala de aula explica, instrui, informa, questiona e corrige o aluno, realiza uma troca de ideias, um “bate-papo”, fazendo-o explicitar seus conceitos espontâneos. A ajuda do educador permite ao educando resolver/entender mais cedo os problemas complexos que não poderia enfrentar se fosse deixado à mercê da vida cotidiana. Assim, as experiências dos educandos, mais notadamente as que se dão de forma sistemática no mundo escolar, parecem resultar maior conhecimento e mais desenvolvimento sobre a realidade.

Observa-se a necessidade de integração desses pilares, de forma a garantir a emancipação do indivíduo, ciente de sua existência e do local que ocupa dentro da sociedade

enquanto sujeito, por meio da formação de uma base curricular. Na formação profissional deve estar contemplado esse processo de emancipação e consciência que, sendo assim, deverá ter correlação direta com a melhoria das condições de vida, permitindo melhores condições de renda e desalienação. Kuenzer (2007, p. 32) afirma:

Trabalhar com o conceito mais amplo de educação de modo que incorpore todas as formas educativas que ocorrem no interior das relações sociais, inclusive o trabalho, com o objetivo de formar o cidadão como ser político e produtivo, implica reconhecer que cada sociedade, em cada época, dispõe de formas próprias para formar seus intelectuais. Estas formas próprias são o que Gramsci chama de princípio educativo.

O planeta é o espaço de aprendizagem nos dias de hoje. Diante das novas tecnologias, é muito difícil encontrar metodologias adequadas que garantam ao mesmo tempo interesse, participação e entrosamento dos alunos, assim como a contextualização dos conteúdos e a apropriação do conhecimento científico que tende a envolver conteúdos abstratos no qual o aluno enfrenta dificuldade em fazer a relação com a sua vida cotidiana. Necessitamos, enquanto educadores, nos apropriarmos dos saberes científico e filosófico sobre o mundo do trabalho, adaptando-o para a realidade dos alunos para que estes possam construir conhecimentos.

Devemos oportunizar condições para que os alunos se tornem cidadãos que atuem e pensem por si mesmos, para que se tornem pessoas livres de manipulações e que consigam ter a capacidade de pensar e refletir criticamente às situações que lhes são apresentadas e a realidade social que vivem. Este movimento de compreensão do mundo implica em ações de discussão e de investigação para a assimilação de funções mentais que garantam ao indivíduo a possibilidade de desenvolvimento. Para tanto é preciso o estabelecimento de relações, experiências, possibilitando reflexões, para que se construam pontos de vista para um pensar crítico e comprometido com a realidade em que vive. Aqui entra a importância da singularidade de cada escola, que resgata a sua identidade através do Projeto Político Pedagógico (PPP), o qual nasce do próprio “chão da escola”, e que é construído com reflexão, diagnóstico, planejamento e participação coletiva de toda a comunidade escolar, conduzidos de maneira comprometida, democrática e transparente pela a equipe diretiva e pedagógica da instituição, com apoio dos professores. Porém, muitas vezes estão desatualizados ou inacessíveis (engavetados) por falhas nos processos democráticos de construção e de transparência.

O PPP é a essência do trabalho que a escola desenvolve no âmbito de seu contexto histórico. É construído e vivenciado em todos os momentos, com todos os envolvidos com o processo educativo, no qual, busca-se um rumo, uma direção. No PPP é planejado o que temos que fazer, realizar, buscando o possível, antevendo um futuro diferente do presente, porém, com flexibilidade em suas ações. O documento deve ser composto por princípios norteadores como igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade, autonomia, propondo a aproximação entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática. Veiga (2004, p.13) deixa clara tal definição:

É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside à possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

O processo de conscientização, a participação social e política, a rebeldia contra o cotidiano que explora, tem papel bastante importante na luta contra a alienação. Uma educação libertadora para gerar tomada de consciência de classe e a revolução são as únicas formas para a transformação social. Mudança e transformação, quebra de paradigmas, avanço na autonomia, na responsabilidade, na solidariedade, exigem coragem, ação, equilíbrio, enfrentamento e mobilização com ousadia. Neste sentido, Snyders (2005, p. 102-103) destaca que:

Escola é terreno de luta entre a classe dominante e a classe explorada; ela é o terreno em que se defrontam as forças do progresso e as forças conservadoras. O que lá se passa reflete a exploração e a luta contra a exploração. A escola é, simultaneamente, reprodução das estruturas existentes, correia de transmissão da ideologia oficial, domesticação, mas também ameaça à ordem estabelecida e possibilidade de libertação.

A escola tanto poderá se constituir instrumento de resistência para negar a dominação, como também poderá contribuir para esta dominação do sujeito trabalhador, a favor da ordem capitalista. Para reduzir a desigualdade do processo educativo busca-se a chamada escola unitária, omnilateral. Para Moura (2007, p. 2) “uma educação unitária pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social”. Afirma ainda que é possível vislumbrar essa possibilidade desde que, seja a ciência, a tecnologia, a cultura e o trabalho, adotados como

eixos estruturantes, embora as características atuais da sociedade brasileira dificultem a implementação de uma educação politécnica e unitária.

Outros autores também apontam para a mesma linha de entendimento ao afirmarem que: “o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a “travessia” para uma nova realidade” (RAMOS, 2008, p. 15). É preciso aprofundar a construção de conhecimentos relacionados à relação trabalho e educação, suas contradições e dilemas no cenário do capitalismo atual, que, mesmo modificado, complexificado, continua perpetuando a divisão social do trabalho e o antagonismo entre as classes trabalhadoras e detentoras do poder econômico. Acredito que somente com uma educação integrada, de qualidade e gratuita para todos, poderemos construir um profissional qualificado para o mundo do trabalho e ao mesmo tempo uma pessoa cidadã plena, crítica e emancipada, capaz de fazer uma leitura consciente de mundo.

Nesta sociedade que enfrenta um padrão de desemprego estrutural e de organização do trabalho flexível, muitas vezes, associadas à sua falta de educação e formação, acabam “baseados em interesses estranhos a nossa realidade, transferindo aos indivíduos a responsabilidade de serem empregáveis e empreendedores para individualmente produzirem trabalho e renda” (CIAVATTA, 2012, p. 70). Para permitir ao cidadão chegar ao domínio intelectual, é preciso outro tipo de pedagogia, determinada pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho. O objetivo a ser atingido é a capacidade de lidar com a incerteza, substituindo a rigidez pela versatilidade, flexibilidade e rapidez, de maneira a atender a demandas dinâmicas, de modo a assegurar qualidade de vida e preservar a natureza.

São necessários diferentes métodos e práticas de aprendizagem para realizar o ensino das técnicas e saberes, sempre levando em conta o conhecimento prévio e experiências que o aluno já possui. E como resultado de processos interativos que se dão ao longo do tempo, o educando vai aprendendo e se modificando ao construir, desconstruir e reconstruir suas próprias concepções. Assim, como pilares fundamentais para a consolidação do PROEJA e consequentemente tornar um programa sério, consistente e com raízes na educação brasileira, precisamos de grande suporte aos educadores e Instituições de Ensino.

Com a reformulação da Lei n.º 13.415/2017 (reforma do Ensino Médio), são retomados os contextos educacionais de várias décadas atrás. Embora a reformulação do Ensino Médio não seja tema de debate desta pesquisa, não se pode deixar de observar que, no cenário atual, já estamos vivenciando uma mudança drástica com tal reforma, que fragmenta o Ensino Médio por área de conhecimento e retoma a separação entre educação propedêutica e educação profissional, evidenciando e potencializando a dualidade educacional histórica de

nosso país que separa a educação para o rico e para o pobre. Parece ser um retrocesso quanto à expansão da EPT, ao PROEJA e à formação integrada.

Neste sentido, Gonçalves e Silva (2019, p. 289 - 290) observam:

Na medida em que o Ensino Médio brasileiro incorpora em suas orientações políticas e curriculares os objetivos de formação flexível, onde a finalidade é a constituição de um novo sujeito capaz de articular-se nos mais diversos ramos produtivos – portanto, em defesa da produtividade e competitividade nos limites do padrão de acumulação flexível – distancia-se de uma educação politécnica e, por isso, não oferece condições para a superação da dualidade histórica que marca esse nível de ensino. [...] As atuais reformas passam a controlar os conhecimentos como modo de atender as transformações do mercado de trabalho na perspectiva da flexibilidade de empreendedorismo, características necessárias exigidas ao trabalho que se afasta da discussão de mundo de trabalho e nega o conhecimento construído historicamente para os jovens e adultos do Ensino Médio. [...] Percebe-se que, após vinte e três anos da LDBEN (1996), se mantém a ideia dessa modalidade de educação com vistas à manutenção do sistema societário vigente. Portanto, o trabalho como princípio educativo, legado do pensamento marxiano, diverge das políticas educacionais destinadas ao Ensino Médio de jovens e adultos. O “educativo” no projeto neoliberal é sinônimo de ‘aprender a aprender’ e de empreendedorismo.

Esse debate da concepção do ensino básico integrado à educação profissional coincide com inquietações sobre projetos de sociedade e concepção de mundo, que demonstram o caráter ético-político do tema. Sob essas perspectivas, considerando as dimensões trabalho, ciências e cultura, Ciavatta (2005, p. 85) questiona: “uma concepção de educação que está em disputa permanentemente na história da educação brasileira com indagações como: educar a todos ou a uma minoria, supostamente, mais apta ao conhecimento? A uns e a outros que tipo de educação deve ser dada de modo a atender às necessidades da sociedade?”.

É necessária a inversão desta realidade onde o trabalho surge como princípio de desumanização, de maneira em que o trabalho se torne princípio educativo. Assim, através deste referencial e argumentação que dá luz e destaque para uma educação integrada, libertadora e emancipadora, demonstramos que não compactuamos com este “sobreviver precário” e a desumanização da sociedade que vem aumentando, gerados pelas relações do mundo do trabalho e da organização da produção, impasse causado pela globalização do capital, onde uma determinada classe social organiza o sistema produtivo de forma a reproduzir seu domínio social e a opressão e alienação dos trabalhadores.

Há uma travessia contraditória e complexa a fazer, que implica em agir sobre a realidade produzida e buscar formas de mudanças estruturais para que se perenizem e perpetuem os programas educacionais gratuitos que integram a educação básica com o mundo do trabalho, na busca da omnilateralidade. Sujeitos emancipados, criativos e com leitura

crítica, terão condições de lutar por justiça social, igualdade efetiva, cidadania e democracia.

Em sintonia com esse arcabouço teórico e contextualização do cenário brasileiro em relação à Educação Profissional Tecnológica e da EJA EPT (nos IFs), apresenta-se nos próximos capítulos os caminhos metodológicos percorridos durante a pesquisa e as discussões advindas das experiências e relatos dos sujeitos.

6 CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS QUE ORIENTARAM A PESQUISA

Com base nas exposições já realizadas, a presente dissertação teve como problema de pesquisa: **Quais as mudanças de vida que o curso Técnico em Comércio integrado ao nível médio na modalidade PROEJA, do IFFar - Campus Júlio de Castilhos, promoveu aos egressos? Suas expectativas foram alcançadas?** E, a partir desta, traçaram-se os objetivos, sendo: **Objetivo geral:** Analisar a trajetória profissional e as mudanças de vida que o curso Técnico em Comércio integrado ao nível médio na modalidade PROEJA, do IFFar - Campus Júlio de Castilhos, promoveu aos egressos. **Objetivos específicos:** Reconhecer se o curso contribuiu ou não na vida profissional e pessoal dos egressos; Identificar os desafios enfrentados pelos egressos ao concluírem o curso e ingressarem no mundo do trabalho; Identificar se os objetivos do PROEJA vem sendo atingidos pela instituição e auxiliar na reflexão de possíveis processos de repensar as ações desenvolvidas; Elaborar um produto educacional com o objetivo de divulgar para a comunidade acadêmica (profissionais da educação e alunos) os resultados apresentados a partir da pesquisa realizada, destacando as concepções dos egressos, quanto às mudanças de vida que o curso promoveu.

A pesquisa compreende um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (GIL, 2002, p. 17). Sendo assim, a metodologia vai delinear os caminhos do processo investigativo com o objetivo de descortinar alguns dados que vão justificar a sua proposição. No entendimento de Minayo (2012, p.14) “é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”.

Quanto ao método e à forma de abordagem, tem-se uma pesquisa de caráter qualitativa. Para Triviños (1987, p. 123):

Na concepção fenomenológica da pesquisa qualitativa, o investigador deve estar dotado de amplo e flexível espírito de trabalho. Isto elimina a possibilidade da colocação de hipóteses, que devem ser testadas empiricamente, e de esquemas de atividades levantados a priori, questionários padronizados, análises de resultados de acordo com certos cânones rígidos etc.

Na pesquisa qualitativa, de forma muito geral, segue-se a mesma rota ao realizar uma investigação. Isto é, existe uma escolha de um assunto ou problema, uma coleta e análise das informações. É indispensável, não obstante isso, fazer alguns esclarecimentos importantes. Temos expressado reiteradamente que o processo da pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas, estanques (TRIVIÑOS, 1987).

A partir do uso de investigação bibliográfica, documental e de campo com questionários (APÊNDICE A) e entrevistas (APÊNDICE B), com a finalidade de construção de alternativas à solução das questões apresentadas e para viabilizar o alcance dos objetivos traçados com aproximação ao problema e o consequente entendimento dos fatos ligados ao estudo, esperamos colaborar para o mapeamento desta realidade. Marconi e Lakatos (2012, p. 86), definem um questionário como “um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Assim, em termos qualitativos, questionamos os sujeitos da investigação com o intuito de perceber aquilo que eles experimentam, o modo como eles interpretam as suas experiências e o modo que eles próprios estruturam o mundo social em que vivem, tomando as informações e referências teóricas como elementos para proceder interpretações e discussões que apontem as relações da educação profissional com o mundo do trabalho e com a emancipação e autonomia emergentes, perante as distorções desta sociedade capitalista, onde muitos necessitam do trabalho antes mesmo de concluírem a educação básica. Assim, havendo a necessidade da integração entre teoria e empiria e os procedimentos de análise do pesquisador, evitamos a compreensão de que a fala dos sujeitos por si só é capaz de definir algo sobre o objeto por nós estudado.

Além de manter a presença atuante e consciente do pesquisador no processo de coleta de informações, para Triviños (1987, p. 152), a entrevista semiestruturada “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade”. A entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em hipóteses e teorias que se relacionam ao tema da pesquisa. A partir das respostas dos informantes, os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador (TRIVIÑOS, 1987). Conforme aponta Duarte (2002), não é possível determinar, a priori, o número de sujeitos a serem entrevistados, uma vez que depende da qualidade, da profundidade e do grau de recorrência e divergência das informações nos depoimentos.

No mais, defendemos a importância do sujeito pesquisador na articulação entre as questões teóricas e a empiria, a partir dos questionários e entrevistas realizadas de modo a favorecer a análise e interpretação dos dados. Assim, valorizamos a ação do sujeito pesquisador no processo de interpretação e análise dos dados coletados e reconhecemos a impossibilidade de métodos quantitativos revelarem a essência do fenômeno por nós investigado. Isto posto, destacamos que, ao fazermos uso de questionário e entrevistas

semiestruturadas, não tomamos as respostas e relatos dos egressos Técnicos em Comércio como um retrato definitivo, mas como indícios para se analisar a relação da sua formação com as mudanças de vida que o curso proporcionou e os desdobramentos frente aos desafios que o mundo do trabalho e a vida lhes impõem.

A pesquisa bibliográfica e a documental constituem as fontes que são representadas, respectivamente, pelo conhecimento disponível, principalmente, em livros e artigos científicos que forneceram as bases da fundamentação teórica; e pelos dados documentais internos da instituição pertinentes ao tema em abordagem, como os registros da Coordenação de Registros Acadêmicos, a Lei 11.892 (2008), o Documento Base do PROEJA, além de documentos institucionais como o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Comércio.

O seu referencial teórico aliado às informações levantadas norteiam as análises aqui publicizadas. Conforme Silva e Menezes (2001, p. 32), a população ou universo da pesquisa “é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo”. Sendo assim, o universo desta pesquisa compreende como sujeitos, os egressos que representam todas as turmas do Curso Técnico em Comércio - modalidade PROEJA, do Instituto Federal Farroupilha, *Campus* Júlio de Castilhos (totalizam oito turmas concluintes, que ingressaram anualmente de 2010 a 2017).

Auxiliados pela Coordenação de Registros Acadêmicos do *campus* e pela Coordenadora do PROEJA, para a aplicação de questionários e entrevistas, de forma remota, tentamos localizar e realizar contato com todos os egressos de todas as turmas, desde a primeira turma que ingressou em 2010. Assim, realizamos um mapeamento daqueles que possivelmente poderiam contribuir para a pesquisa. Para isso, através dos nomes e contatos telefônicos cadastrados na base de dados destas coordenações, tentamos entrar em contato com todos por meio do whatsapp e das redes sociais. Por se tratar de egressos que ingressaram desde a primeira turma em 2010, até a turma que ingressou em 2017, muitos contatos estavam desatualizados, mas mesmo assim tentamos encontrá-los através do Facebook. Muitos não foram encontrados, outros não deram retorno ou não aceitaram o convite de participação. Há de se considerar as rotinas cotidianas e disponibilidade de aparelhos e de internet de cada sujeito para que atendessem o nosso convite, visto que o questionário foi aplicado através do Google Forms e as entrevistas realizadas através do Google Meet. Sendo assim, dos 64 contatos efetivos que realizamos, os 31 questionários respondidos e os 8 entrevistados abrangem uma amostra satisfatória e considerável de cada turma.

Então, após a aplicação e a devolutiva de 31 questionários (representatividade de todas as turmas), entrevistamos um integrante de cada turma/ano egressa do PROEJA em Comércio (escolha aleatória, sem características condicionantes), sucessivamente, de 2010 até a turma que ingressou em 2017, totalizando oito (8) entrevistados (curso instituído em 2010). Assim, buscamos nominar os 8 egressos entrevistados com a numeração de 1 a 8, em ordem crescente, sucessivamente, relativo ao ano de ingresso (ex.: Egresso 1 = turma 1, ingresso em 2010; Egresso 2 = turma 2, ingresso em 2011; sucessivamente).

Os sujeitos desta pesquisa estão detalhados no próximo capítulo do trabalho, porém destacamos aqui o grande esforço e comprometimento deste pesquisador, em tempos de pandemia da Covid-19, para localizar e contatar a totalidade de indivíduos (egressos) participantes. Cabe ressaltar que estes contatos se realizavam durante um dos piores cenários presenciados pela humanidade, durante o pico da pandemia da Covid-19, que além de tirar a vida de milhares de pessoas, afetava a saúde emocional de todos ao trazer impactos negativos em todas as esferas da humanidade. Ainda não passamos pela pandemia, mas a perspectiva de vacinação em massa nos traz a esperança de vencermos esta luta, que sem dúvida nenhuma, trouxe marcas e mudanças que jamais serão esquecidas. Que este momento dolorido, de colapso humanitário e de solidariedade, nos traga aprendizados e força para vencermos a desesperança e que não deixem traumas que paralisem ou retardem a retomada da normalidade da vida humana no seu sentido amplo.

Partindo do pressuposto de que buscamos investigar a trajetória profissional e as mudanças de vida que o curso promoveu aos egressos e considerando o trabalho como atividade humana e a educação como a arma mais poderosa para mudar o mundo, tomamos a Análise Textual Discursiva (ATD) como luz para a análise de dados. Sem a pretensão de revolucionar a realidade através de uma dissertação de mestrado, mas na intenção de provocar reflexões referentes às experiências e trajetórias dos egressos, considerando a formação dos estudantes do PROEJA em Comércio, a ATD contribuiu significativamente para compreensão da grande categoria central: *“As dificuldades, superações e transformações dos sujeitos do PROEJA: O Instituto Federal como uma possibilidade de mudança de vida”*, que emergiu através dos relatos dos egressos e das percepções do pesquisador durante o processo de investigação.

Moraes e Galiazzi (2006), afirmam que a análise textual discursiva é uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso. Para Moraes e Galiazzi (2007, p. 89):

A Análise Textual Discursiva pode ser caracterizada como exercício de produção de metatextos, a partir de um conjunto de textos. Nesse processo constroem-se estruturas de categorias, que ao serem transformadas em textos, encaminham descrições e interpretações capazes de apresentarem novos modos de compreender os fenômenos investigados.

Para Pedruzzi et al. (2015), a ATD se configura como uma metodologia de etapas extremamente minuciosas, requerendo do pesquisador a atenção e a rigorosidade em cada etapa do processo. Organizada em quatro focos, a Análise Textual Discursiva visa, inicialmente, à desmontagem dos textos, seu exame nos mínimos detalhes. Na sequência, desenvolve-se o estabelecimento de relações entre cada unidade, procurando-se a identidade entre elas, para, logo após, captar o que emerge da totalidade do texto, em direção a uma nova compreensão desse todo. Por fim, o processo de pesquisa, nesta metodologia de análise, é auto - organizado, exigindo do pesquisador uma imersão, a completa impregnação nas informações do texto analisado, sendo esta rigorosidade uma necessidade para que o novo tenha condições de ficar evidente.

Por fim, cabe salientar que a pesquisa foi registrada e aprovado no comitê de ética e os participantes assinalaram termo de consentimento (APÊNDICES C,D e E).

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após construir os sentidos teóricos da EJA EPT, considerando nesta integração o trabalho como princípio educativo e reconhecendo às dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como eixos do trabalho pedagógico na EPT, buscamos analisar a trajetória profissional e as mudanças de vida que o curso Técnico em Comércio integrado ao nível médio na modalidade PROEJA, do IFFar - *Campus* Júlio de Castilhos, promoveu aos egressos.

No sentido de contemplar os objetivos e o problema da pesquisa, apresentamos em seguida os resultados e discussões. Para facilitar a compreensão, apresentamos num primeiro momento os dados gerais obtidos a partir da pesquisa e num segundo momento, a grande categoria que emergiu através dos questionários e das entrevistas realizadas com os sujeitos participantes da pesquisa.

7.1 CONHECENDO OS SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa teve como sujeitos os egressos que representam todas as turmas concluintes do PROEJA – Técnico em Comércio do IFFar – *Campus* Júlio de Castilhos (são oito turmas, sendo uma turma ingressante por ano, desde 2010). Nosso foco nos egressos partiu das implicações previstas em nosso problema e objeto de pesquisa.

Assumimos, então, a partir de Arroyo (2013), que as pessoas são sujeitos que se expressam nessa materialidade, que entram nela com suas matrizes culturais, seus valores e representações, suas histórias pessoais, sua sensibilidade, subjetividade, afetividade e emoção, sua condição humana. Assim sendo, aceitaram responder o questionário 31 egressos, sendo 23 do sexo feminino e 8 do sexo masculino. Destes, 12 residem no município de Júlio de Castilhos, 15 em Tupanciretã e 4 em outros municípios, com as seguintes idades:

Quadro 3 – Idade X Quant. Egressos

Idade:	Quantidade de Egressos (31):
Entre 18 a 21 anos	0
Entre 22 a 30 anos	11
Entre 31 a 40 anos	10
Entre 41 a 50 anos	5
Mais de 50 anos	5

Fonte: o autor.

O ensino fundamental foi realizado nas escolas públicas por 100% dos egressos pesquisados, sendo 17 na EJA/Supletivo e 14 no ensino regular. Dos 31 egressos, 7 possuem curso superior e 5 estão em andamento; e dos 19 que não possuem graduação, 4 pretendem realizar e 3 interromperam.

Seguem no quadro abaixo, o ano de ingresso e o quantitativo dos egressos que responderam o questionário:

Quadro 4 - Ingresso X Quant. Egressos

Turma (ingresso)	Quantidade de Egressos:
1ª turma (2010)	3
2ª turma (2011)	1
3ª turma (2012)	3
4ª turma (2013)	3
5ª turma (2014)	6
6ª turma (2015)	5
7ª turma (2016)	3
8ª turma (2017)	7

Fonte: o autor.

Referente ao estado civil e quantidade de filhos, segue o quadro abaixo:

Quadro 5 - Estado Civil X Quant. Filhos / Egresso

Estado Civil:	Quant. Egressos:	Filhos por egresso:
Solteiro(a)	15	- 6 não possuem filhos; - 4 possuem 1 filho; - 4 possuem 2 filhos; - 1 possui 3 filhos.
União Estável	5	- 1 não possui filho; - 2 possuem 2 filhos; - 1 possui 3 filhos; - 1 possui 5 filhos.
Casado(a)	9	- 4 possuem 1 filho; - 4 possuem 3 filhos; - 1 possui 4 filhos.
Separado(a)	2	- 1 possui 1 filho; - 1 possui 3 filhos.

Fonte: o autor.

A seguir, apresentamos a grande categoria emergente a partir dos questionários e das entrevistas realizadas, a qual denominamos de “As dificuldades, superações e transformações dos sujeitos do PROEJA: O Instituto Federal como uma possibilidade de mudança de vida”.

7.2 AS DIFICULDADES, SUPERAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES DOS SUJEITOS DO PROEJA: O INSTITUTO FEDERAL COMO UMA POSSIBILIDADE DE MUDANÇA DE VIDA.

Teoricamente, a pesquisa se insere no interior das discussões sobre trabalho e educação, focando a temática da formação profissional, no sentido de se investigar a trajetória profissional e as mudanças de vida que o curso Técnico em Comércio integrado ao nível médio na modalidade PROEJA, do IFFar - *Campus* Júlio de Castilhos, promoveu aos egressos.

Partimos do pressuposto de que os sujeitos egressos reorganizam os saberes e os conhecimentos oriundos da formação escolar, diante das metamorfoses desse mundo, dadas as necessidades de criatividade do mundo do trabalho e para a vida.

Há de se considerar o cotidiano dos egressos que passaram por todo processo de formação através do PROEJA e levando-se em conta o trabalho como princípio educativo, foram indivíduos que buscaram essa formação profissional, em um contexto de ensino integrado, por elencarem como necessidade social a recuperação do tempo perdido e por estabelecerem uma perspectiva de melhoria de vida. São sujeitos coletivos que se submeteram ao retorno escolar para apropriar-se dos conhecimentos escolares que lhes foram negados, ou não aproveitados, em idade regular.

Considerando as lutas travadas pelos egressos/trabalhadores para que eles sejam reconhecidos como sujeitos políticos, de culturas e saberes, colocamos a educação e o trabalho no pódio, como atividades fundamentais para a construção da humanidade, no processo de criação e transformação humana, sendo responsáveis pela própria constituição e formação do ser social.

Nesse sentido, conhecer mais de perto a relação Educação X Mundo do trabalho e o que é vivido na realidade dos egressos Técnicos em Comércio, formados através do PROEJA, pelo IFFar – *Campus* Júlio de Castilhos, foi-nos um desafio que possibilitou entender como os saberes prescritos, os quais são constituídos a partir de formações acadêmicas, no interior da escola, e as necessidades impostas pelo mundo do trabalho e pela vida, são reorganizados pelas experiências dos egressos/trabalhadores nas várias situações vivenciadas, bem como compreender, atual e historicamente, o cenário educacional e econômico capitalista brasileiro, considerando todas as dificuldades e desafios que estes sujeitos precisam enfrentar.

Essa orientação também norteou nossa pesquisa, à medida que nos permitiram entender as negociações e conciliações que os egressos realizam em suas vidas, nos contextos

de suas trajetórias, em ordem pessoal, educacional, profissional, social e política, e das contradições do mundo do trabalho por eles também vivenciados.

As experiências por si sós, ou ainda uma educação desinteressada, não determinam a formação humana integral e as necessidades da vida, daí a importância de uma formação integral e de base científica aos sujeitos, ao contrário da pedagogia das competências e da formação pragmática. Trata-se de se entender que a formação desligada da vida dos sujeitos, somente de ordem dita teórica, entendido para além das razões de mercado, não consegue dar conta das necessidades humanas, sendo necessário que a base científica se integre à vida, constituindo-se significativa para a atuação no mundo, quer do ponto de vista técnico, econômico, político, organizacional, cultural e social. Trata-se, assim, de se defender a integração entre vida e escola, como tão bem salienta Ciavatta (2012, p. 85):

A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos.

Por fim, consideramos que cada sujeito é formado pelas relações pessoais e sociais que lhes são socializadas, assim criam e recriam suas necessidades e maneiras de enxergar o mundo frente à sua ação humana, em uma relação repleta de singularidades com as demandas do mundo do trabalho, materializadas em criações, ressignificações, intervenções e práxis.

Com referência à relação Estudos X Mundo do trabalho:

Quadro 6 - Estudos X Mundo do trabalho

Estudos X Mundo do trabalho	Quant. Egressos
Trabalha e estuda.	4
Só estuda.	4
Só trabalha.	17
Não trabalha e não estuda.	6

Fonte: o autor.

Referente ao mundo do trabalho, demonstramos as respostas conforme quadro abaixo:

Quadro 7 – Trabalho X Função

Você trabalha?	Quant. Egressos	Cargo/Função:
Não	10	- 2 são donas de casa (“- então trabalham!”); - 4 estudam.
Servidor Público	3	- Guarda municipal; - Servente; - Operário.
Sim, autônomo / sem carteira assinada.	9	- 2 vendedoras de vestuário; - Do lar; - Diarista; - Confeiteira - Auxiliar administrativo; - Estagiária no Banrisul; - Pastor; - Outra (não informado).
Sim, com carteira assinada.	8	- Vendedor; - Doméstica; - Agente funerário; - Babá; - Auxiliar de produção (frigorífico); - Cozinheira; - Auxiliar de carga e descarga; - Outra (não informado).
Sim, empresário/microempresário.	1	- Vendedora.

Fonte: o autor.

Para cada questionamento com múltiplas escolhas, foram abertos espaços para acréscimo de opções e observações. Quando perguntado do tempo sem trabalho e o motivo:

Quadro 8 - Tempo sem trabalho X Motivo

- Sou impedido de trabalhar por minha deficiência.
- Era agricultora. Agora moro na cidade.
- 9 anos, motivo saúde, e por meus pais idosos terem vindo morar comigo, o pai há 4 anos falecido, e a mãe continua morando comigo.
- Menos de 1 mês demitida por falta de renda do empregador.
- Dois anos, não conseguia.
- 3 anos. Motivo: Filhos pequenos.
- 2 anos.
- Por causa da minha deficiência auditiva eu acabei sendo aposentada pelo governo.
- 5 meses por motivo da pandemia.
- Por falta de oportunidade.

Fonte: o autor.

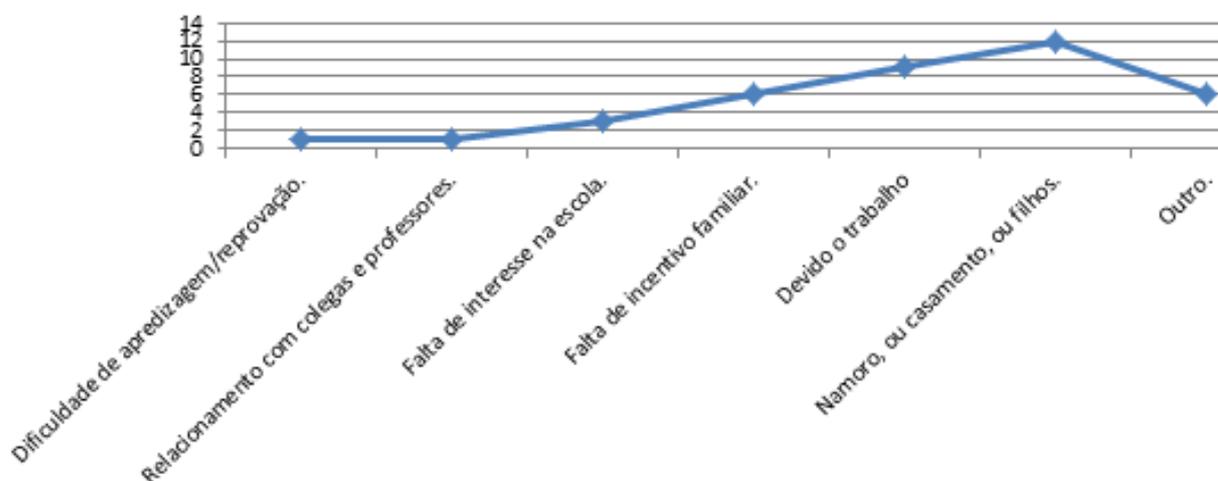
Decorrente do processo da reestruturação produtiva e econômica, promovida pela globalização do capital, milhares de brasileiros sofrem com a falta de oportunidades ou acabam explorados em subempregos com ocupações precárias e baixa remuneração. As novas

relações de trabalho impostas pelo sistema capitalista, transformado devido às mudanças tecnológicas, impõe um novo tipo de trabalhador, flexível, com novas competências e habilidades. Logo, aqueles que não se enquadram no perfil exigido pelo mercado sofrem com a falta de oportunidades de trabalho, são excluídos, gerando na sociedade uma legião de marginalizados, que buscam no imprevisto, maneiras para sobreviverem.

Portanto, política pública como o PROEJA representa um passo importante para o resgate desse contingente. Trata-se de oportunizar para este segmento da sociedade a inclusão, ou melhor, a correção de muitas injustiças sociais impostas desde a concepção da sociedade, herdadas pelas relações hegemônicas dominantes.

Quanto aos motivos que levaram os egressos pesquisados do PROEJA em Comércio a desistirem de frequentar a escola no tempo regular, obtemos as seguintes respostas demonstradas na figura 7:

Figura 7 - Quantidade de respostas X Motivos das desistências



Fonte: o autor.

Os outros motivos citados que levaram a desistirem de frequentar a escola no tempo regular foram:

Quadro 9 - Outros motivos / desistência

- Preconceito com minha deficiência.
- Na época morava no interior, e as escolas disponibilizavam estudo só até a 4ª série.
- Cuidar do filho.
- Fato de morar pra fora.
- Não tinha escola perto, nem condições financeiras de estudar em outro lugar.

Fonte: o autor.

Portanto, essa descontinuidade no percurso formativo evidencia o processo excludente muito presente em nossa sociedade. É muito importante problematizar esta questão, uma vez que milhares de brasileiros ainda se encontram nesta situação.

Esse abandono escolar em idade regular acontece com milhares de jovens que primeiramente precisam pensar no seu sustento e com a falta de incentivo familiar, por diversos motivos, e sem as condições necessárias para permanência na escola, acabam se perdendo pelo caminho, ficando à margem da sociedade, sem oportunidades, vulneráveis a exploração do capital. A escola se torna algo dispensável e supérfluo e isto significa dizer que, para este público, conforme Gelsleichter (2017, p. 101):

A motivação para o trabalho sempre antecedeu a motivação para o estudo, pois, a vida precária do povo não suscita expectativas em relação a uma escola elitista, que além de não ser atrativa, negou toda cultura, saberes e experiências destes indivíduos ao longo da história. A baixa tradição escolar afastou estes alunos da convivência com os códigos formais da escola, que se constituem a partir do discurso da ciência e não do senso comum, como estão habituados.

Muitos ingressam muito cedo no mercado de trabalho e não conseguem enxergar a serviço de quem e/ou do que está. Sem motivações ou incentivo acabam gerando uma legião de contingentes que ficam longe dos bancos escolares e sem perspectivas. Não havendo outra opção, acabam explorados, ou melhor, engolidos pelos mecanismos do capitalismo. Assim, com “sorte”, procuram mais tarde se inserir na EJA para compensar aquilo que não lhes foi oferecido em tempo regular. Desse processo violento de expropriação, concordamos com Pereira (2019, p. 53):

Para a constituição de uma força de trabalho disponível, o capital precisou desenvolver sempre mecanismos de controle e submetimento da força de trabalho, bem como, e especialmente, de apropriação do saber desenvolvido, nos processos de trabalho, e acumulado pelos trabalhadores, daí resultando formações que fragmentam a educação da classe trabalhadora. Nesse sentido, é necessário pensar que esse processo envolve que tipo de formação profissional esses trabalhadores precisam ter, particularmente, homens e mulheres que, desde cedo, vivem a necessidade objetiva do trabalho, seja para contribuir com a família, seja para atender às suas necessidades de consumo.

Percebemos, em função do adoecimento pelo próprio trabalho, o quanto o capital se interessa pela vitalidade e energia do trabalhador, que, conforme Gelsleichter (2017, p. 151):

Ao menor sinal de desgaste, dispensa-o, não pela eliminação do trabalho vivo, mas pela substituição do antigo trabalhador por outro disponível no exército de reserva, legitimando um processo de descartabilidade humana. [...] O trabalho simples, aquele que exige pouca qualificação para a execução, do mesmo modo, ainda se faz muito presente na sociedade capitalista, embora repaginado, maquiado, falseado.

O entusiasmo e a emoção dos egressos ao narrar as suas trajetórias cotidianas expressam muito o que representa e o que foi o PROEJA em suas vidas. São vencedores que tiveram que conciliar as demandas familiares, o trabalho, a frequência nas aulas e as tarefas escolares, totalizando três turnos de trabalho diário, sem descanso.

Ao buscarmos analisar a trajetória profissional e as mudanças de vida que o curso Técnico em Comércio integrado ao nível médio na modalidade PROEJA, do IFFar - *Campus Júlio de Castilhos*, promoveu aos egressos, destacamos a maneira natural em que os participantes vão relatando suas experiências, aprendizagens e vivências na instituição e sobre a vida. Sem citarem a importância da formação integrada de forma explícita, demonstram essa importância durante as suas falas que contam suas trajetórias e transformações durante o processo formativo e percurso de suas vidas.

Notamos que os egressos do PROEJA com idade mais avançada retornaram aos estudos não por uma certificação para o mercado de trabalho, mas pela sensação de estar cumprindo um desejo que ficou para trás por muitos anos, pelo sentimento de inclusão no ambiente escolar, o qual não foi consolidado pela falta de oportunidade/condições/interesse, pelo não consentimento dos pais/cônjuges, pelos deveres com a criação dos filhos ou pela necessidade de trabalhar para o sustento e para a sobrevivência da própria família.

Com ingresso em 2012, idade entre 41 e 50 anos, separada, com três filhos, o Egresso 3 relata na entrevista:

Quando eu comecei a estudar era para fora e lá era só até a quarta série, nem pré não tinha. Eu parei porque ali, no interior de Nova Palma, não tinha transporte para a gente ir. Naquela época os pais da gente gostavam que ficássemos só trabalhando né, que se perdia tempo estudar, daquelas pessoas que não incentivam! Aos 17 anos eu casei e vim morar em Júlio de Castilhos.

Já o Egresso 4, ingresso em 2013, com mais de 50 anos, separada, 1 filho, não trabalha fora e acaba de concluir o bacharelado em Administração no IFFar, relata que não deu sequência nos estudos em idade regular pois se casou cedo e seu primeiro filho era deficiente: “*depois que eu perdi ele eu voltei a estudar, fazia 30 anos que eu não estudava, que eu havia parado. Daí eu voltei, foi muito bom*”.

Todos os egressos entrevistados relatam trajetórias marcadas por dificuldades e anseios por terem interrompido o percurso escolar na idade regular, buscando mais tarde compensar aquilo que, por diversos motivos, não lhes foram permitido realizar. Trouxeram à luz questões importantes para compreender as mudanças em suas vidas e fica muito claro a

satisfação e realização, que muito se deve a oportunidade oferecida por uma instituição federal de ensino gratuita e de qualidade.

Com ingresso, no PROEJA em Comércio, em 2014, o Egresso 5, com idade entre 31 e 40 anos, casada, 3 filhos (concluiu o ensino fundamental através do PROEJA FIC do IFFar – Campus Júlio Castilhos e cursa bacharelado em Administração no mesmo, o que demonstra a importância das instituições da rede EPT desta relevância, que oportunizam a verticalização), aponta dificuldades e afirma que sem o incentivo familiar, se tornaria inviável:

Achei que eu não iria conseguir porque fazia muitos anos que eu tinha parado de estudar, eu havia parado no sétimo ano do ensino fundamental. Se a gente não tiver um apoio para incentivar, nas primeiras barreiras, nas primeiras pedras que aparecem a gente para e fica sentada, se acomoda de novo (EGRESSO 5).

O Egresso 6, ingresso em 2015, com idade entre 41 e 50 anos, união estável, 3 filhos, concluiu o ensino fundamental através do PROEJA FIC do IFFar – Campus Júlio Castilhos. Relata que não deu sequência nos estudos em idade regular devido à falta de incentivo familiar e com força de vontade valoriza a oportunidade para a continuidade:

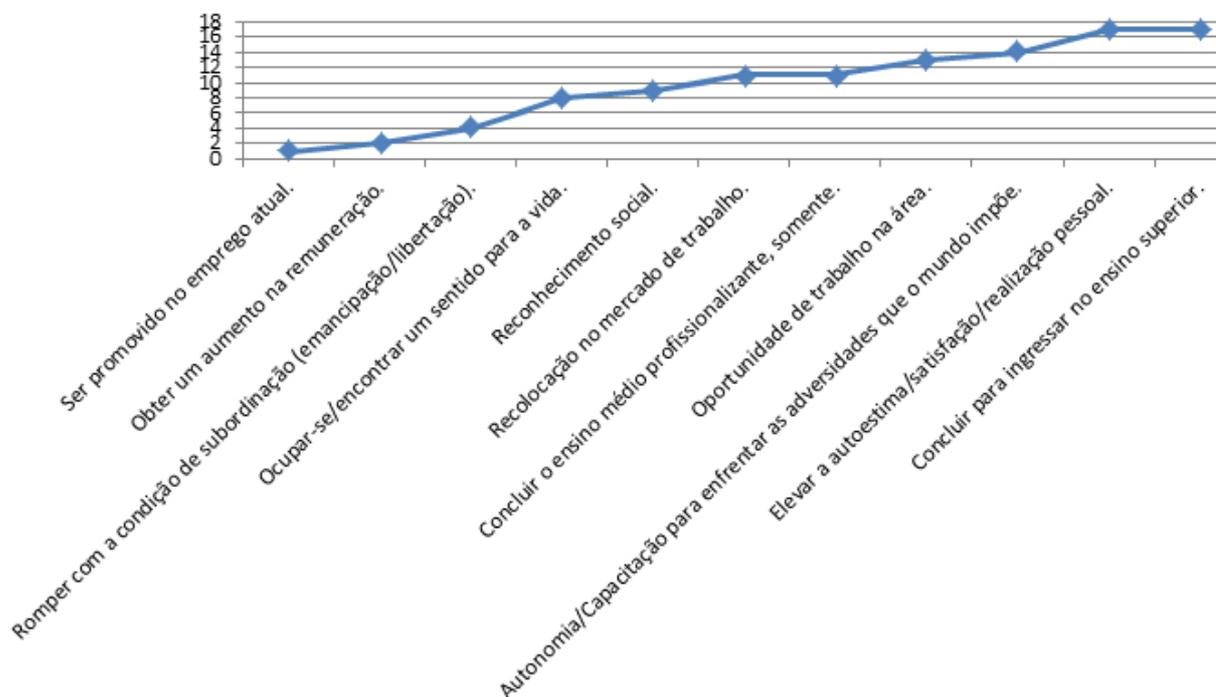
Eu não cheguei a concluir a quarta série, eu morava para fora e tipo assim, lá atrás isso aí não era importante, era bem mais difícil o acesso e tudo; e daí eu parei e quando eu vim para cidade já fui trabalhar e eu não tinha esse tempo para estudar. Quando apareceu aquela oportunidade eu aproveitei, não perdi, porque eu tinha essa vontade de concluir, de poder dizer que eu tenho ensino fundamental completo, depois o ensino médio né. A princípio era ensino fundamental completo né, aí depois foi indo, foi uma experiência muito boa né. No ano seguinte já ingressei PROEJA em Comércio.

O Egresso 7, ingresso em 2016, com mais de 50 anos, casada, 3 filhos, não trabalha fora. Concluiu o ensino fundamental através do PROEJA FIC do IFFar – Campus Júlio Castilhos e cursa o bacharelado em Administração no mesmo, o que demonstra a importância das instituições da rede EPT desta relevância, que oportunizam a verticalização, mesmo na fase adulta. Relata que não deu sequência nos estudos em idade regular, pois:

Meus pais sempre moraram no interior e na minha época só tinha até a quarta série. Eu casei cedo, com 17 anos e morava no interior né; daí vieram os filhos, os netos e tudo foi indo. Eu não tive as oportunidades para estudar antes, de certo era para ser, que nem eu digo, tudo tem a sua hora certa né. Hoje eu tenho colegas, de sete anos atrás, que começaram comigo aqui em Tupanciretã (PROEJA FIC), fizemos o médio juntos (PROEJA em Comércio) e tem dois que estão também fazendo faculdade.

Quando questionados das expectativas ao ingressar no curso técnico em Comércio do PROEJA, no IFFar – Campus Júlio de Castilhos, obtivemos as seguintes respostas apresentadas na figura 8:

Figura 8 - Quantidade de resposta X Expectativas.



Fonte: o autor.

Houve relatos da procura do curso e ansiedade para conclusão em decorrência da busca da empregabilidade, por serem oriundos de famílias trabalhadoras, onde o acesso à educação, em uma correlação idade-série havia sido negado, mas para os quais representava a possibilidade de pleitear um emprego.

Essa perspectiva de empregabilidade, de autonomia, de capacitação para enfrentar as adversidades que o mundo impõe, a partir da formação recebida no PROEJA Técnico em Comércio, esteve presente nas expectativas de parte dos egressos. Observa-se, na busca da formação, a procura da melhoria de qualidade de vida, no sentido pleno, ao manifestarem a autoestima, a satisfação e a realização pessoal como preponderantes, além da possibilidade de ingresso no ensino superior.

Como contrassenso que salta as vistas, notamos que uma das principais motivações que os fizeram voltar a estudar foi também uma das principais causas apontadas como motivo para desistirem de frequentar a escola no tempo regular: o trabalho. É profundamente antagônica a submissão da categoria trabalho perante a sobreposição do capital, que exige do trabalhador, mas estabelece limites ao mesmo, impedindo a sua formação/qualificação. Em face do caráter destrutivo do capitalismo que potencializa a crise estrutural do desemprego e do subemprego e que degrada a humanidade, apontamos este antagonismo

conforme Leite (2002, p. 1): “o trabalho é criação e tortura, é miséria e fortuna, felicidade e tragédia. O trabalho transforma o outro material e transforma também o seu agente”.

Especialmente no campo da EPT, é impossível ignorar a categoria trabalho pensando na formação do sujeito. No caso do PROEJA mais especificamente, “é um desafio para os formadores lembrar que este trabalho viabiliza as condições concretas para a chegada deste sujeito na escola como transporte e alimentação, mas ao mesmo tempo, fadiga-o e lhe rouba seu bem mais precioso: o tempo que deveria ser livre para estudar” (GELSLEICHTER, 2017, p. 103).

Procuraram estudar para ingressar no ensino superior, para elevar a autoestima e realização pessoal, na busca de reconhecimento social com autonomia e capacitação para enfrentarem as adversidades que o mundo impõe, com a esperança de que, com novos conhecimentos e saberes, a vida poderá ser mais amena. Quanto ao rompimento das condições de subordinação, embora poucos participantes tenham apontado como expectativa ao ingressar no curso, percebe-se de forma não explícita esse rompimento através das demais respostas ao demonstrarem sentimento de libertação e emancipação. Para melhor contextualização, buscamos, através de Gadotti (2012, p.1), uma definição para o que seria emancipar um sujeito:

Emancipar-se é, então, dizer a quem nos oprime: “tire a sua mão de cima de mim!”. Emancipar-se é, então, conquistar liberdade, autonomia, independência, não apenas política, mas também econômica. Não pode estar emancipado aquele que passa fome, que não tem um teto, que não tem o que vestir.

Os IFs buscam, ou precisam buscar, formar cidadãos emancipados, éticos, flexíveis, com leitura de mundo e com capacidade de liderança para que possam dar alguma contribuição para a sociedade e não simplesmente formar pessoas que aprendem a ligar e desligar máquinas ou apertar botões. Proporcionar formação não aligeirada, com o tempo necessário para a formação integral de profissionais que entendam as relações do mundo de trabalho e da sociedade, para que de fato possibilite a mudança de vida. Complementando esta perspectiva de transformação de vidas e da sociedade através da emancipação dos sujeitos, Maraschin (2019, p. 260) afirma:

Somente uma perspectiva emancipatória e práticas libertadoras e transformadoras podem oferecer à classe trabalhadora condições de sentir-se pertencente aos projetos que lhes são destinados. Denunciando o trabalho alienado, percebendo as contradições da sociedade capitalista, não prevalecendo a separação entre trabalho manual e intelectual e contribuindo para que os sujeitos entendam o mundo,

entendam-se nele e melhorem sua vida, a partir do trabalho e da produção de técnicas e de tecnologia.

É evidente a preocupação com o reconhecimento social, com a recolocação no mercado de trabalho ou oportunidade de trabalho na área de formação. Em relação ao mundo do trabalho, neste sistema capitalista vigente, para se apropriarem de condições mais dignas de disputa e concorrência às poucas vagas de emprego, há de se ter, a partir de uma perspectiva classista e degradante de trabalho, pelo menos o diploma de Ensino Fundamental e Médio, do contrário o próprio sonhar com o trabalho-emprego é negado pela situação de exclusão a que são submetidos os trabalhadores e as trabalhadoras. Numa dinâmica que se organiza rapidamente em novas configurações, enfrenta-se a contradição do sistema capitalista, no qual os trabalhadores nem sempre conseguem perceber as novas formas de exploração de trabalho e as novas formas de resistência e luta em defesa de seus direitos. Conforme Pereira (2019, p. 54 -55), há de se considerar que o capital, em suas metamorfoses:

Vem se realizando por meio da acumulação flexível, baseada em uma nova forma de organização e de gestão da força de trabalho, que vem colocando no ombro dos trabalhadores a necessidade de formações sempre aligeiradas, fragmentadas, objetivando a formação de um sujeito que se adapte ao mercado, colocando-os como sujeitos de flexibilidade formativa e de trabalho, sempre aptos a se inserir no que o mercado objetiva, em termos de formação necessária para tanto, negando-se o acesso a formações amplas, prevendo formações pragmáticas em lugar de formações politécnicas.

Do ponto de vista do mercado e desta educação aligeirada que confere certificação vazia, sem rigor formativo, Kuenzer (2002) relaciona como uma condição de inclusão excludente, ou seja:

As estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não correspondem os necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo; ou, na linguagem *toyotista*, homens e mulheres flexíveis, capazes de resolver problemas novos com rapidez e eficiência, acompanhando as mudanças e educando-se permanentemente. [...] Ou a tão em moda substituição da escolarização básica por cursos aligeirados de formação profissional, que supostamente melhorarão as condições de empregabilidade. Ou a certificação apenas formal conferida por muitos cursos supletivos (há exceções), que não conferem rigor e seriedade a formação de jovens e adultos. [...] Enfim, o conjunto das estratégias que apenas conferem certificação vazial, e por isto mesmo, se constituem em modalidades aparentes de inclusão que fornecerão a justificativa, pela incompetência, para a exclusão do mundo do trabalho, dos direitos e das formas dignas de existência (KUENZER, 2002, p. 89-90).

Para que se atendam todas as expectativas demandas pelos sujeitos da EJA e para que se cumpra a missão institucional dos IFs, de maneira que se proponha a transformação da

sociedade, precisamos evitar o aligeiramento do processo educacional. Maraschin (2019, p. 288) apresenta abaixo dois vieses; e assim como a autora (e não poderia ser diferente) escolhemos o segundo:

Portanto, pode-se olhar para o entendimento do tempo em relação à EJA como recuperação do tempo perdido e por isso a necessidade de aligeiramento ou como tempo para emancipação dos sujeitos e por isso tempo para ser, reconstruir-se, engajar-se num projeto de vida e de profissão. O segundo não tem um tempo estipulado, mas tem um processo que demanda tempo e faz-se na história pessoal e institucional.

Precisamos bater de frente contra o projeto de EJA aligeirado, que aliena as pessoas. Projetos de EJA que excluem o trabalho e a tecnologia como realidade concreta da vida das pessoas, de acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005 b, p. 5):

Não as considera como sujeitos que produzem sua existência sob relações contraditórias e desiguais. Outro projeto, que tome o trabalho somente em sua dimensão econômica, fetichiza a educação como redentora das mazelas enfrentadas no mercado de trabalho, imputando às pessoas a responsabilidade de superá-las pelo uso de suas capacidades individuais, ou seja, reduz o sujeito a fator econômico e aliena o direito dessas pessoas de se reconhecerem e se realizarem plenamente como seres humanos.

Considerando que não existe humanidade sem trabalho e constituindo-nos como seres sociais, nas mediações com a natureza e com o próximo, para a nossa pesquisa, foi fundamental compreendermos o trabalho enquanto princípio educativo, considerando o pressuposto de que todo tipo de trabalho, desde que realizado de maneira não degradante, não alienante e consciente, eleva e traz dignidade ao ser humano. Frigotto (2005, p. 60) nos embasa: “[...] trabalho se constitui em direito e dever e engendra um princípio formativo ou educativo”. Para tanto, torna-se necessário integrar os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade com os novos conhecimentos científicos e inovações tecnológicas.

Para Frigotto (2005) é pelo trabalho que os homens e as mulheres estabeleceram suas relações sociais e produzem tanto as condições materiais quanto as condições necessárias de sua existência, sendo o trabalho a base e mediação entre o homem e a natureza, na qual ele transforma o mundo que o rodeia, tornando-o mais humano.

Vislumbramos uma sociedade que inclui e valoriza a classe trabalhadora, formando-a em sentido pleno. Assim, nessa compreensão de integração, em um sentido de completude, rejeitamos a ideologia da educação profissional, entendida muito genericamente, como preparação teórico-prática da força de trabalho alienado para a afirmação do processo de

produção de mercadorias e lucro. Contrariamos a perspectiva política de formação que promove a dualidade educacional, ou seja, a separação da formação geral/básica para um lado e formação profissional para outro, a formação parcial para uns e formação por inteira para outros.

Neste sentido, o Egresso 1, ingresso em 2010, com idade entre 31 e 40 anos (possui curso superior), casada, 1 filho, optou pelo PROEJA em Comércio: *“para ter alguma noção de administração, marketing, um pouquinho da vida social fora de dentro de casa, juntamente com ensino médio. Daí eu consegui conciliar os dois juntos, um técnico junto com ensino médio”*.

Na mesma linha, frisando a importância da integração da educação profissional com o ensino médio, o Egresso 2 (ingresso em 2011, com idade entre 22 e 30 anos, solteiro, não trabalha, cursa o quinto semestre do curso de Direito) relata:

Eu venho de uma origem humilde, de uma família que não tinha muito poder aquisitivo e eu nasci com uma deficiência física. Acabei ficando de 3 a 4 anos afastado da sala de aula, quando eu ouvi na rádio, na época, sobre a oportunidade de alunos poderem concluir o ensino médio tendo como agregado, como um bônus, um curso técnico, um curso de profissionalização, que era o PROEJA em Comércio.

O Egresso 5 menciona a ansiedade e as dificuldades que enfrentou para buscar uma condição de ensino mais digna: *“no meu pensamento seria só terminar o ensino fundamental para ter um diploma de oitava série. Antigamente a gente tendo o diploma de oitava série (ensino fundamental) parecia que era tudo né”*. Já no ensino médio, no PROEJA em Comércio, conciliando sempre com o trabalho e problemas familiares, aponta: *“daí tinha que viajar; a gente saía daqui (Tupanciretã) 18h e 15min e retornava, às vezes, perto da meia-noite, quando não davam problemas nos ônibus, atolamento”*. Cita que sempre perseverou: *“com aquele pensamento de terminar meus estudos até mesmo para a gente ter um serviço melhor, porque a gente tendo um estudo a mais, a gente consegue uma coisa melhor”*.

Já o Egresso 7 relaciona o seu problema de saúde com a volta aos estudos:

O tempo de voltar a estudar, eu costumava dizer, que era para ser. Eu tinha entrado numa depressão muito grande há alguns anos e foi difícil para eu conseguir sair da depressão. [...] Daí escutando o rádio, certo dia, eu vi que o IFFAR – Campus Júlio de Castilhos oferta cursos para quem não concluiu o ensino fundamental (PROEJA FIC). A melhor coisa é a gente ocupar a cabeça com coisas úteis, que só vem agregar para a vida da gente. Daí terminei o ensino fundamental e resolvi fazer o ensino médio (PROEJA em Comércio), o que me abriu bastante a mente.

É importante firmar compromisso e consciência educacional, por parte de educadores, especialistas e gestores, na defesa de uma escola que imponha para toda a perspectiva de

formação integrada, emancipatória, confrontando contrariamente à perspectiva da emergencialidade e aligeiramento com finalidade da empregabilidade, gerados pelas necessidades impostas pelo sistema capitalista que influencia e aliena o sujeito. Afirmamos assim, que a concepção de educação somente para empregabilidade, através de cursos de aperfeiçoamento aligeirado, gera limites para o desenvolvimento pleno das capacidades humanas.

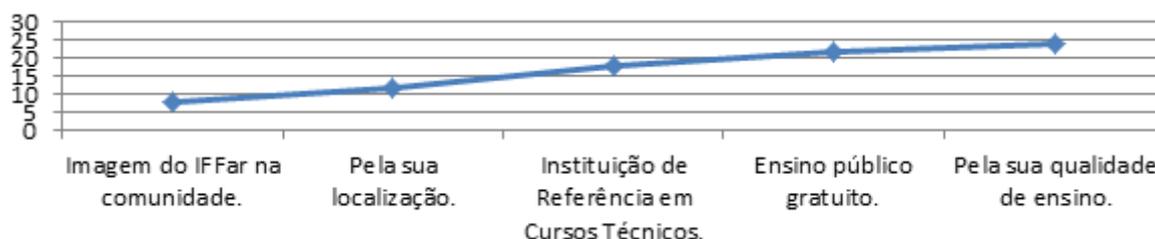
Parece ser fácil falar, mas trata-se de um caminho muito tortuoso para quem está do lado de lá, o qual busca primeiramente, e não seria diferente em lugar nenhum, a sua sobrevivência. Assim, na busca da sobrevivência e com a falta de discernimento, num país onde a educação básica é negada para muitos e a pobreza aumenta a cada dia, esse aligeiramento torna-se a primeira opção e a salvação quando oferecida com outra. Alimentamos assim a desigualdade, bem como a precarização e exploração do mundo do trabalho, onde vale o ditado de que “quem pode mais chora menos”.

É um ciclo vicioso que gera precarização, exploração, que por sua vez gera pobreza, alienação e a degradação da humanidade. Somente com comprometimento educacional de um povo, com virtudes humanizadoras, onde políticas públicas efetivas estejam engajadas com o bem comum e em prol do desenvolvimento e emancipação dos menos favorecidos, poderemos vislumbrar uma sociedade sadia e mais justa.

Neste sentido, a proposta do PROEJA em Comércio, do *campus* Júlio de Castilhos, visa o desenvolvimento de processos de formação humana integral, oportunizando aos alunos a preparação para o mundo do trabalho, onde o professor do curso, além dos princípios pedagógicos estabelecidos pela modalidade, conhece os fundamentos da educação de jovens e adultos.

Quanto os motivos que levaram em conta ao escolher o IFFar – Campus Júlio de Castilhos, segue a figura 9:

Figura 9 - Quantidade de respostas X Motivos



Fonte: o autor.

O Egresso 1, além de admirar a instituição pela referência em cursos técnicos, relata o motivo da escolha: *“Como lá no IFFar tinha oportunidade de fazer o técnico juntamente com o ensino médio eu achei que deveria ser uma oportunidade boa, para unir os dois”*.

Apontando a referência em cursos técnicos, o ensino público gratuito e de qualidade e imagem do IFFar na comunidade, além de sua localização, o Egresso 2 percebe o IFFar como uma oportunidade: *“o IFFar tem uma proximidade com a comunidade que é forte e eu acabei indo fazer inscrição, fiz a minha matrícula e concluí meu ensino médio, com um agregado, eu ainda saí de lá técnico né”*.

Já o Egresso 6, ao apontar para a referência em cursos técnicos da instituição, relata que optou pelo PROEJA em Comércio devido o contato e incentivo dos professores das áreas técnicas do IFFar, devido ao PROEJA FIC que cursou. Nota-se esse empenho e dinamismo dos professores do IFFar em orientar e ajudar esses alunos, criando certo vínculo e proximidade (característica importante na EJA).

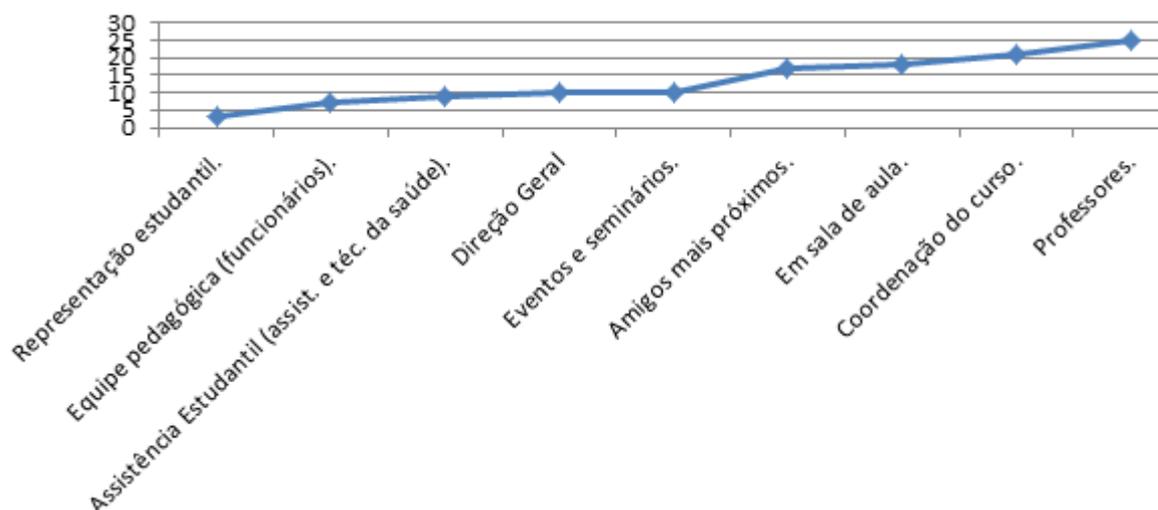
Defendemos, através deste estudo, que uma instituição, no caso os IFs, se torna referência pela sua qualidade de ensino, quando a forma educacional ou trabalho pedagógico, que não se submete e se restringe ao mercado de trabalho, proporciona e fomenta o desenvolvimento de grande parcela dos sujeitos de sua comunidade local e regional, permitindo mudanças em suas vidas, oferecendo as ferramentas para lutar e compreender o mundo do trabalho. Nessa perspectiva, a concepção crítica de educação, de acordo com Maraschin (2019, p. 165):

Precisa ser aquela que se adapta às condições dos estudantes, às suas imediatas possibilidades de ascensão cultural. Carece de ser, no mesmo sentido, a melhor possível para os sujeitos que participam, no sentido de ser a mais adequada para fazê-lo subir de sua condição presente para outra melhor, imediata e concretamente possível.

Para tanto, ao considerar o contexto social por trás de cada sujeito, o trabalho pedagógico no PROEJA exige muita flexibilidade e preparo dos educadores para tornar as aulas interessantes, de modo que não se perca a qualidade e o nível de exigência educacional com a linguagem, contextualização e dinâmica, os quais demandam de formas e olhares diferenciados.

Quando questionados sobre os espaços de diálogos existentes no IFFar – Campus Júlio de Castilhos que haviam encontrado para dialogar sobre suas questões, projetos de vida, interesses e dificuldades em relação ao curso, demonstramos na figura 10:

Figura 10 - Quantidade de respostas X Espaços de diálogos



Fonte: o autor.

Durante a trajetória escolar destes egressos, fica evidente o sentimento de satisfação em sentirem-se acolhidos pela instituição no ato do ingresso e a motivação e participação assídua nos eventos propostos pela instituição.

Os egressos destacam que o ensino é diferenciado e que a forma mais próxima (calorosa) de administrar as aulas, cria laços e motiva os estudantes. Quanto ao curso e ao IFFar, o Egresso 1 não relata pontos fracos e aponta que recomendaria para todos, porque:

É maravilhoso, se eu tiver oportunidade eu gostaria de retornar, pelos professores, pela instituição, pelo modo que eram aplicadas as disciplinas. Os professores, que com qualquer dúvida, qualquer coisa, sempre foram muito atenciosos, podíamos perguntar até fora de aula que sempre atendiam.

Nesse sentido, o egresso, destaca ainda a importância das parcerias e amizades construídas ao longo da trajetória na instituição:

Eu tenho até hoje, tanto com os colegas como os professores que foram maravilhosos. Eu pude estagiar em alguns setores no IFFar, então às vezes eu ia para o meu turno à noite e de dia tive a oportunidade de fazer alguns estágios. Foi muito bom, eu conheci o outro lado também que não era só o técnico em Comércio, também pude conhecer os outros “lados” do campus. Eu ia de dia, conseguia visitar, ver as coisas e participar um pouquinho (EGRESSO 1).

Quanto às especificidades do PROEJA, se faz necessário tentar introduzir a realidade dos estudantes, o mundo deles no conteúdo, considerando a riqueza de informações que trazem consigo e a necessidade de transmitir para o cotidiano educacional. Nesse sentido, o Egresso 2 faz elogios aos professores:

Foram maravilhosos, foram professores que abraçaram bem a proposta do PROEJA, porque sempre foram pessoas que tiveram um olhar especial de saber que as pessoas que ingressam no PROEJA são aquelas pessoas que estão há muito tempo afastadas da sala de aula, aquelas pessoas que precisam de um pouco mais de tempo para retornar o ritmo do estudo, da sala de aula. São pessoas que precisam de um pouco de paciência, porque isso é científico né, conforme vai passando o tempo, se a gente para de estudar, o nosso intelecto fica um pouco mais lento para a questão do estudo, então sempre foram profissionais que tiveram o maior cuidado, o maior carinho em entender que aqueles alunos que estavam sentados eram alunos que precisavam de um cuidado e de uma atenção especial.

O Egresso 2 lembra que em 2016 pensou em desistir: “*porque a minha avó estava com problema de saúde e era só eu que morava com eles, fiquei quase dois meses em casa, quando a coordenadora do curso e a pedagoga do campus me convenceram a conciliar e eu acabei voltando, muito por incentivo do próprio quadro de funcionários do IFFar*”. Cita ainda pontos fortes e fracos do curso em questão:

Os pontos fortes do curso eu acredito que são os funcionários, os professores. São pessoas que tem um conhecimento muito vasto, pessoas que tem uma dimensão de mundo para te mostrar em relação a tudo aquilo que eles te propõem. Eu acho que o ponto fraco é uma questão institucional, eu acredito que o PROEJA em Comércio não seja tão inserido em propostas fora da instituição. Eu acredito que tem tanta coisa, que nem o Bazar do Comércio, tanta coisa legal que o comércio desenvolve e tem muitos eventos, muitas coisas que o PROEJA em Comércio não é inserido. Então eu acho que acaba ficando muito interiorizado, dentro do nosso campus as coisas boas, as coisas que a gente poderia expor frente aos outros, a outras instituições, então eu acho que esse seria o ponto fraco.

Mesmo não sendo o objetivo deste trabalho tratar sobre os índices de evasão, achamos interessante questionar a opinião dos egressos para o que levaria algum aluno à desistência. Certamente, a execução de um trabalho pedagógico inclusivo, com entendimento do processo educativo, que considera o contexto social por trás de cada sujeito, com educadores que entendam as especificidades do PROEJA, que tornam as aulas interessantes, que orientam e ajudam os alunos criando certo vínculo e proximidade, contribui para redução e controle dos índices de evasão.

Ao ser indagado se ocorreu desistências em sua turma, o egresso 2 relata que houve evasão:

Na maioria de pessoas que já tinham certa idade, então acredito que seria pela dificuldade. Tinha muita gente que se cobrava, então eu acredito que essas pessoas que desistiram, foi por sobrecarga de trabalho, de família, de casa, tinha muita gente que se cobrava e que achava que não tinha entendido, que não tinha como aprender, que já tinha passado o tempo da pessoa de estudar.

Destacamos que estamos falando de um segmento que se sente, na maioria das vezes, incapaz de “aprender”. Isso se confirma nos relatos de alguns sujeitos da pesquisa que enfatizam as dificuldades enfrentadas. De acordo com Pereira (2019, p. 61):

São indivíduos que desejam ou são forçados a enfrentar o desafio de aprender os conhecimentos ministrados na escola, mesmo que compartilhem a percepção de que a referida instituição não é para eles, sendo estigmatizados por suas redes de relações em virtude da volta aos estudos, mas tendo nesses estudos a perspectiva de estar em condições de pleitear concursos, emprego.

O Egresso 3 menciona como pontos positivos: “foi muito bom àquelas viagens de estudo, aquilo marcou. Sempre cumpriam horários, estavam sempre prontos, a disposição para te ensinar, para mim foi muito bom, só tenho pontos positivos”. Conta que sempre teve bastante dificuldade, mas sempre os professores ajudaram, os colegas também sempre colaboraram, ajudaram:

Eu tive bastante dificuldade. A experiência que eu não gostei muito foi a de informática, eu era muito atrasada e o professor não tinha muita paciência comigo, mas eu entendo porque é uma turma que ele trabalha, não é uma pessoa só e eu tinha muita dificuldade para isso. Mas dentro das outras, sempre com professores bons, os colegas também ajudavam nos trabalhos, foi tudo muito bom. Eu não tenho do que me queixar dos professores, todos eram muito bons e atenciosos e com os colegas sempre tive boa convivência.

Este relato é indício de que precisamos desenvolver um plano de computação para EJA, não basta instrumentalizar, é necessário desenvolver uma consciência crítica dos usos das tecnologias para não conceituarmos que o não usar destes instrumentos os coloquem em desvantagem em relação aos alunos usuários.

Já o Egresso 4 cita o orgulho por representar o PROEJA:

Eu fui para Pernambuco, representando o PROEJA, por causa do Bazar, no qual eu sempre trabalhei muito, sempre corri atrás, eu gostava né, e daí eu fui convidada, eu fui escolhida para ir ao Fórum Mundial em Pernambuco e eu fui com a Mari representando, por causa do Bazar.

Narra que o curso foi muito bom e que aprendeu muito, apesar das dificuldades:

Você imagina né, 30 anos sem estudar. Teve épocas que eu tive muita dificuldade, mas fui bem graças a Deus, nunca rodei no PROEJA. Para mim sempre aquilo lá foi uma maravilha para minha vida, foi muito bom, o curso maravilhoso. Os professores incentivaram muito todo mundo, sempre ajudaram, eu principalmente não tenho queixas. Eu só tenho coisas boas para falar do IFFar, eu não tenho nada de ruim para falar.

Como pesquisador desse tema, nesse momento, apesar da grande dificuldade, esforço, dedicação e mudança de vida que todos passaram, notei muita satisfação e força para concluir de todos os egressos participantes e a valorização e gratidão por terem o alcance desta oportunidade. Os egressos também narram a desacomodação e a mudança, tanto suas quanto dos educadores, perante o processo pelo qual passaram.

Perante as dificuldades e trajetória durante o curso, o Egresso 4 cita:

Tinha muita gente que não tinha tempo. Eu tinha colegas que saíam correndo, que não tinham tempo para tomar banho. Então lá eles tinham lanche, mas saíam correndo para pegar o ônibus. Tinha gente que saía suado, sem ter tempo, mas o curso era tão bom que incentivava mesmo cansados, com fome. Muitas gentes, colegas, saíam suados, com fome, porque não dava tempo. Mas o curso era bom, daí para eles era incentivo aquilo.

Torna-se importante perceber a complexidade da questão, pois a formação dos alunos do PROEJA não envolvem somente os aspectos internos / institucionais (material didático, infraestrutura, qualificação docente), mas também os externos ao programa. Segundo Pinto (2016, p. 212 - 213):

Trata-se das condições objetivas dos alunos trabalhadores, isto é, não podemos perder de vista justamente as múltiplas determinações existentes no âmbito da sociedade, às quais todos nós estamos submetidos. Assim, não podemos restringir a nossa análise do PROEJA aos fatores institucionais inerentes a efetivação do programa, desconsiderando a realidade histórica, política, econômica e social, uma vez que na perspectiva do egresso tais fatores externos tem um peso na permanência na sala de aula.

O Egresso 5 lembra que concluiu o técnico em Comércio com bastante dificuldade:

Mas a boa vontade de querer subir na vida, ter alguma graduação, com os professores sempre incentivando. Quando a gente não podia ir, os colegas ajudavam. Eu pouco faltei, mas quando faltava era por necessidade mesmo, mas os professores ligavam atrás achando que estávamos desistindo.

Menciona que os professores também são donos de casa, tem filhos, tem marido/esposa: “eles entendem nossa situação né, a gente não é mais nenhum adolescente, [...] quando viam que a gente não estava legal, eles chamavam para conversar, ver o que estava acontecendo, para ajudar. Eu não tenho nenhuma queixa do Instituto, dos professores, funcionários”. Quanto ao IFFar e à Coordenação do técnico em Comércio, cita que não tem do que se queixar, apontando para o apoio e incentivo de sempre para que pudessem seguir em frente. As oficinas então: “eu tenho muitas saudades das oficinas do técnico em Comércio, do bazar que nós fazíamos também, eu sinto muita saudade disso, da companhia

deles também, a gente sente falta daquela união mais próxima”. Já em relação às desistências, relata:

Teve bastante desistência. A gente não entende o lado pessoal, mas os que a gente conheceu bem, foi mais por falta de vontade, mas teve uns dois que desistiram por motivos pessoais, dificuldades. Mas os guerreiros chegaram até o final, com toda dificuldade que todo mundo tem né, todos eram mães e pais de família, com todas as dificuldades foi chegado lá, conseguimos concluir o curso.

Quanto às dificuldades enfrentadas no primeiro ano, o Egresso 6 lembra que a adaptação foi bem difícil:

Por mais que seja perto, mas tinha que sair um tempo antes para estar lá, pegar o transporte. A adaptação com os colegas, porque era uma turma grande e tinha pessoas de várias idades, então tinha um pouco de conflito na turma. Foi bem difícil o primeiro ano, mas como eu não sou de desistir, eu segui, com o incentivo de vários professores. Depois, os outros dois anos foram mais tranquilos.

Referente às desistências de colegas, ao afirmar que não sabia dos motivos, aponta como possibilidades para a questão do transporte, do frio, dificuldades em determinadas disciplinas e segue com elogios:

O ponto forte era o incentivo. A gente sempre era incentivada a estudar cada vez mais, os professores estavam sempre incentivando para acreditar na gente por mais que a gente tivesse mais idade. A gente sempre foi muito incentivada, eu não tenho um ponto fraco para citar, porque eu gostava muito de lá.

O Egresso 7 também expõe que só tem a elogiar, que não tem nenhuma reclamação e agradece. Cita que as dificuldades eram o deslocamento e a conciliação com os problemas familiares de saúde. Com satisfação e entusiasmo afirma: “*eu acredito que o que é para a gente ninguém tira! [...] tudo se ajeitava! Quanto ao IFFar, para mim foi tudo mais do que eu esperava, a convivência com os colegas, professores, direção, sempre estavam prontos para atender”*. Sobre as desistências de colegas, relaciona com problemas familiares e horário de trabalho que não conciliava com o horário do ônibus.

Através do PROEJA percebemos que floresce a questão da inclusão e transformação de cidadãos que por algum motivo não frequentaram a escola em idade regular. E isso é importante, pois esse resgate, muitas vezes, os motiva e os transforma em alguém que vai seguir em frente, que vai querer mais depois. Relatamos, neste trabalho, vários exemplos de egressos que iniciaram, com idade considerada avançada, no PROEJA FIC (ensino fundamental), passaram pelo PROEJA (ensino médio) e hoje estão cursando ou concluíram uma graduação de nível superior.

O Egresso 8, ingresso em 2017, com idade entre 31 e 40 anos, solteira, 1 filho, não teve incentivo familiar e interesse escolar para o estudo em idade regular, concluiu o ensino fundamental através do PROEJA FIC do IFFar – *Campus Júlio Castilhos*. Do curso PROEJA em Comércio e do IFFar, como ponto forte, cita do apoio ofertado sempre que necessário e afirma que não tem ponto fraco. Conta sobre o seu ingresso e percurso durante o técnico em Comércio:

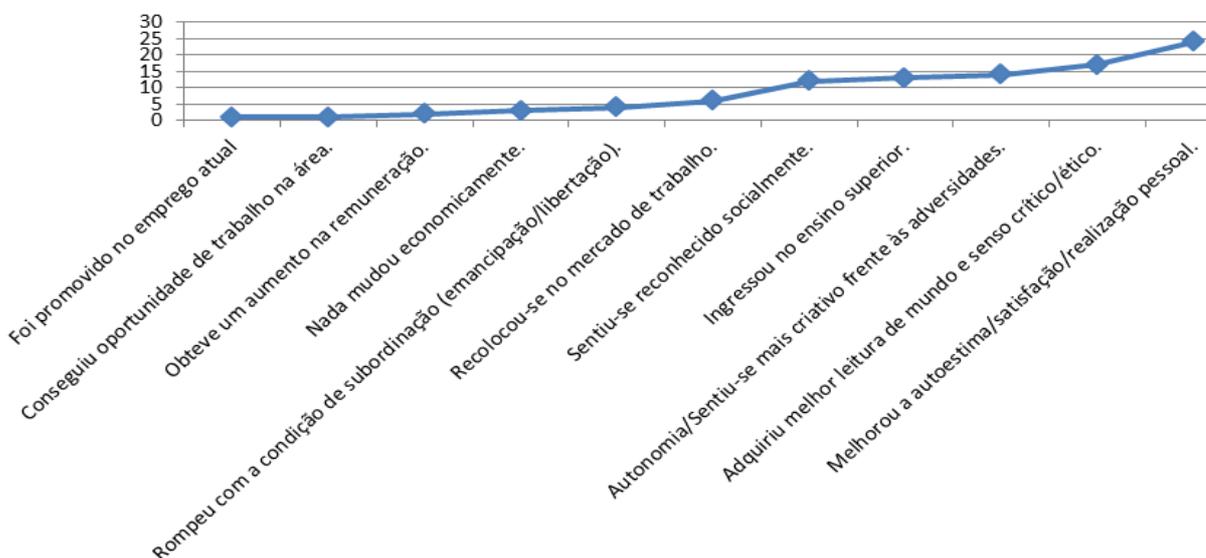
No início era tudo novo, eu tinha medo e tal, tinha medo das provas e tal, mas depois eu fui me sentindo em casa, comecei a me inscrever nas bolsas. Durante os anos que eu estudei aí, todos os anos eu fui bolsista. Eu não tenho do que reclamar dos professores, colegas, do Instituto, o que te proporcionam aí dentro não se consegue em qualquer lugar, então acho que tu tens que abraçar, meter a cara e eu te digo que não me arrependo, se eu tivesse que fazer tudo de novo eu faria e pretendo não parar, estou fazendo alimentos, pretendo terminar e continuar com alguma coisa. Eu tenho um carinho enorme por todos.

Afirma que teve muita garra para participar do PROEJA em Comércio, conciliando os estudos com o trabalho, família e a vida social; e com saudosismo, conclui:

Não é fácil trabalhar o dia todo, largar do teu trabalho e só chegar em casa para tomar uma chuveirada e ir para a parada pegar o ônibus. Mas eu tive incentivo dentro de casa, eles me ajudaram muito tanto com as tarefas quanto incentivo para não faltar, então para mim não teve empecilho. Por 3 anos eu enfrentei a estrada horrível, um ônibus que não é dos melhores, um cabrito, que te doía todos os órgãos por dentro do teu corpo, naqueles buracos, mas se tu tens força de vontade é o que importa, tu vai e tu luta, agora se tu não tem, ninguém vai te arrastar, ninguém te arrasta, isso tem que partir da pessoa. A oportunidade é imensa, é imensa mesmo.

Responderam que ao concluir o curso no IFFar – Campus Júlio de Castilhos (figura 11):

Figura 11 - Quantidade de respostas X Resultado



Fonte: o autor.

Essa experiência, pois, com os egressos desse curso, nos favoreceu a compreensão sobre a história de vida desses sujeitos e o enfoque do valor da educação para suas vidas. Fica evidente que esses sujeitos conquistaram, pela educação no Ensino Médio Profissional, para além da relação com o mundo do trabalho, melhoria no sentido pleno da vida, como a autoestima, a satisfação e realização pessoal, bem como a autonomia com melhoria na leitura de mundo e senso crítico/ético.

Em um sentido amplo e humano, através dos conhecimentos desenvolvidos e experiências vivenciadas, esses egressos demonstram transformações das suas condições naturais de vida, suas potencialidades e capacidades. São indivíduos que criam e recriam suas vidas, produzindo as condições necessárias para suas existências.

O Egresso 3 aponta que ao concluir o curso adquiriu autonomia e sentiu-se mais criativa frente às adversidades que o mundo impõe; rompeu com a condição de subordinação (emancipação/libertação); melhorou a autoestima/ satisfação/realização pessoal; adquiriu melhor leitura de mundo e senso crítico/ético. Relata ainda:

Para mim foi muito bom fazer esse curso, foi onde eu comecei a evoluir, conversar mais com as pessoas, pois eu era muito tímida e não saía muito de casa. Foi muito importante para minha evolução, no aprendizado foi muito bom. A gente adquiri experiência, foi maravilhoso para mim [...] consegui me libertar, consegui trabalho numa coisa que eu gosto, estou ganhando o meu dinheiro (EGRESSO 3).

Já o Egresso 4 aponta que ao concluir o curso nada mudou economicamente, mas melhorou a autoestima/ satisfação/realização pessoal; adquiriu melhor leitura de mundo e senso crítico/ético e ingressou no ensino superior: “no ano seguinte já entrei na administração. Se eu não tivesse entrado lá eu jamais teria uma faculdade, eu não ia continuar estudando. Aquilo lá foi um incentivo muito bom para mim, os professores ajudam muita gente”.

No capitalismo, o papel crescente da propriedade privada e da divisão do trabalho gera a opressão e a diferenciação de classe e aniquila a vida e o sentido ontocriativo do indivíduo, destruindo o vínculo deste com a sociedade e com o trabalho. Neste sentido, nota-se que, quando abordado sobre estas questões, o egresso/adulto trabalhador sente e reflete por sentir-se derrotado ou vítima de um sistema que prevalecem as relações capitalistas. Porém, muitos até desconsideram essa questão, colocando sobre si o peso de seus atrasos ou insucessos e de maneira otimista, perseveram melhorias.

O sentido ontocriativo “entendido como atividade vital do ser humano, capaz de criar a si mesmo, configura-se na realidade capitalista como trabalho alienado, expressão de

uma relação social fundada na propriedade privada, no capital e no dinheiro” (MARASCHIN, 2019, p. 200).

Levando-se em conta a categoria trabalho como importante para o entendimento dessa perspectiva formativa no campo da produção de conhecimento, a partir da relação antagônica entre capital e trabalho, consideramos a educação profissional integrada à educação básica como direito da classe trabalhadora, cuja finalidade é a emancipação social e autonomia do cidadão. E neste sentido, percebemos o sentimento de apropriação por parte dos egressos participantes.

O Egresso 6 demonstra essa conquista ao considerar que, ao concluir o curso, adquiriu autonomia e sentiu-se mais criativa frente às adversidades que o mundo impõe; sentiu-se reconhecida socialmente; melhorou a autoestima/satisfação/realização pessoal; adquiriu melhor leitura de mundo e senso crítico/ético:

Eu tive uma grande mudança em relação a mim, comigo mesma. Tive oportunidade de conhecer lugares, de sair aqui do meu mundo, de ouvir outras opiniões, relatos de vários professores que a gente teve ao longo do tempo. A gente vai aplicando uma coisa aqui, outra ali. É uma questão interna, eu não tive grandes mudanças materialmente, mas sim comigo mesma, de ter outros pensamentos, outro tipo de visão da vida. Então pessoalmente, internamente isso para mim foi muito bom. Tive oportunidades de viagens que se não fosse por ali não teriam acontecido, então agregou muito para minha pessoa, internamente, para meus sentimentos. Tinham professores que ficavam chateados de encontrar algum ex-aluno fazendo uma faxina, mas eu não via isso como problema. Eu tenho esse sentimento, de ter concluído e hoje em dia poder dizer que tenho Ensino Médio. Para mim foi um momento muito bom, uma etapa vencida, uma satisfação bem grande a gente conseguir concluir, não ter desistido por mais difícil que tenha sido, foi uma vitória.

O desafio educacional para atender as necessidades e interesses da classe trabalhadora, considerando a realidade concreta destes, está ligado à promoção da integração da formação educacional plena (social, política, econômica e cultural). E tomando o trabalho com uma concepção de formação humana, Pereira (2019, p. 60-61) aponta:

Com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos, concebendo-se a educação geral como parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos seja nos processos educativos, como a formação inicial, o ensino técnico, o tecnológico ou o superior.

Frente às adversidades que o mundo impõe, os egressos foram questionados se o curso contribuiu para sua emancipação e para o domínio da realidade gerando melhores condições para compreender e atuar no meio em que vivem. Também perguntamos se o curso e o IFFar estimularam o crescimento pessoal e atenderam suas expectativas (autonomia,

emancipação/libertação, senso crítico, ética, cidadania, satisfação, autoestima, realização pessoal, reconhecimento social, trabalho, progresso econômico, cultural, enfim, sobre a vida). Nessa direção é possível compreender como o trabalho e a tecnologia articulam-se à ciência e à cultura, de modo que possamos identificar as mudanças de vida dos egressos do PROEJA técnico em Comércio do Campus Júlio de Castilhos / IFFar.

Respondendo então, o Egresso 2 considera que, ao concluir o curso, adquiriu autonomia e sentiu-se mais criativo frente às adversidades que o mundo impõe; rompeu com a condição de subordinação (emancipação/libertação); sentiu-se reconhecido socialmente; melhorou a autoestima/ satisfação/realização pessoal; adquiriu melhor leitura de mundo e senso crítico/ético:

Tanto que eu optei por fazer o curso de direito, porque antes de entrar no IFFar eu não tinha a noção do que era esses termos que acabou de citar, do que era a liberdade, do que era ter a sua emancipação, ter o teu lugar, o teu espaço. Eu acredito que muito do que eu sou hoje foi construção do IFFar, foi construção de coisas que eu vivia aí dentro, de coisas que eu aprendi aí dentro, de coisas que me fizeram ser o homem que eu sou hoje. Quando entrei no IFFar eu não sabia calcular taxa de juros, não sabia calcular porcentagem e fui aprender dentro da matemática financeira que o curso proporciona. Então são coisas simples que todo cidadão brasileiro deveria saber [...] até para a gente poder ter uma noção daquilo que está se passando dentro da nossa sociedade. Eu aprendi com o IFFar, foram contribuições que o IFFar me deu para que eu pudesse ter o controle da minha vida de uma forma melhor. Eu fui convidado para um projeto, para escrever um livro com mais quatro pessoas. Eu aprendi no IFFar a escrever um artigo científico, participar de projetos, escrever para revistas científicas, coisas que eu nunca imaginei na minha vida que fosse acontecer comigo. Eu fui procurado por revistas científicas em prol de artigos que eu escrevi [...] quando eu fui receber esse certificado, a primeira coisa que veio na minha cabeça foram as duas pessoas no IFFar que me ensinaram a escrever um artigo, que me ensinaram como eu deveria proceder. Então tu vê que aquilo que te causa bem, que te enche de intelecto, de coisas boas, tu acaba carregando na lembrança, no teu coração sempre, em todas as situações acaba lembrando daquilo e isso é legal, isso é importante.

Neste sentido, o Egresso 1 relata:

Eu realmente consegui e comecei a perceber tudo no momento que eu fui para o IFFar, onde eu fazia as pesquisas e onde que começou a desabrochar todas as coisas, a visão também. Lá eu conheci algumas pessoas que me deram oportunidade de ter o meu primeiro emprego, aonde eu consegui a me inserir um pouco no comércio, a trabalhar, a conhecer. Foi muito bom, só vantagens mesmo.

O Egresso 5 afirma que tiveram todo o apoio necessário da instituição, além do incentivo tanto para a vida profissional quanto para a vida particular; e aponta para as mudanças de olhares que se voltaram para si:

Fizemos a formatura em 2018, adorei aquela formatura, foi um troféu. Eu ainda estou correndo atrás de um serviço melhor, mas depois que me formei eu vi muitos olhares mudarem para o meu lado, antigamente eu era só uma simples faxineira. Quando me viram ingressar no IFFar e que era para valer, eu notei que começou a ter um olhar diferenciado pro meu lado. O IFFar é bem respeitado e bem admirado por toda a comunidade. Eu ainda estou fazendo a graduação à espera de um serviço melhor, mas graças a Deus eu não reclamo do que eu faço, a gente tem um ganho, tem um trabalho, porque eu não sou de ficar parada, mas eu quero ainda uma coisa melhor, porque o olhar já é diferente (EGRESSO 5).

O empoderamento é o grande segredo do PROEJA. Essa condição fica nítida ao ouvirmos os egressos. Quando a consciência e todos os esforços institucionais estiverem impregnados para trabalharem neste sentido, em busca do empoderamento daqueles sujeitos que na antiga EJA eram considerados como coitadinhos, certamente teremos êxito em nosso trabalho pedagógico e proporcionaremos a melhoria de vidas.

Exaltando a oportunidade, o Egresso 7 garante que suas expectativas foram superadas e que o curso veio no momento certo:

Eu não trabalho fora por problema de saúde. Para mim o estudo veio na hora certa e eu fui gostando, fui me sentindo útil e estou aí, cursando o quinto semestre da administração, mas tudo começou com um problema de saúde né, que poderia ser levado para outro caminho né! As expectativas sempre superaram o que eu imaginava que ia ser. Hoje a gente acaba entendendo um pouco de tudo, coisas que às vezes a gente não tinha aquela segurança para falar. A partir do curso a gente está instruída, sabe como se comportar, falar dependendo da situação né! Eu me senti útil, mesmo não trabalhando fora né, até em relação as minhas filhas.

Fica evidente, no discurso dos egressos, o sentido do trabalho como atividade ontocriativa, que não se reduz à atividade laborativa ou emprego (mercado), mas à produção de todas as dimensões da vida humana e para o mundo do trabalho. Também fica clara a necessidade de se trabalhar, em sala de aula, a autoestima desses sujeitos, pois a abordagem que expõe uma sociedade que degrada, subordina e explora a classe trabalhadora, pode gerar angústias e sentimento de inferioridade ao evidenciar o quão são difíceis, complicadas e sofridas as suas vidas.

Ao reconhecer a importância da conquista, o Egresso 8 associa a nova oportunidade de trabalho com a conclusão do curso e acrescenta:

Abre a cabeça, tuas ideias, tu começa a pensar de outra forma, serve para enxergar um pouco daquilo que tu não enxergavas. Quando eu terminei o curso foi uma conquista né, eu achei que jamais conseguiria chegar aonde eu cheguei. Para muitas pessoas pode não parecer nada, mas para mim é tudo. Em relação ao trabalho também, eu não esperava aquilo ali e surgiu uma oportunidade que para mim era novo, eu te confesso que eu fiquei com medo no início, era muita responsabilidade e tal, mas tirei de letra graças a Deus.

Assim, observando a trajetória de luta e resistência desses egressos em busca de formação em nível médio, em uma perspectiva profissionalizante, bem como os desafios para se assumir uma perspectiva integradora entre formação geral e a específica, nesse curso técnico, tendo como mediação o trabalho produtivo e a prática social, fomos estreitando, para a vida além da escola, a necessidade de se verificar como essa formação foi se integrando às práxis sociais, produtivas, econômicas e políticas desses egressos. Assumimos, assim, que nossa pesquisa buscou analisar a integração entre trabalho, educação e vida, considerando que, conforme Ciavatta (2012, p. 85), “[...] a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior”, assumindo-se o “[...] trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos”.

É importante compreender, enquanto concepção de formação humana, o conteúdo do Ensino Médio Integrado na perspectiva da totalidade, com realidade objetiva, enquanto práxis, na direção do desenvolvimento das capacidades de trabalho e das capacidades intelectuais. Reflexão importante para buscarmos compreender como o egresso/trabalhador, a partir dessa formação em uma perspectiva integrada, amplia seus horizontes intelectuais, com finalidade a se tornar sujeito emancipado, com autonomia, que cria e recria a sua vida, com ética, consciência social e zelo ao meio ambiente. Assim, concordando com Pereira (2019, p. 61), percebemos que o PROEJA:

Pressupunha o princípio da integração em sua base formativa, de modo a permitir processos de emancipação dos sujeitos com a valorização de seus saberes, integrados, pois, a seus processos de trabalho e formação, por estarem ligados à sua realidade e tomando o trabalho como princípio educativo, de modo que, em termos de saberes, há de se considerar o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA), da Educação Profissional e de outras modalidades, em que a maioria do público-alvo é formada por adultos trabalhadores que buscam por uma formação considerada capaz de (re)inseri-los no mercado de trabalho.

O PROEJA tem uma função fundamental no Instituto Federal e vai de encontro a sua criação, que é atender o público que mais necessita, mais vulnerável, visando a cidadania, a autonomia e emancipação dos sujeitos. Nesse sentido, Maraschin (2019, p.197) afirma que para propor essas transformações na vida dos sujeitos “sejam eles estudantes ou professores, o trabalho e a tecnologia têm que necessariamente serem eixos dessa práxis. Não como se

observa comumente ligado a uma redução usual de preparação ao mercado de trabalho ou da tecnologia reduzida a equipamentos”.

Do total de 31 participantes, 26 responderam ao serem questionados se participam de alguma instituição social/coletiva (igreja, clube, agremiação do bairro ou outra) e o nível de participação e se essa participação se iniciou após, ou antes, do curso; conforme o quadro abaixo:

Quadro 10 - Participação, ou não, de instituições sociais.

-- Coordenadora do grupo de apoio a mulheres, iniciou-se durante o curso.
-- Sim, vice-coordenadora da Igreja católica Nossa Senhora da Piedade; ajudo tomar decisões. Participação após fazer o curso.
-- Outra.
-- Hoje faço parte de uma equipe que busca fundos para a reforma do prédio dos bombeiros voluntários aqui de minha cidade.
-- No momento não participo de nenhuma, mas ajudo sempre que possível.
-- Sim, após o curso. Participo de uma escolinha de futebol "Macleres", onde cuido da parte financeira e participo das decisões a serem tomadas.
-- Sim, Igreja, sou muito atuante.
-- Eu frequento a igreja, mas já frequentava antes de fazer o curso, mas me ajudou a ver de formas diferentes, e nas decisões que eu tomava de lá para frente.
-- Sim.
-- Sim, Futebol.
16 participantes responderam que não participam.

Fonte: o autor.

Ao serem indagados, através do questionário, de como a política influencia suas vidas e se consideram participantes da política ou da democracia (dos 31 participantes), 8 não responderam, 10 responderam que não participam e/ou não influencia em nada e 13 responderam conforme quadro abaixo:

Quadro 11 - Participação política e democrática

- Democracia.
- Sim, procuro desenvolver meu senso crítico.
- Não me filio nem um partido, porque voto em pessoas.
- Não participo da política, mas sou democrática na escolha dos candidatos, analisando o que melhor poderá representar e atender as necessidades da maior parte da população.
- Com meu voto.

- Não tenho partido voto em projetos.
- Sobre política, a gente da classe mais baixa, não temos muita voz porque sempre o dinheiro fala mais alto.
- Sim. Pois trabalho com um vereador.
- Acredito que a política influencia diretamente na nossa vida. Principalmente com a criação de políticas públicas em prol do bem comum, como qualidade de ensino, saúde e saneamento básico e ajuda assistencial a quem precisa.
- A política influencia em tudo, no preço das mercadorias, nas oportunidades, no acesso ao sistema de saúde, etc. Apenas cumpro com meu dever de cidadã por meio do voto.
- Não influência em nada, pois sou eu mesma que preciso correr atrás dos meus objetivos.
- Só pelo voto consciente.
- Direito ao voto.

Fonte: o autor.

No contexto da Educação de Jovens e Adultos, assumindo uma formação para os trabalhadores e para que a educação profissional assuma uma perspectiva integradora e vença esse processo de alienação, precisamos de engajamento político e social. Muitas vezes se passam por despercebidas as decisões políticas que interessam à classe trabalhadora, principalmente no viés do campo educacional, que é onde se podem instrumentalizar os cidadãos. Estes instrumentalizados, imbuídos de conhecimento, de consciência crítica e lógica, propagariam a verdadeira transformação da sociedade. Seria esse o interesse da classe dominante capitalista? Creio que não.

A dimensão ético-política do trabalho como princípio educativo e do trabalho como dever e direito são questões que demonstram o processo dialético das disputas, com concepções que para sua efetivação é fundamental recuperar a participação da classe trabalhadora, já que ela pode ser consolidada de forma alienada ou emancipada e em uma concepção de trabalho pedagógico ingênuo ou trabalho pedagógico crítico (MARASCHIN, 2019). Nessa concepção, de acordo com Pereira (2019, p. 78):

O projeto de ensino integrado em oposição às práticas fragmentadoras que reificam, no âmbito escolar, a dualidade social brasileira, deve colocar-se, necessariamente, como um projeto político de formação dos trabalhadores, aos quais interessa a ampliação permanente de sua capacidade de pensar a totalidade social e de intervenção sobre ela. [...] Nessa perspectiva, considera-se que uma educação profissional integradora contribua para a formação dos sujeitos em suas amplas capacidades, onde a teoria e a prática educativa sejam um vínculo articulador da formação profissional, para o que o trabalho, como princípio educativo, torne-se um norte teórico-metodológico a ser seguido.

É uma responsabilidade do IFFar buscar formar cidadãos conscientes, para que livres da subordinação tenham condições de fomentar o desenvolvimento da região, com ética e

senso crítico. Referente à participação nos processos sociais e políticos, o Egresso 2 afirma que está ciente da sua existência perante a sociedade e da democracia enquanto sujeito e comenta: “*são questões que a gente tem debatido muito nos últimos tempos, que são questões sociais, questões políticas, não uma politicagem, mas a política de uma forma branda, uma forma de pensar a sociedade, de pensar o bem-estar, a harmonia da sociedade*”. O Egresso 3 também está ciente, e afirma que o curso auxiliou com certeza, que há uma evolução, um aprendizado, uma experiência.

Já o Egresso 7, quanto ao entendimento dos processos sociais e políticos, afirma que evoluiu: “*uma visão muito melhor do que eu tinha, muitas vezes a gente ficava retraída, íamos ao que os outros pensavam. Hoje eu já tenho a minha opinião própria, tenho uma visão melhor*”. No mesmo sentido, o Egresso 8 confirma: “*agora tenho um entendimento melhor e tal*”.

Para que se cumpra a missão dos IFs e para que estas instituições mantenham o foco na classe trabalhadora, são fundamentais os canais de acesso e a mobilização para que esta classe participe do planejamento e das decisões. É necessária mobilização e conscientização de classe para que se reconheçam como agentes desse processo de construção e transformação; e isso é importante para todos os sentidos da vida e sociedade.

Refletindo sobre as respostas dos egressos participantes, percebe-se a necessidade de desconstruir questões que vêm enraizadas e determinadas pelo mercado do trabalho e cultura capitalista, trazendo reflexões sobre o mundo do trabalho. Neste sentido, referente à discussão sobre formação profissional e Ensino Médio Integrado, concordamos com Pereira (2019, p. 102), que conclui:

É um caminho de travessias historicamente travado por dois projetos: um voltado para o capital, com uma formação fragmentada, na perspectiva do adestramento, na ótica do individualismo, que só prima para o emprego disponível para o mercado de trabalho; e outro, com formação capaz de formar homens e mulheres com desenvolvimento integral, emancipador, autônomo e protagonista de sua própria história.

É evidente a capacidade de empoderamento que a educação proporciona para a classe trabalhadora; notamos isso claramente perante os egressos do PROEJA, durante a pesquisa. Com estas oportunidades educacionais, estes sujeitos motivados buscam estudar para que a partir do estudo consigam acesso ao trabalho e condições melhores de vida. O Egresso 2 afirma que vem de origem humilde e que estudar foi a única forma que tinha para lutar contra um sistema “*no qual a maioria das pessoas que têm acesso as coisas são as pessoas que têm*

maior poder aquisitivo. A única forma da gente lutar contra esse sistema e vencer na vida seria através do estudo”.

Creio que, no mundo do trabalho e para a vida, o êxito e o sucesso são gozados por aqueles que atingem um nível de equilíbrio que enquadram todos os processos humanizantes. Cidadãos motivados, interessados, criativos, éticos, solidários, com senso crítico, imbuídos de caráter humano, certamente terão mais chances de êxito em suas trajetórias. E estas devem ser as propostas e o compromisso das instituições de ensino que primam por uma sociedade mais humana e transformada. Neste sentido, tendo em vista o auxílio do curso na formação dos demais processos humanos, quando perguntado se tem alguma participação em instituições, comunidade, bairro, política e se atua como um cidadão autônomo, ético, com senso crítico, o Egresso 2 e comenta:

Eu tenho um olhar muito voltado ao Recanto (asilo) aqui do município, que é um local de pessoas que já viveram bastante, que já tiveram e nos passaram muita sabedoria, muita experiência. Sempre que eu posso eu participo de trabalhos comunitários no Recanto e eu acredito que a sociologia que a gente teve dentro do curso nos mostra isso, de ter um olhar como cidadão, um olhar mais carinhoso voltado àquelas pessoas que precisam, que necessitam de um pouco de carinho, de um pouco de cuidado, de um pouco de atenção. Então eu acredito que essa noção o IFFar também nos passa, que é a noção de sociedade, a noção de se viver em harmonia com as pessoas que estão na tua volta, para saber que não somos sozinhos no mundo.

Almejamos uma sociedade inclusiva, que defenda a diversidade, livre de preconceitos, que valoriza a classe trabalhadora, formando-a em sentido pleno, que assegura os direitos plenos de cada indivíduo e que valoriza os sujeitos e sua capacidade de produção da vida. Nesta direção, quando perguntado se o curso promove a transformação social, a cidadania e qual seria a importância para a sociedade, o Egresso 2 responde:

Eu acredito que transforma, porque eu tinha a vontade de fazer direito desde os nove anos de idade, mas como eu não tinha poder aquisitivo para isso, eu não tinha perspectiva de fazer. No momento em que entrei no IFFar essa visão mudou. Eu acredito que antigamente era muito mais difícil pessoas com menos poder aquisitivo estudar, de pessoas buscarem uma capacitação profissional, buscar a sabedoria, o saber. Eu acredito que transforma porque tu vêes que tu não és uma formiguinha no meio de uma sociedade, que pode ser um gigante, que pode pensar para frente, que não precisa ficar estagnado sempre na mesmice da tua vida, que pode evoluir, pode ir para frente. Então hoje eu credito 50% ao IFFar de eu estar fazendo um curso superior, porque eu sempre pensava daquela forma pequena, que por não ter dinheiro, não faria uma faculdade. Muitos professores que eu conversei me mostraram que não é bem assim, que tem meios, tem caminhos para chegar lá e hoje graças a Deus, através de muita persistência, muita garra, muita luta, fui atrás, mas credito a minha graduação 50% ao IFFar, por tudo aquilo que eu aprendi e tudo aquilo que o IFFar transformou em mim.

Também, o Egresso 3 concorda que o curso promove a transformação social e a cidadania; e exalta a importância do curso para as pessoas que não tiveram oportunidade de estudar, para adquirirem novas experiências: *“eu precisava muito disso e agradeço muito a oportunidade de ter participado, para mim foi muito bom mesmo”*. Quanto à sociedade, o Egresso 5 relata que sentiu na pele:

Quando a gente está numa faculdade, a sociedade olha para gente diferente e bem diferente. O meu sonho ainda é conseguir algo melhor e ser bem reconhecida pela sociedade. Eu me sinto uma guerreira de chegar até onde eu cheguei. Olhando para trás, é ter persistência para chegar até onde eu já estou!

O Egresso 6 também acredita que o curso promove a transformação social e a cidadania: *“eu acredito que promove, transforma, [...] prepara para seguir este ou aquele caminho, a pessoa não fica limitada, não sei te explicar, mas acrescenta sim”*. Neste sentido, o Egresso 7 comenta:

Para quem trabalha em loja, aprende noção de marketing ou se tem um negócio próprio aprende sobre as leis, sobre a logística, tudo vem a agregar. Tenho uns colegas que estavam trabalhando na mesma empresa por anos e por não terem o diploma do médio acabavam sempre ficando com o trabalho mais pesado. Hoje, com o diploma de conclusão conseguiram até o aumento de salário. As pessoas ficam mais preparadas, mais qualificadas, mais seguras. Hoje eles podem até estar fazendo o serviço braçal, mas abriu mais o leque, novas possibilidades. Eu acho que a sociedade cresceu muito, ganhou na qualificação. [...] O saber se comportar perante o teu cliente na loja ou no negócio próprio, de como se comportar e ver o que o cliente precisa. Ah, então é infinito o leque de coisas que melhorou pra todos!

Notamos que o sujeito empoderado, com melhor leitura de mundo, se motiva e cria forças para superar as barreiras impostas por esse mundo globalizado dominado por interesses capitalistas. Mais criativos perante as adversidades que o mundo impõe, estes sujeitos livres da subordinação, autônomos e emancipados, poderão transformar a realidade da sociedade. Neste sentido, o Egresso 8 aponta através de seu ponto de vista que o curso promove a transformação social e a cidadania: *“sim, ele transforma. Com certeza, eu creio que a partir daí pode-se abrir muitas portas. Hoje em dia, nos tempos que a gente está, se as coisas já são difíceis com estudo, se tu não abraçar uma oportunidade, imagina! É gratuito, as pessoas só não abraçam porque não querem”*.

Quanto à realidade da classe trabalhadora brasileira e dada a emergencialidade de inserção na vida produtiva e ingresso na atividade econômica, buscamos em Ramos (2008, p. 12):

Não podemos dizer que no Brasil a juventude brasileira oriunda da classe trabalhadora pode adiar para depois da educação básica ou do ensino superior o ingresso na atividade econômica. Enquanto o Brasil for um país com as marcas de uma história escrita com a exploração dos trabalhadores, no qual estes não têm a certeza do seu dia seguinte, o sistema sócio-político não pode afirmar que o ensino médio primeiro deve “formar para a vida”, enquanto a profissionalização fica para depois. A classe trabalhadora brasileira e seus filhos não podem esperar por essas condições porque a preocupação com a inserção na vida produtiva é algo que acontece assim que os jovens tomam consciência dos limites que sua relação de classe impõe aos seus projetos de vida. [...] Não defendemos, com isto, uma formação profissional em detrimento da formação geral, mas uma formação profissional que possibilite aos sujeitos jovens e adultos se apropriarem de conhecimentos que estruture sua inserção na vida produtiva dignamente.

A realidade nos impõe sempre a pensar sobre concepções de mundo e o tipo de sociedade que visamos quando educamos, neste sentido, Ramos (2008, p. 1) questiona e se posiciona:

Visamos a uma sociedade que exclui, que discrimina, que fragmenta os sujeitos e que nega direitos; ou visamos a uma sociedade que inclui, que reconhece a diversidade, que valoriza os sujeitos e sua capacidade de produção da vida, assegurando direitos sociais plenos? Nós nos colocamos, na segunda posição que, em síntese, persegue a construção de uma sociedade justa e integradora.

Entendemos que a educação profissional integrada à educação básica, aquela que dentro de seu processo formativo eleva o cidadão com princípios éticos, emancipatórios e de cidadania, desempenha um papel importante para os primeiros passos de uma transformação social. Reiteramos, como princípios de dignidade e existência de cada indivíduo, a necessidade de acesso aos conhecimentos produzidos pela humanidade, para que estes conhecimentos, integrados a educação profissional, redimensionem as concepções de vida de cada ser humano e da sociedade para que se promova a verdadeira transformação.

Considera-se, então, que a formação profissional de jovens e adultos não pode ser alienada às exigências do capitalismo e sim uma ferramenta para o resgate e potencialização de todas as dimensões humanas de cada sujeito, propondo-se a retirada de pessoas do submundo existencial, da situação de exploração. Uma vez que o PROEJA, na sua essência, trata o trabalho como princípio educativo, consideramos que essa formação profissional, que carrega em sua gênese princípios humanizadores, não prepara os sujeitos exclusivamente para o exercício do trabalho, mas sim, de maneira emancipada, para o exercício crítico e autônomo de suas vidas.

Neste sentido, percebe-se a importância de refletir sobre os significados e sentidos fundamentais do termo trabalho e como esses se materializam no trabalho pedagógico. “Apresentar o trabalho como princípio educativo nas políticas de educação profissional

integrada a educação básica, especialmente nas práticas para os jovens e adultos, significa desenvolver a criticidade dos estudantes” (MARASCHIN, 2019, p. 210).

Mediado pelo princípio da integração, consideramos que o PROEJA - técnico em Comércio, integra as dimensões da vida humana (social, política e econômica), e proporcionou, para além de uma instrumentalização do egresso/trabalhador, a melhor compreensão da realidade no meio em que vivem, através do acesso ao conhecimento como direito, potencializando a consciência dos sujeitos na busca de uma sociedade transformada e mais justa.

Abaixo segue quadro resumido dos 31 egressos que responderam o questionário. Esse quadro traz um retrato aproximado e nítido dos motivos das desistências da escola em idade regular, assim como as mudanças das condições de vida que o PROEJA proporcionou aos egressos:

Quadro 12 - Características Gerais dos Egressos participantes

(continua)

E G R E S S O	Idade	Estado Civil:	Tem filhos?	Trabalha? Ocupação atual?	Qual/ quais motivos que levaram você desistir de frequentar a escola no tempo regular?	Como se sentiu quando concluiu o curso? E, referente ao mundo do trabalho e a vida, como se deparou com a nova realidade? Com quais Experiências se deparou?
1*	31 a 40 anos	Casada	1	Sem carteira assinada. Auxiliar Administrativo.	Fato de morar pra fora.	<i>Senti-me realizada, onde pude buscar mais aprendizado. Hoje sou formada em Gestão Financeira e estou cursando Administração no 4º semestre.</i>
2*	22 a 30 anos	Solteiro	Não.	Não.	Preconceito com minha deficiência.	<i>Senti saudades de tudo, mas hoje curso faculdade, graças ao IFFar.</i>
3*	41 a 50 anos	Separada	3	Autônomo. Do lar.	Falta de incentivo familiar; Devido o trabalho.	<i>Senti-me realizada, com autoestima. Continuei trabalhando em casa, mas sempre lendo e fazendo curso de autoconhecimento. Como disse, continuei cuidando da família e participando muito da comunidade.</i>
4*	Mais de 50	Separada	1	Não.	Namoro, ou casamento, ou filhos.	<i>Senti-me realizada, pois havia parado de estudar já fazia uns 30 anos. Passei no ENEM e comecei a cursar Administração.</i>

Quadro 12 - Características Gerais dos Egressos participantes

(continuação)

5*	31 a 40 anos	Casada	3	Sim, com carteira assinada. Doméstica.	Namoro, ou casamento, ou filhos.	<i>Senti-me a pessoa mais feliz do mundo por ter concluído o ensino médio, apesar das dificuldades que sempre se apresentavam no caminho, mas sempre feliz apesar do cansaço diário do trabalho, mas a vontade de ir em frente era maior. Tenho uma grande admiração por todos os professores que sempre nos incentivavam conversando quando viam que estávamos prestes a desistir. Os colegas no geral sempre apoiando, se pondo para uma conversa, um desabafo, nos ajudando. [...] então chegou nosso grande dia, nos formamos, que felicidades. As pessoas tinham um olhar diferente, escutei muito “olha, aquela tá correndo atrás de um trabalho melhor”. Aí chegou o dia do ENEM, mãos suando frio, o medo tomou conta, mas coloquei em prática os ensinamentos do PROEJA, fui à luta e consegui ingressar no ensino superior. Lutei e consegui a tão sonhada ADM que me encontro agora rumo à vitória que sei que vem e vou conseguir se Deus quiser.</i>
6*	41 a 50 anos	União Estável	3	Sim, autônoma. Diarista.	Falta de incentivo familiar.	<i>Feliz, preparada.</i>
7*	Mais de 50	Casada	3	Não.	Na época morava no interior, e as escolas disponibilizavam estudo só até a 4 série.	<i>Mais confiante, de saber como me defender ou reagir em situações no comércio ou particular.</i>
8*	31 a 40 anos	Solteira	1	Auxiliar Administrativo.	Falta de incentivo familiar.	<i>Muito conhecimento.</i>
9	22 a 30 anos	Solteira	1	Autônoma, Vendedora de vestuários, perfumaria.	Devido o trabalho.	<i>Mais oportunidades, eu tive!</i>
10	22 a 30 anos	Solteiro	Não	Carteira assinada. Vendedor.	Falta de interesse na escola.	<i>Pronto pra iniciar no curso superior.</i>
11	22 a 30 anos	Solteira	Não.	Empresária/microempresária. Vendedora.	Falta de interesse na escola; Devido o trabalho; Namoro/casamento.	<i>Senti-me muito bem! Pronta pra ingressar no mercado de trabalho.</i>

Quadro 12 - Características Gerais dos Egressos participantes

(continuação)

12	31 a 40 anos	União Estável	2	Sem carteira assinada. Autônoma.	Namoro, ou casamento, ou filhos.	<i>Foi muito satisfatório, aprendi e vivi momentos bons que ficaram marcados para sempre! Fiz boas amizades.</i>
13	Mais de 50	Casado	3	Servidor Público. Guarda municipal.	--	<i>Com ensino médio.</i>
14	22 a 30 anos	Solteira	3	Não.	Namoro, ou casamento, ou filhos.	<i>Ainda não dei continuidade aos meus projetos pós-conclusão do curso.</i>
15	31 a 40 anos	Casada	3	Servidor Público. Servente.	Falta de interesse na escola; Falta de incentivo familiar.	<i>Consegui realizar o tão sonhado curso superior e o concurso público.</i>
16	Entre 31 a 40 anos	Solteiro	Não	Carteira assinada. Agente funerário.	Falta de incentivo familiar.	<i>Mais preparado para conseguir trabalhar na área.</i>
17	31 a 40 anos	Solteira	1	Carteira assinada. Babá.	Namoro, ou casamento, ou filhos.	<i>Motivada, otimista.</i>
18	22 a 30 anos	Solteira	2	Não. Dona de casa	Namoro, ou casamento, ou filhos.	<i>Realizada por conseguir terminar o curso.</i>
19	41 a 50 anos	Casada	1	Autônoma. Confeiteira.	Não tinha escola perto, nem condições financeiras de estudar em outro lugar.	<i>Iniciei um negócio próprio que está em andamento.</i>
20	22 a 30 anos	Solteira	1	Carteira assinada. Auxiliar de produção em Frigorífico.	Namoro, ou casamento, ou filhos; Relacionamento com colegas e professores.	<i>Senti-me realizada, pois há tempos eu já queria ter terminado. Tive uma oportunidade melhor no ambiente de trabalho.</i>
21	31 a 40 anos	Solteira	2	Sem carteira assinada. Estagiaria do Banrisul.	Namoro, ou casamento, ou filhos.	<i>Senti-me muito orgulhosa.</i>
22	22 a 30 anos	Solteira	Não	Carteira assinada. Cozinheira.	Devido o trabalho.	<i>Superações.</i>
23	41 a 50 anos	Casado	1	Servidor Público. Operário.	--	<i>Sinto-me realizado e feliz.</i>

Quadro 12 - Características Gerais dos Egressos participantes

(conclusão)

24	31 a 40 anos	Casada	1	Não.	Dificuldade de aprendizagem/reprovação.	<i>Mesmo eu não podendo trabalhar de carteira assinada, foi de grande valor e uma satisfação imensa de saber que, mesmo com todas as dificuldades que enfrentei desde pequena, eu sou capaz de ser quem eu quisier e que tenho a mesma capacidade de outras pessoas de concluir o curso. Ele não me deu um trabalho, mas aumentou a minha autoestima, a minha confiança e mudou minha vida; e isso é o que eu ganhei de mais valioso do curso.</i>
25	Mais de 50	União Estável	2	Autônoma. Vendedora de roupas.	Devido o trabalho; Namoro, ou casamento, ou filhos.	<i>Senti-me uma vencedora, pois tive que interromper meus estudos para ajudar nas despesas da casa de minha mãe. Voltar depois de 30 anos longe da escola foi gratificante. Abriu-me outro mundo, novas oportunidades de negócios, mais desenvoltura para tratar meus clientes e fornecedores.</i>
26	22 a 30 anos	Solteira	2	Não.	Namoro, ou casamento, ou filhos.	<i>Satisfeita.</i>
27	41 a 50 anos	União Estável	5	Não.	Devido o trabalho.	<i>Muito agradecida.</i>
28	Mais de 50	Casado	4	Sem carteira assinada. Pastor.	Falta de incentivo familiar; Devido o trabalho.	<i>Normal.</i>
29	22 a 30 anos	Solteiro	Não	Sim, com carteira assinada.	Devido o trabalho.	<i>Senti-me muito satisfeito, aprendi muitas coisas no curso e muitas oportunidades na área de trabalho.</i>
30	31 a 40 anos	União Estável. Masc.	Não	Carteira assinada. Auxiliar de carga e descarga.	Devido o trabalho.	<i>Foi a melhor coisa que conquistei quando terminei os estudos.</i>
31	22 a 30 anos	Solteira	2	Não.	Namoro, ou casamento, ou filhos.	<i>Superação, muito conhecimento.</i>

Fonte: o autor.

* Os egressos de 1 a 8 correspondem à nomenclatura utilizada nas entrevistas (relatos).

Referente às suas opiniões a respeito do curso Técnico em Comércio e do IFFar - Campus Júlio de Castilhos e das contribuições do PROEJA em suas vidas (respostas do questionário), segue o quadro abaixo:

Quadro 13 - Opiniões sobre o curso e o campus; e contribuições do PROEJA em suas vidas.

(continua)

<i>1* - O curso de Técnico em comércio trouxe muito aprendizado, conhecimentos, oportunidades e muito conhecimento em várias áreas que não conhecia. Sou muito grata por tudo.</i>
<i>2* - O comércio me fez ver além das paredes que fecharam minha vida em algum período. Um curso de suma importância que ajudou da construção do meu caráter.</i>
<i>3* – Aprendizado, conhecimento, evolução.</i>
<i>4* - Curso maravilhoso, que me proporcionou muito aprendizado e muitas amizades tanto com colegas como professores.</i>
<i>5* - Um curso que veio a dar oportunidade a quem não conseguiu concluir os estudos em tempo normal de escola. Recomendo sempre, fomos recebidos com muito amor e carinho por todos os professores e funcionários e tenho muito a agradecer a professora coordenadora, sempre ativa e disposta, que nos recebeu igual uma mãezona, amo ela de coração. Tenho orgulho em dizer que fiz parte do TÉCNICO EM COMÉRCIO, grande aprendizado que levarei para resto da minha vida. E posso dizer sem medo de errar, não foi fácil, mas consegui.</i>
<i>6* - Foi maravilhoso, recomendei a várias pessoas. Além do aprendizado, conheci professores maravilhosos que me acrescentaram muito. Viagens.</i>
<i>7* - Um curso que merece todo respeito, não deixa a desejar, as contribuições foram positivas, tanto que decidi continuar estudando.</i>
<i>8* - Uma grande oportunidade.</i>
<i>9 - Curso maravilhoso! Aprendi muito.</i>
<i>10 - Ajudou a ter uma melhor visão de mundo com a troca de vivência com os colegas.</i>
<i>11 - Curso bom!</i>
<i>12 - Superou minhas expectativas, ensino de qualidade, professores altamente capacitados, direção e funcionários sempre prestativos.</i>
<i>13 – Boa.</i>
<i>14 - Foram contribuições de extrema importância em minha vida. O curso ensina além de matérias técnicas e práticas. Ele tem um grande marco sentimental em nossas vidas, tanto pessoal, quanto profissional.</i>
<i>15 – Maravilhoso, nos transforma para sermos atuantes, nos abre o entendimento sobre o meio no qual estamos inseridos e de que forma podemos mudar para melhor. E nos mostra os nossos direitos, o que para mim faz toda a diferença.</i>
<i>16 - Uma grande oportunidade pra quem não pôde terminar o ensino médio no tempo certo.</i>
<i>17 - Ótimo curso.</i>
<i>18 – Adorei, contribui muito no estudo quanto em família.</i>

Quadro 13- Opiniões sobre o curso e o campus; e contribuições do PROEJA em suas vidas.

(conclusão)

<i>19 - Expandiu meu conhecimento do mundo, das múltiplas possibilidades que posso tomar na vida. Fez-me ter mais autonomia, determinação.</i>
<i>20 - Acho muito importante, pois nos ajuda muito e sem falar que dá oportunidade para pessoas mais velhas poderem concluir seus estudos. As contribuições foram muito boas, pois aprendi várias coisas essenciais para uma vida melhor e mais aberta.</i>
<i>21 – Ajudou-me muito a crescer como pessoa.</i>
<i>22- Eu consegui terminar o ensino médio porque apareceu esta oportunidade para quem trabalha.</i>
<i>23 - O curso para mim foi o melhor. O IFFar é a melhor instituição gratuita e os professores são os melhores que eu já tive.</i>
<i>24 - É um curso excelente, com qualidade de ensino, com professores qualificados, boa estrutura.</i>
<i>25 - A melhor instituição e a mais completa que conheço. Agradeço e muito por ter feito parte desse curso, aumentou meus clientes e meu ganho financeiro.</i>
<i>26 – Ótimo, ampliou minha visão sobre muitos aspectos.</i>
<i>27 - Muito produtiva.</i>
<i>28 - Foi bom.</i>
<i>29 - Curso foi muito bom, aprendi várias coisas e nele tive muitas oportunidades na área de trabalho. O IFFar foi muito bom para mim, várias portas se abriram. O PROEJA foi muito importante, me trouxe muitas contribuições na vida.</i>
<i>30 - Um grande aprendizado que levarei para o resto da minha vida.</i>
<i>31 - Um excelente curso, oportunidade para crescer mais.</i>

Fonte: o autor.

* Os egressos de 1 a 8 correspondem à nomenclatura utilizada nas entrevistas (relatos).

7.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em decorrência das mudanças ocorridas no mundo do trabalho pela globalização da economia e pela reestruturação produtiva, para atenderem as demandas de um mercado globalizado cada vez mais exigente e competitivo, à luz dos novos paradigmas, o novo discurso refere-se ao trabalhador adaptado à produção flexível para todos os setores da economia, com autonomia e capacidades intelectuais para resolver problemas práticos utilizando os conhecimentos científicos com responsabilidade, criatividade e senso crítico. Porém, isso ocorreria se a educação média e profissional, integrada, fosse assegurada a todos. Mas, ao contrário, a educação científico-tecnológica se dá para um número cada vez menor de trabalhadores, configurando a dualidade estrutural. Assim, uma grande massa de excluídos, precariamente educados, cresce a cada dia, resultado do capitalismo e globalização do capital.

É claro o diagnóstico do impasse causado pela globalização do capital. Somente alterando as relações sociais que produzem a desigualdade social e assegurando os direitos sociais básicos, como a educação básica gratuita, unitária, politécnica ou omnilateral, buscando o possível, antevendo um futuro diferente do presente, baseados em princípios norteadores como igualdade, qualidade educacional, gestão democrática, liberdade, autonomia e propondo a aproximação entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática, conseguiremos vislumbrar dias melhores.

Com a criação dos Institutos Federais e fortalecimento da Rede de Educação Profissional e Tecnológica criaram-se novas perspectivas, uma luz no fundo do túnel para a classe trabalhadora, que antes não tinham alternativas, assim, deixavam em segundo plano os estudos para inserir-se no mercado de trabalho com a finalidade de garantir a subsistência, pois, o ensino profissional de qualidade ou superior era privilégio das elites ou daqueles que dispunham de tempo livre e de recursos suficientes para ingressar no ensino particular. Ainda muito tem para ser feito e talvez, por eu sempre ter pertencido à classe trabalhadora à qual os acessos ao ensino e os direitos, constantemente, são negados, é que valorizo cada vez mais a expansão e o fortalecimento da Rede EPT, para que seja instituída e consolidada como política pública prioritária em nossa nação.

A expectativa é de que a pesquisa desenvolvida aqui seja um fator de reflexão e de provocação para um olhar com foco na formação do sujeito que esteve afastado do processo escolar e que busca no PROEJA uma retomada, carregando consigo dificuldades, traumas, frustrações e angústias. As abordagens presentes neste estudo auxiliam para as reflexões continuadas que são fundamentais para o permanente aperfeiçoamento do PROEJA dentro do *Campus* Júlio de Castilhos e do Instituto Federal Farroupilha. Da mesma forma, espera-se que estas provocações sirvam de ferramenta e de incentivo para que ocorram melhorias nas práticas educacionais do ensino médio integrado, assim como, em tempos sombrios e de descrédito do funcionalismo público, para que possamos aprofundar e efetuar novas pesquisas em prol da conscientização, da valorização e da divulgação da importância que o PROEJA e a rede EPT tem perante a sociedade.

O desconhecimento sobre o que acontece com o aluno após a conclusão do curso evidencia a fragilidade na manutenção dos vínculos entre os egressos e a instituição formadora, que ainda não possui uma política estruturada ou efetiva de monitoramento permanente dos ex-alunos, e não só para esta modalidade. Estas questões carecem de uma investigação que viabilize a avaliação crítica do programa, no tocante à inserção/reinserção profissional ou mudança de vida do egresso.

Desta maneira, espero que o estudo aqui desenvolvido possa contribuir para a valorização e melhoria do referido programa; com o desejo que esta política educacional se perenize em prol da classe trabalhadora e dos menos favorecidos, sendo entendida aqui, para além da mera exigência do mercado, uma política educacional voltada para a construção de uma sociedade brasileira mais justa e democrática.

Perseguir um modelo de sociedade com um sistema educacional mais acessível e igualitário à educação básica, pública, gratuita e de qualidade, independente da origem socioeconômica e do nível de escolaridade conquistado pelos cidadãos é passo importante para a formação de sujeitos éticos, autônomos, críticos, com maior autoestima, preparados para o mundo do trabalho. Assim, poderemos gerar sujeitos capazes de desenvolver suas potencialidades nas áreas escolhidas, de forma que essa formação profissional não os deixe subordinados e submetidos à exploração e acumulação da economia capitalista, mas para sua emancipação de ser criativo frente às adversidades que mundo lhe impõe.

A dualidade educação e trabalho, na história da educação profissional do Brasil, foram herdados por uma influência escravista na concepção da sociedade e nas relações sociais. Historicamente é resultante de processos antagônicos e conflituosos entre classes distintas. Assim, no decorrer da história, para a classe dos trabalhadores, dos menos favorecidos, a educação profissional sempre foi ofertada como preparo de mão de obra. Para rompimento desta condição, é de extrema importância a integração entre educação e trabalho, extinguindo com essa dualidade. Portanto, temos o discernimento que o caminho é longo e disputado quando se fala em ensino médio integrado à educação profissional, ainda mais se tratando da educação de jovens e adultos.

Ao apontar que as disputas evidenciam também as lutas de classes, que aumentam cada vez mais no sistema capitalista e afirmar que a forte competição no reino do capital ratifica a educação como mercadoria, Maraschin (2019, p. 29) questiona:

Enfim, é uma dinâmica de ações que permite questionar por que não se efetiva uma política pública de educação para os trabalhadores. Por que os trabalhadores não participam das discussões das políticas para sua classe, visto que, desde a criação das Escolas de aprendizes e Artífices, em 1909, é para eles que a educação profissional é destinada? E, se os IFs foram criados para os trabalhadores e para termos uma política pública de educação profissional e tecnológica, por que a classe trabalhadora não está no centro e as políticas não são contínuas?

O retrato do contexto social, econômico e político brasileiro, perante os interesses do capital e as novas exigências, contabilizam milhares de jovens e adultos com baixa

escolaridade e sem qualificação para o mercado, que se submetem a qualquer tipo de atividade econômica, muitas com baixa remuneração e com condições precárias de trabalho.

Nesta conjuntura contemporânea, marcadas pela globalização, pela tecnologia e pela reconfiguração do capitalismo, é evidente a necessidade de versatilidade, dinamismo, de novas habilidades e competências dos sujeitos, para enfrentamento às mudanças do mundo do trabalho e da sociedade. Nesta lógica, acreditamos que as práticas pedagógicas que se baseiam no trabalho como princípio educativo, com organização educacional ancorada em concepções críticas e humanísticas, podem potencializar esta formação integral e a práxis humana. Foi-se o tempo de permitirmos uma educação que organiza o trabalho dividindo o pensamento e a ação, que no ato de educar não integra e divide tempo para os conteúdos teóricos e tempo para as atividades práticas. Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005 b, p. 1-2), o trabalho como princípio educativo:

Vincula-se, então, à própria forma de ser dos seres humanos. Somos parte da natureza e dependemos dela para reproduzir a nossa vida. E é pela ação vital do trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida. Se essa é uma condição imperativa, socializar o princípio do trabalho como produtor de valores de uso, para manter e reproduzir a vida, é crucial e “educativo”. Trata-se, como enfatiza Gramsci, de não socializar seres humanos como “mamíferos de luxo”. É dentro desta perspectiva que Marx sinaliza a dimensão educativa do trabalho, mesmo quando o trabalho se dá sob a negatividade das relações de classe existentes no capitalismo. A própria forma de trabalho capitalista não é natural, mas produzida pelos seres humanos. A luta histórica é para superá-la.

Daí entendo a importância da verticalidade. E no PROEJA isso aparece fortemente, pois seguir a trajetória de estudos é um movimento de conscientização crítica e humanização. Estamos sempre construindo nossa humanidade. O homem é um ser inconcluso. Paulo Freire fala sobre o “ser mais” enquanto espécie humana. Assim, esse sentimento de recuperar a humanização por meio da educação pelo trabalho como princípio educativo fica evidente em nossa pesquisa.

Para criar e sustentar condições para uma educação comprometida com os jovens e adultos na perspectiva de dialogar com a complexidade da sociedade é necessário articular os saberes existentes e produzir novos saberes em consonância com o avanço do conhecimento científico e tecnológico, através de um projeto de ensino médio na perspectiva do trabalho como princípio educativo. Neste rumo, Silva (2019, p. 12) destaca:

Também se faz necessário investir na qualidade e universalização do ensino, subsidiando a formação específica e continuada dos profissionais da educação, a infraestrutura dos espaços escolares, a garantia de direito à educação considerando as mudanças no mundo do trabalho, mas também a preparação para a cidadania e o desenvolvimento integral dos sujeitos.

É necessária a inversão desta realidade onde o trabalho surge como princípio de desumanização, de maneira em que o trabalho se torne princípio educativo. Assim, através desta dissertação e argumentação que dá luz e destaque para uma educação integrada, libertadora e emancipadora, demonstramos que não compactuamos com este “sobreviver precário” e a desumanização da sociedade que vem aumentando, gerados pelas relações do mundo do trabalho e da organização da produção, impasse causado pela globalização do capital, onde uma determinada classe social organiza o sistema produtivo de forma a reproduzir seu domínio social e a opressão e alienação dos trabalhadores.

Consideramos que a educação profissional deva seguir caminho contrário do discurso hegemônico de que a escola pública deve ofertar formação profissional para o pobre de forma a prepará-lo para o trabalho. Acreditamos também que o grande desafio para a educação é compreender as características de cada sujeito considerando sua identidade única e o que carrega consigo através de sua trajetória de vida, estimulando suas potencialidades e construindo saberes para ampliação de horizontes para que se vislumbre, neste mundo repleto de possibilidades, um projeto de vida próprio e próspero, com ética, zelo ao próximo e consciência dos seus direitos e deveres perante a sociedade. É necessário entendê-lo como constituinte de um grupo social, político e cultural, como cidadão, pertencente a uma sociedade.

Diante da imposição implacável da competitividade, da eficiência e da individualidade, feita pela divisão social e organizacional do trabalho, com exigências que marcam a expansão e a imposição do capital, a reestruturação produtiva vem apontando para uma produção mais aligeirada. Neste sentido, Gonçalves e Silva (2019, p. 278) apontam que:

Tais mudanças influem na divisão social e técnica de trabalho e, conseqüentemente, alteram as relações entre trabalho e educação, pois o regime de acumulação flexível exige um trabalhador polivalente, demandando, por sua vez, educação polivalente, que promova articulação das experiências e atitudes, competências, habilidades, flexibilização e adaptação aos diferentes contextos do trabalho produtivo. [...] Configura-se também maior exigência de escolarização para ocupar os novos postos de trabalho e pela promessa da empregabilidade, como uma responsabilidade individual.

O processo de melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora também passa por repensarmos as relações entre técnica, educação e trabalho, de maneira em que os indivíduos não sejam formados apenas com a finalidade de ampliação do capital. Os processos educacionais não podem estar estritamente direcionados para atender às atuais relações da produção capitalista. Nesta direção, Pinto (2016, p. 143) afirma:

É necessário pensarmos esse novo projeto societário, o qual deve contemplar um entendimento diferente de organização da produção, de desenvolvimento econômico que não acolha apenas os interesses do capital, e com isso, fazem-se necessárias novas relações sociais de produção que não sejam marcadas pela exclusão. Será com base nessas mudanças que poderemos pensar uma educação profissional que não trate os milhares de jovens e adultos brasileiros não escolarizados formalmente, subempregados e/ou desempregados como meras mercadorias. Nessa educação não haverá espaço para legitimar os valores dominantes, isto é, para a supervalorização da competitividade, da eficiência, nos moldes pensados pelos homens de negócio que demarcam uma perspectiva de formação numa direção antagônica aos interesses das classes trabalhadoras.

Desta forma, assumindo-se um compromisso político e ético ao se estabelecer uma proposta de educação profissional integral ou politécnica de qualidade que supere as relações condicionais de adestramento, de treinamento e as imposições do capitalismo representadas pelo mercado de trabalho e produção a qualquer custo, há de se vislumbrar a superação do cenário hegemônico vigente na sociedade neoliberal. A questão é romper com as desigualdades sociais e com todas as formas de exclusão através de um compromisso político e societário que priorize o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões.

Para a constituição de um projeto educativo que valorize a formação do trabalhador, Gonçalves e Silva (2019, p. 279) afirmam:

É imprescindível romper com essa barreira desumanizadora do trabalho, criando condições para educar na perspectiva emancipatória, objetivando o papel da escola pela formação integral nas proposições da conscientização, da criticidade e dos conhecimentos científicos, sociais e culturais que valorizem o ser e o fazer humano.

Os Institutos Federais tem a incumbência de trabalhar os eixos ensino, pesquisa e extensão, articulando a integração entre ciência, cultura e trabalho. Assim, um dos pressupostos é o cumprimento das leis e dos documentos que propõe esta integração, porém, de acordo com Furlan (2016), os docentes do IFFar pouco sabem os seus sentidos teóricos e práticos, ou seja, os sentidos da integração não estão claros. Na realidade, necessitamos de um “olhar diferenciado” para os documentos oficiais e precisamos colocá-los em prática ou tentar praticá-los. Caso contrário, a teoria apresentada não terá sentido para obtermos uma educação mais igualitária e justa. Ainda, Furlan (2016, p. 127) complementa:

Compreender os sentidos da integração e, principalmente, o sentido de que o homem é um ser histórico; e compreender que, sem o estudo aprofundado e interpretação dos documentos bases não conseguiremos avançar para a práxis, sendo necessário o primeiro passo reorganizar o trabalho docente, o qual deve ter tempo/espaço para pensar e (re) pensar nossa prática pedagógica, nossos anseios e medos em relação aos impactos das políticas públicas impostas pelo Ministério da Educação e pelo próprio sistema capitalista.

Sob os eixos trabalho, ciência e tecnologia, defendidos pelo documento base do PROEJA (BRASIL, 2007b), estão contempladas as demandas do programa para assegurar as necessidades econômicas e sociais dos Jovens e Adultos, formando-os em sua completude. Para isso, torna-se fundamental a adesão total da modalidade nas Instituições de ensino e seus educadores, havendo uma permanente articulação, destes, com o cotidiano dos alunos, com as famílias e com a comunidade. Claro que, para que tudo isso aconteça, são necessários que se efetivem e se perenizem as políticas públicas para essa modalidade de ensino, com garantias de investimentos.

Amparados no documento base do programa (BRASIL, 2007b), torna-se imperativo o diagnóstico das realidades e demandas locais, o diálogo entre as experiências que estão em andamento e a existência de um planejamento construído e executado de maneira coletiva e democrática:

Isso implica a necessidade de encontros pedagógicos periódicos de todos os sujeitos envolvidos no projeto, professores, alunos, gestores, servidores e comunidade. É importante ressaltar, mais uma vez, que essa construção curricular implica uma nova cultura escolar e uma política de formação docente; também a produção de um material educativo que seja de referência, mas, de forma alguma, prescritivo. (BRASIL, 2007b, p. 51-52).

É fundamental que o educador tenha um olhar mais cuidadoso, individualizado para os sujeitos da EJA, pois nesta modalidade há uma diversidade de idades e de realidades. É importante o rompimento de rótulos e preconceitos que definem estes sujeitos como fracassados ou pobrezinhos. Muitos chegam à instituição de ensino com sentimento de inferioridade, desmotivados e sem expectativas de um futuro profissional ou acadêmico. Perante a este contexto, os educadores devem estar cientes das prerrogativas deste programa, estando abertos ao diálogo e agindo com flexibilidade na ação pedagógica. No ato do compartilhamento dos conhecimentos escolares, para facilitar o processo de ensino-aprendizagem, é fundamental a busca da contextualização dos conteúdos com as experiências que estes sujeitos trazem consigo e com o meio em que vivem.

Em relação à possibilidade de melhoria das práticas educacionais no IFFar – *Campus* Júlio de Castilhos e ao domínio das propostas apresentadas nos documentos legais e publicações inerentes ao programa, julgamos de suma importância a realização de formações continuadas, a qual proporcionem momentos de estudos e de compartilhamento de conhecimentos para aprimoramento e para gerar subsídios em defesa do PROEJA. Em sua pesquisa, de maneira preocupante, Furlan (2016, p. 116) relata:

Neste sentido, seria imprescindível o diálogo das experiências durante estes anos de andamento do PROEJA dentro do Instituto Federal Farroupilha, o que estava sendo efetuado nos primeiros anos do Programa, mas com o passar do tempo, os encontros pedagógicos específicos da EJA, foram se desarticulando e se extinguindo. Sabemos e observamos na pesquisa que, é necessário motivar o docente e o discente, através destes encontros para que se efetive perenemente essa cultura institucional, visando também uma política de formação docente, a qual se tem focado mais para ferramentas tecnológicas ou EAD.

Neste contexto, podemos afirmar que as formações pedagógicas do PROEJA contribuem com a explicitação das dimensões e sentidos da integração e formação politécnica/omnilateral. Percebemos que o Ensino Médio Integrado e as suas práticas pedagógicas integradas dependem dos seus educadores e da Instituição, no sentido de assumirem com maior responsabilidade esse desafio, sejam nos projetos ou nas suas práticas que visem à integração do ensino médio com o ensino profissional (educação x trabalho), que por fim, poderia suprimir esta dualidade que desola a classe trabalhadora. Nesta direção, buscamos na pesquisa realizada no IFFar, por Furlan (2016, p. 123 - 124), as seguintes colocações:

Sabemos que são necessárias ações pedagógicas comprometidas para a efetivação das práticas transformadoras, as quais devem ser renovadas e replanejadas constantemente, tendo o trabalho como princípio educativo. Dessa forma, o mesmo deve se opor ao sistema neoliberal (lógica das competências), buscando uma totalidade, da qual o homem possa compreender/sentir/vivenciar as relações múltiplas existentes no mundo (políticas-sociais-culturais) na sua amplitude, tornando-os profissionais-intelectuais-políticos-cidadão. Neste sentido, caracterizamos a omnilateralidade, na qual os sujeitos sociais não serão capazes de apenas serem líderes/participantes adestrados, mas compartilhadores de saberes/experiências nos grupos de suas relações, tendo uma formação humana não somente profissional. [...] Assim sendo, as ações pedagógicas e o aprimoramento das práticas estão em renovação constante. Nesse aspecto, o Instituto Federal Farroupilha se constitui num espaço aberto em movimento, procurando desenvolver sua maior missão que é a promoção da educação profissional, científica e tecnológica e pública, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável.

Passamos hoje no nosso país por uma turbulência muito grande, em todos os sentidos, o que gera um cenário de insegurança e incertezas, intensificado, muito provavelmente, pela pandemia de Covid-19, pela crise econômica, pela dita crise mundial, mas muito mais, causado pela ganância, pelas pessoas que preenchem uma sociedade polarizada, com divisões ideológicas extremas que tomam o tempo e inviabilizam os estudos e reflexões necessárias para a investida em ações e atitudes que possam, realmente, nos retirar desse buraco, promover a retomada do desenvolvimento e minimizar o sofrimento dos menos favorecidos.

Ao contrário de uma educação que prepara o perfil do novo trabalhador para as transformações do mercado de trabalho, desejamos uma educação com caráter emancipador,

omnilateral, que promova a formação integral do cidadão, para que este, dotado de senso ético e livre de subordinação, tenha discernimento para realizar uma leitura crítica de mundo e capacitação para enfrentar, com autonomia, as adversidades que o mundo impõe.

Assim, pela valorização de uma formação mais completa em que ocorre a articulação da teoria e da prática, do conhecimento e da técnica, e por fim do ensino e do trabalho é que estabeleceremos as condições objetivas para que o homem possa desenvolver suas capacidades manuais e intelectuais. [...] Assim, preparado sob uma perspectiva global o homem será capaz de intervir na realidade de forma mais qualificada para a construção de uma nova sociedade (PINTO, 2016, p. 146).

A educação transforma e uma sociedade transformada, imbuída de cultura e de consciência humanizadora nunca mais será explorada ou condicionada. De acordo com Furlan (2016, p. 109), portanto:

É necessária a formação plena dos sujeitos, com uma integração no sentido de totalidade entre a educação básica e a educação técnica e o devido entrelaçamento dos eixos trabalho, ciência e cultura para a sua efetivação. O trabalho é um ponto de partida histórico e dialético, que busca a compreensão da realidade de forma ilimitada, compreendendo-o como fator produtivo e para a vida, não apenas como fator determinante de empregabilidade ou empreendedorismo, mas no sentido íntegro (histórico-sócio-cultural-econômico).

Quanto à educação considerada como recurso para o desenvolvimento econômico, como capital humano, empregada com o objetivo para o concurso, vestibular e para empregos, refletimos com a afirmação de Arroyo (2012, p. 74):

A educação e a escola passaram e os conhecimentos de qualidade passaram a ser avaliados na lógica de mercado. Criamos uma série de projetos lindos, introduzimos até temas transversais de atualidade para dar conta de tematizar essas dimensões, porém, continuamos considerando que a nossa obrigação é lhes dar competências básicas para o emprego.

Não podemos assumir uma perspectiva ingênua e desconsiderar que a missão é árdua, complicada e demorada, pois o modelo societário existente é excludente, onde a classe trabalhadora sobrevive com condições precárias de existência e é explorada pelas relações capitalistas de trabalho. Assim, para obtermos resultados societários satisfatórios, plenos e duradouros, a médio e longo prazo, consideraria fundamental a imediata concentração de investimentos e de forças voltadas para a educação da nação, inclusiva e solidária, com processos educativos baseados nos princípios defendidos neste trabalho, o qual liberta e emancipa o homem. Neste sentido, consideramos o PROEJA, enquanto política pública educacional, como proposta para atendimento de milhares de jovens e adultos excluídos,

assumindo teoricamente a missão humanística e politécnica da educação, pois não fragmenta os conhecimentos humanos.

Mencionamos, portanto, como espaço capaz de desenvolver este programa e processos educacionais emancipadores e promover a possibilidade de travessia para uma sociedade mais justa e sadia, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a qual necessita de valorização, compromisso nacional e condições para executar a sua grandiosa missão pela qual foi criada.

Sou a favor da expansão e um grande defensor da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, pois sou “cria” de uma instituição pública e gratuita (desta rede) e senti na “pele” todas as dificuldades e angústias que um jovem, sem condições financeiras, pode enfrentar durante sua trajetória formativa. Se não fossem a gratuidade do ensino, moradia e auxílio/monitoria para compensar a alimentação, certamente meu percurso formativo teria se interrompido. Esse abandono escolar em idade regular acontece com milhares de jovens que primeiramente precisam pensar no seu sustento e com a falta de incentivo familiar, por diversos motivos, e sem as condições necessárias para permanência na escola, acabam se perdendo pelo caminho, ficando à margem da sociedade, sem oportunidades, vulneráveis a exploração do capital. Assim, com “sorte”, procuram mais tarde se inserir na EJA para compensar aquilo que não lhes foi oferecido em tempo regular.

Vejo e reconheço a grande importância destas instituições públicas gratuitas e de qualidade, para oportunizar e abrir novos horizontes, novas possibilidades para a tão sofrida classe trabalhadora do Brasil. Com a visão de resgate da escola como um espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva, sonhamos com escolas que promovam formação integrada, estimulando caráter emancipatório e significativo poder de transformação econômica e da realidade social dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Evidenciamos por meio dos questionários e entrevistas a mudança na vida dos egressos, no sentido omnilateral; na socialização e construção dos relacionamentos interpessoais e familiares; na perspectiva e efetivação de progressão e verticalização escolar para alguns; no crescimento e progressão cultural e de aprendizagem, mesmo diante das dificuldades; na satisfação e autoestima (alegria/felicidade) ao retomarem aos estudos; na realização pessoal e reconhecimento social ao concluírem este desafio que consideravam ser um vácuo em suas vidas (ensino médio integrado); na cidadania perante a atuação na comunidade com mais senso crítico e ético, reconhecendo o valor da democracia.

Não negamos que existem diferenças nas individualidades, diferenças de interesses de cada indivíduo, porém, defendemos que com uma educação que emancipa e liberta

geraremos, primeiramente, seres sociais lúcidos, éticos, que criam e recriam suas vidas, capazes de refletirem e de se libertarem de toda essa opressão imposta pelo capitalismo.

Estes sujeitos empreenderam uma verdadeira saga pela busca de um novo diploma, que, embora não os libertaram totalmente dos mecanismos exploratórios do capitalismo, pelo menos, permitiram-lhes um melhor entendimento e maiores condições para resistência e para enfrentamento (ou não), destas forças que ditam as regras deste cenário vigente.

Os resultados não representam uma totalidade dos sujeitos egressos e não nos permitem emitir um parecer definitivo e conclusivo sobre o tema. Trazemos um recorte, sem a intensão de apontar definições, diagnósticos definitivos ou criar conceitos prévios. Assim, através desta pesquisa, mesmo sem mensurarmos e sem grandes evidências de progressos econômicos ou materiais, podemos atribuir a esta formação a transformação social, com rompimentos de subordinações e angústias e com a elevação de sentimentos, emancipação e libertação. Nesta direção, apontamos para a conclusão de Pinto (2016, p. 243):

Não podemos incorrer no equívoco de acreditamos que apenas uma mudança teórico-metodológica de um programa, seja capaz de alterar as condições materiais dos beneficiários ao finalizarem o curso, pois podemos ao final da execução do programa tirar os jovens e adultos das estatísticas daqueles que não possuem a educação básica e a formação profissional ou formação integral, para o grupo dos que possuem, porém ainda continuarem alijados de acesso a diversos outros direitos sociais básicos. Precisamos trabalhar com os alunos do PROEJA, desconstruindo as falácias que venham pairar sobre o programa para que não venham sustentar enquanto educadores afirmações irresponsáveis, mistificando a realidade que está ao nosso redor.

Certamente saíram melhores e adquiriram maior entendimento das relações de disputas da sociedade, as quais interferem diretamente em seus trabalhos e em suas vidas. Assim, com maior lucidez, estes egressos podem continuar lutando por melhores condições e por seus sonhos.

Então, podemos dizer que o PROEJA do *Campus* Júlio de Castilhos apresenta certa eficiência e eficácia perante aos propósitos do programa, pois promove mudanças significativas ou permanentes nas vidas das pessoas. Assim, refletimos: quem ganha com essa elevação cultural e de vida das pessoas? Somente o sujeito envolvido nesse processo ganha com isso? Creio que não; ganhamos nós, todos nós, pois somente com uma sociedade mais equilibrada, mais justa e mais sadia, todos sairemos vencedores.

Podemos concluir afirmado que o ser humano está sempre em transformação, em um processo dinâmico, de acordo com o seu contexto histórico. Está sempre se construindo e se reconstruindo, pois se trata de um ser inacabado. Como concepção, seria muito reduzido

considerá-lo como um ser que nasce, produz e morre. Nesta direção, os egressos participantes, ou melhor, generalizando, os estudantes do PROEJA, constituem-se de mulheres e homens com sonhos, medos, frustrações, dúvidas, desejos; que se superam ao conciliar suas vidas, suas lutas, na busca do conhecimento científico, para que, em tese, possibilite irem além do que lhes foi negado em certo momento histórico de suas vidas: o acesso à cultura geral.

Temos que educar para resistir, ter indignação, de maneira em que a luta por cultura, por identidade, por diversidade, esteja impregnada na pedagogia da EJA. São lutas inglórias, culturais (memórias que tendem a ser apagadas), lutas de classes, em tempos difíceis, de sujeitos que lutam contra a opressão.

Precisamos estar atentos e mobilizados diante deste cenário e conjuntura política da Educação, que fomenta o “culturicídio e a volta dos tempos coloniais”. Entende-se que a manutenção desses diálogos e reflexões, constitui-se em ação fundamental e necessária para o fortalecimento e a continuidade desse vínculo consolidado diante de um panorama incerto para EJA EPT no país e na Rede. É necessário promover a continuidade dos diálogos intersetoriais e interinstitucionais, das trocas de experiências educativas e da identificação da unidade no diverso, ou seja, daquilo que vai se constituindo como a identidade da EJA EPT na Rede Federal, além de possibilitar um levantamento dos principais obstáculos que essa modalidade de ensino tem enfrentado nas instituições que compõem a Rede Federal.

Com base no disposto na Lei nº 9.394/96, no Decreto nº 5.154/2004 e na Lei nº 13.415/2017 (reforma do Ensino Médio), a Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021, institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Já, a Portaria nº 962, de 1º de dezembro de 2021, institui o Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - EJA Integrada - EPT e estabelece orientações, critérios e procedimentos para concessão de recursos financeiros às instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Para reflexão fica a afirmação e a seguinte pergunta:

A rede federal de educação profissional e tecnológica precisa ser referência na oferta de cursos PROEJA. Se a rede federal possui a experiência da educação profissional, e tem recebido muitos investimentos em equipamentos e em pessoal, por que não assumir também com qualidade essa modalidade? (MARASCHIN, 2019, p. 80).

O tempo em que vivemos é incerto e de silenciamento para o PROEJA, com muitos retrocessos para a educação. É momento de mobilização e resistência. Sendo assim, é

importante mostrar as experiências e as transformações que o PROEJA proporcionou na vida dos egressos, a fim de valorização e fortalecimento deste programa que promove a cidadania e a transformação social.

Espera-se que a exposição de experiências, vivências e debate aqui propostos se ampliem e possibilitem a toda comunidade acadêmica, em especial, aos profissionais da educação, a compreensão dos discursos e práticas que orientam a EPT e o PROEJA e a defesa desta política/modalidade educacional que pode transformar e gerar oportunidades para a classe trabalhadora do Brasil.

7.4- PRODUTO EDUCACIONAL

A partir dos dados e resultados alcançados, buscou-se a elaboração do Produto Educacional em atendimento às regras do ProfEPT. Neste contexto, foi elaborado um ebook com o objetivo de divulgar para a comunidade acadêmica (profissionais da educação e alunos) os resultados apresentados a partir da pesquisa realizada com o **PROEJA em Comércio do IFFar - Campus Júlio de Castilhos**, destacando as concepções dos egressos que aceitaram participar da pesquisa, quanto às mudanças de vida que o curso promoveu.

Ao valorizar a instituição e a rede EPT, buscamos dar maior visibilidade e incentivar a adesão do referido programa. Trata-se de um pequeno recorte, mas através das concepções dos egressos, que são apresentadas, podemos ressignificar e entender a grande importância deste programa educacional que tem a missão de incluir, emancipar e resgatar a autoestima e a autonomia das pessoas; assim, promove a cidadania e a melhoria da qualidade de vida.

Com o título “O PROEJA em Comércio do Instituto Federal Farroupilha - *Campus* Júlio de Castilhos como uma possibilidade de mudança de vida: concepções dos egressos”, o ebook, disposto em 25 páginas, foi validado através de questionários aplicados na Plataforma Digital do *Google Forms*, enviado juntamente com o ebook, via *e-mail* institucional, em duas versões, sendo uma para os educadores e outra para os alunos da turma que ingressou em 2021.

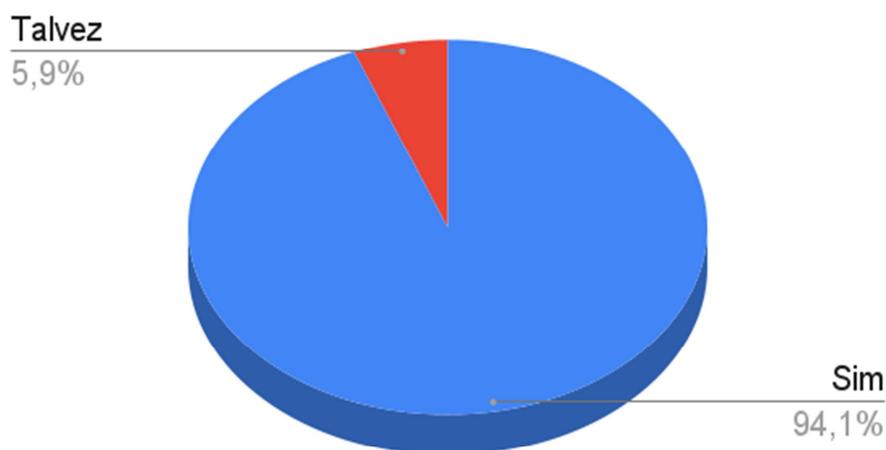
Dos 21 educadores que enviamos e reforçamos a importância da participação (19 professores que atuam no PROEJA em Comércio do *campus*; Diretora de Ensino e Diretor Geral do *campus*), recebemos o retorno com as respostas de 17 profissionais. Já, perante os alunos do PROEJA, tivemos dificuldades mesmo com as quatro solicitações intermediadas pelo coordenador do curso e por professora que atua com a turma, resultando em apenas 6 respostas mesmo depois de várias tentativas.

Os 6 estudantes consideraram que o ebook pode contribuir para dar maior visibilidade e valorizar o curso e que contribuiu para conhecerem melhor e valorizar o curso. Sem maiores contribuições para com o trabalho, 4 consideraram o ebook ótimo e 2 consideraram bom.

7.4.1- VALIDAÇÃO: EDUCADORES

Os 17 participantes responderam quatro questões. A Figura 12 apresenta os resultados do primeiro questionamento: “1 - Você acredita que o ebook pode contribuir para dar maior visibilidade e valorizar o curso?”

Figura 12 – Contribui para valorizar o curso?



Fonte: o autor

No quadro abaixo seguem algumas opiniões referente à questão 1:

Quadro 14 – Opinião / Contribui para valorizar o curso?

(continua)

O EBOOK apresenta um compilado de informações a respeito da criação e implantação do PROEJA, bem como informações referentes à opinião dos estudantes em relação ao curso. Acredito que a divulgação do livro auxiliará na visibilidade do curso e também na sua valorização.

Quadro 14 – Opinião / Contribui para valorizar o curso?

(continuação)

<p><i>Eu neste momento de leitura, e o IFFAR JC, ganhamos muito com o teu registro, simplesmente adorei e já fiquei com vontade de que este fizeste parte do material, para leitura, dos professores que atualmente estão fazendo a capacitação EJA, pois muito relatam (professores do município) que estão iniciando nesta caminhada. Ter o relato de "alunos próximos a nós faz toda diferença", pois passamos a compreender verdadeiramente o contexto. Logo, este e-book, com certeza, proporciona maior visibilidade do curso, convence o leitor do quanto o PROEJA é uma oportunidade, muda uma vida, melhora muitas vidas, que mesmo com obstáculos vale a pena continuar. Cassio teu e-book valoriza muito o curso sim, é preciso dar visibilidade ao teu trabalho, excelente!</i></p>
<p><i>Sim, conhecer "como" e o "quanto" o curso contribuiu para a vida pessoal, acadêmica e profissional do estudante é fundamental. Nesse sentido, a pesquisa com egressos é uma importante ferramenta para avaliarmos o quão efetivo está sendo o cumprimento do Projeto Pedagógico do Curso, os objetivos institucionais descritos no Plano de Desenvolvimento Institucional e as finalidades e características expressas na Lei de Criação dos Institutos Federais. Especificamente em relação ao Curso Técnico em Comércio do Campus Júlio de Castilhos, a pesquisa traz elementos técnicos que apontam a importância do curso não apenas no que se refere aos aspectos acadêmicos e profissionais, mas principalmente, aponta elementos de resgate social e de trajetória de vida dos estudantes. Nesse sentido, os relatos apresentados reforçam a importância do curso para os discentes, cidade e região, conseqüentemente, a pesquisa contribui para dar maior visibilidade e valorização ao Curso.</i></p>
<p><i>O EBOOK é uma excelente ferramenta de divulgação e conhecimento do Curso.</i></p>
<p><i>Acredito que a ideia do Ebook é uma grande "sacada", pois vai ser uma ferramenta informativa e motivacional para quem está pensando em estudar, nessa modalidade, no IFFar. Outro aspecto muito interessante é a participação dos egressos, que são o resultado de todo o processo, com seus relatos sinceros, abordando as mais diversas vantagens que o curso agregou para a sua vida pessoal e profissional!</i></p>
<p><i>Produção interessante para valorizar e divulgar a modalidade de ensino e seus estudantes, podendo também estimular outras pessoas, em condições similares, a retornarem com seus estudos.</i></p>
<p><i>A organização do texto é excelente, começando com o aspecto histórico da Educação Profissional, a importância dos Institutos Federais, o Campus Júlio de Castilhos e, por fim, da atuação do Curso Técnico em Comércio/Proeja. Acho que você deveria pensar na publicação deste texto também na versão impressa, pois está muito bom e poderia ser usado nos cursos de licenciatura do campus e em outros meios acadêmicos, pois apresenta os aspectos e concepções teóricas da Educação de Jovens e Adultos e também seus resultados, a partir das concepções dos egressos.</i></p>

Quadro 14 – Opinião / Contribui para valorizar o curso?

(conclusão)

Com certeza o ebook traz muitas contribuições bastante valiosas, declarações dos alunos e participantes do curso como um todo, e principalmente as vivências que são muito ricas e que realmente trazem o real sentido de um curso proeja. A qualificação + a convivência e crescimento pessoal.

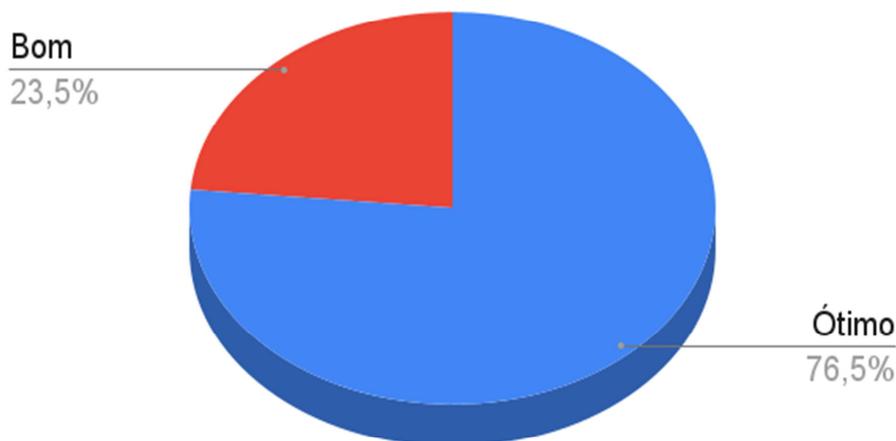
As pesquisas acadêmicas trazem estudo e discussão para uma modalidade que é muito importante, mas carece de políticas públicas. Revela e valoriza a trajetória dos sujeitos da EJA, do curso e da instituição que faz um belo trabalho.

Importantíssimo a tua contribuição para dar visibilidade ao campus Júlio de Castilhos e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na Rede Federal, narrar como foi esse percurso dos egressos e a relação com o campus e os docentes, como o curso contribui positivamente para inserção no trabalho, a autoestima e uma educação que possibilita melhores condições de vida aos educandos.

Fonte: o autor.

Referente à questão 2 (*No geral, o que você achou do ebook intitulado "O PROEJA em Comércio do Instituto Federal Farroupilha - Campus Júlio de Castilhos como uma possibilidade de mudança de vida: concepções dos egressos"?*), a figura 13 apresenta o resultado:

Figura 13 – O que você achou do ebook?



Fonte: o autor

No quadro abaixo seguem algumas opiniões referente à questão 2:

Quadro 15 – Opinião / O que você achou do ebook?

<p><i>Cassio, preciso confessar que passei a ter ainda mais orgulho de estar nesta caminhada do PROEJA, depois dessa leitura. Estou aqui emocionada com os relatos, com o quanto transformamos a vida destas pessoas. Eu "já imaginava que isso acontecia", ouvia histórias, mas não se compara ao ler o relato de quem realmente viveu esta história, em detalhes, é emocionante.</i></p>
<p><i>O título expressa, a meu ver, um dos aspectos essenciais da educação: "a educação como possibilidade de mudança". Além disso, no momento em que essa perspectiva é solicitada ao estudante, pode-se ter um relato fiel do quanto o processo educativo transformou sua trajetória de vida.</i></p>
<p><i>Considerando o aspecto educacional, o Brasil está muito pobre devido à falta de consideração e investimentos do atual governo. Falta implementar políticas públicas em várias áreas sendo que na educação a demanda é maior devido à precarização da mesma. Sendo assim, toda a ideia, inovação ou formas diferentes de divulgação de um Curso é sempre recebido com alegria, pois é fruto de estudos, inovação e criatividade dos envolvidos. É uma ideia que instiga, que deixa o leitor curioso e que valoriza a Instituição como um todo. Parabéns ao envolvidos nessa ideia!</i></p>
<p><i>Considerarei muito bom ao ter este olhar sobre os estudantes não como número de egressos, mas valorizar a trajetória, dar vez e voz a eles e elas.</i></p>
<p><i>A escrita do trabalho ficou muito clara e objetiva. Como também o tema muito pertinente e necessário. Importante lembrar sempre a missão dos IFF, quanto, "Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública e gratuita, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável". Acredito que seus objetivos foram alcançados.</i></p>
<p><i>Um trabalho riquíssimo, com relatos valiosos dos alunos egressos.</i></p>

Fonte: o autor.

No quadro 16, abaixo, trazemos algumas respostas quando questionados: “3 - *Em relação à forma como o ebook foi estruturado, o que você achou? Está claro? Teria alguma sugestão/contribuição para aprimorar o trabalho?*”

Quadro 16 – O ebook está claro?

(continua)

<p><i>O conteúdo ficou claro.</i></p>
<p><i>As informações são ótimas.</i></p>
<p><i>Boa abordagem.</i></p>

Quadro 16 – O ebook está claro?

(conclusão)

<i>Achei o texto bem claro, objetivo, de relevância e original, de fácil leitura, que despertou interesse para iniciar e ir até o final da leitura. Os tópicos seguiram uma sequência lógica, foram se complementando os assuntos e, ao final, o produto foi um ebook de excelente qualidade ficando nítido o envolvimento e o trabalho empenhado para a elaboração do material.</i>
<i>Está claro, inicialmente, traz uma relação de pertencimento do pesquisador com o tema, fato que é suma importância para a boa condução do trabalho. Na sequência, conduz o leitor ao uma análise de aspectos macro (legislações, conceitos gerais, origem do Campus, etc.), adentrando posteriormente nas especificidades da pesquisa.</i>
<i>Acredito que o e-book apresenta o conteúdo de forma clara e bem organizada.</i>
<i>Achei adequado, não tendo outros pontos a sugerir.</i>
<i>Acho que o texto está muito bem escrito, com excelentes reflexões sobre a importância da Educação de Jovens e Adultos e bem construído estruturalmente (começando com aspectos gerais e direcionando o leitor para o particular (os egressos), que é foco principal do texto). Muito bom! Parabéns por dar voz aos estudantes da modalidade EJA.</i>
<i>Gostei muito da forma como foi organizado, muito didático e de fácil compreensão ao leitor.</i>
<i>Considerarei que a estrutura está muito boa, abrangendo todos os tópicos necessários desde a Rede Federal até o curso estudado. Destaco a relevância de ter sido abordado a trajetória do pesquisador e da instituição, anterior ao IFFar.</i>
<i>Ficou muito bem organizado.</i>

Fonte: o autor.

Consideramos de suma importância o processo de validação, pois algumas sugestões que surgiram através das questões 3 e 4 serviram para ajustes (cores, escrita, organização). Certamente ao passar pelo olhar de nossos educadores, o trabalho melhorou e ganhou proporções ainda maiores.

Como pontos favoráveis, apontamos no quadro 17, abaixo, algumas respostas referentes à questão 4 “*Em relação à organização visual do ebook, o que achou? Teria alguma sugestão?*”

Quadro 17 – Organização visual?

Bem, é como diz aquele ditado: "a primeira impressão é a que fica". E com essa fala inicial quero dizer que a "roupagem", ou seja, a forma como você se apresenta (roupa) ou como apresenta um "produto", no caso um Produto Educacional, faz toda a diferença para chamar a atenção e manter o interesse para a leitura do mesmo. Achei que o ebook está bem apresentado, no formato, na distribuição das informações, assim como dos quadros e gráficos.

A organização está de agrado conforme deve ser feito em qualquer EBOOK.

As cores e as divisões das páginas são harmônicas. Acredito que o contraste das cores funciona.

Sem sugestões, gostei muito do colorido e da distribuição da temática.

Ótima apresentação visual, parabéns!

Fonte: o autor

Perante os resultados alcançados, entende-se que o Produto Educacional, através deste ebook, poderá ser um instrumento para transmitir/divulgar à comunidade acadêmica (profissionais da educação e alunos) os resultados apresentados pelo **PROEJA em Comércio do IFFar - Campus Júlio de Castilhos**, quanto as mudanças de vida que o curso promoveu; e valorizar a instituição e a rede EPT, na busca de maior visibilidade e incentivo para a adesão e continuidade do referido programa. Podemos, através deste, dar luz a grande importância deste programa educacional que tem a missão de incluir, emancipar e resgatar a autoestima e a autonomia das pessoas; assim, promovendo a cidadania e a melhoria da qualidade de vida.

Conhecer os limites reais da educação formal na sociedade ajudou-me a redirecionar meu trabalho. Sobre esses limites, poderia dizer concretamente que, quando estou [...] discutindo algum aspecto da realidade para tentar desvendá-la, até mesmo quando estou discutindo o próprio processo de educação, não estou pensando que, quando me despeço terei novos revolucionários! Não, não. Mas, o que poderemos ter, ao fim, é um aumento da curiosidade das pessoas. Talvez os tenhamos estimulado a se tornarem mais conscientes das contradições da sociedade. Alguns deles talvez comecem a se perguntar com quem estão, politicamente, e contra quem estão. Talvez, uns poucos fiquem mais firmemente engajados no processo de transformação. Isto é o que eu posso fazer, enquanto professor, porque isto é o que a educação pode fazer, no nível de nossa ação nas escolas e nas faculdades (SHOR E FREIRE, p. 82).

REFERÊNCIAS

ANDRIGHETTO, M. J. Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica: movimentos e dialeticidade do trabalho pedagógico. CTISM/UFMS: **Dissertação** – 2019. 123 p.; 30 cm.

AMORIM, R. F. A formação do trabalhador no PROEJA: Entre os laços e embaraços do discurso oficial e os diálogos PROEJA no IFG. UFG: **Dissertação** - 2016. 215 f.:il..

ARROYO, M. G. **Da escola carente à escola possível**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

_____. Formar Educadoras e Educadores de Jovens e Adultos. In.: SOARES, L. (Org). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica/Secad-MEC/Unesco, 2006.

_____. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. **Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília (DF): Diário Oficial da União; n. 248 de 23 dez 96.

_____. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 5.478/2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos –PROEJA. Brasília.

_____. **Decreto nº 5.840/2006**. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Congresso Nacional.

_____. Secretaria da educação. **PROEJA**: programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos. Documento Base – Formação inicial e continuada / ensino fundamental. Brasília: SETEC/MEC, 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **PROEJA**: Documento Base da Educação Profissional Técnica de nível médio / ensino médio. Brasília, 2007b.

_____. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília.

_____. **Decreto Nº 8.268, de 18 de junho de 2014**. Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Reforma do Ensino Médio. Brasília/DF.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. MEC.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021.** Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância.

BRITO, M. P. O programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos no Instituto Federal do Amapá: perfis e expectativas de estudantes. UNIFAP: **Dissertação** - 2019. 167 f.

BRITO, R. G. Entre o prescrito e o vivido : o PROEJA no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Goiás-Campus de Formosa (2010- 2015). UFU: **Dissertação** - 2017. 141 f. : il.

CABRAL, João Francisco Pereira. **Capital, Trabalho e Alienação, segundo Karl Marx; Brasil Escola.** 2015. Disponível em: <<https://brasilestudo.uol.com.br/filosofia/capital-trabalho-alienacao-segundo-karl-marx.htm>>. Acesso em 28 de agosto de 2020.

CIAVATTA, M. **A Formação integrada:** A escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In FRIGOTTO G, CIAVATTA M. & RAMOS M. (Orgs.) *Ensino médio integrado: Concepções e contradições* (pp.83-105). São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, M. **Educação básica e educação profissional** – descompassos e sintonia necessária (p. 67). In OLIVEIRA E.C., PINTO A.H. & FERREIRA M.J. (org.) *EJA e educação profissional: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA.* 2012. Brasília: Liber Livro.

COSTA, M. A. **PROEJA:** limites e possibilidades de implementação no campo escolar. 2010. Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/terca_tema6/TerxaTema6Artigo15.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2019.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa Qualitativa:** Reflexões sobre o trabalho de campo. 2002.

FAZENDA, I., TAVARES, D. E., GODOY, H. **Interdisciplinaridade na Pesquisa Científica.** Campinas: Papyrus, 2015.

FLORES, T. M. D. Política Pública PROEJA no IFBA *Campus* Santo Amaro (BA): (Des)caminhos, Contradições e Consequências. **Dissertação** - 2016. UFS.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G. **Trabalho, Conhecimento, Consciência e a Educação do Trabalhador:** Impasses Teóricos e Práticos. In GOMEZ C. M. Trabalho e Conhecimento: Dilemas na Educação do Trabalhador (p.8). São Paulo: Cortez, 1989.

FRIGOTTO, G. **Concepções e mudanças no mundo de trabalho e o ensino médio** (p. 57-82). In FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M., RAMOS M. (orgs). *Ensino Médio Integrado: concepções e contradições.* São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M., RAMOS M. (orgs). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M., RAMOS M. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores – excertos**. 2005 b. Disponível em: <https://www.academia.edu/23950615/O_TRABALHO_COMO_PRINC%C3%8DPIO_EDUCATIVO_NO_PROJETO_DE_EDUCA%C3%87%C3%83O_INTEGRAL_DE_TRABALHADORES-Excertos>. Acesso em: 11 ago. 2021.

FURLAN, F. M. Educação profissional integrada à educação de jovens e adultos: uma análise sobre o PROEJA no Instituto Federal Farroupilha. UNISC: **Dissertação** – 2016. 138 f. : il. ; 30 cm.

GADOTTI, M., ROMÃO, J. E. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2008.

GADOTTI, M. **Trabalho e Educação numa perspectiva emancipatória**. In: Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica – Democratização, emancipação e sustentabilidade. Florianópolis, 2012.

GELSLEICHTER, M. As trajetórias profissionais dos egressos do PROEJA: o IFSC Campus Florianópolis - Continente em análise. UDESC: **Dissertação** - 2017. 186 p. il. ; 29 cm.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIUSTA, A. S. **Concepções de Aprendizagem e Práticas Pedagógicas**. Educação em Revista | Belo Horizonte | v. 29 | n. 01 | p. 17-36| mar. 2013.

GONÇALVES, L. D., SILVA, S. G. Trabalho e Educação: Debates em torno do Princípio Educativo e das Políticas Educacionais para o Ensino Médio de Jovens e Adultos. **Trabalho necessário** - v.17, nº 34, set-dez (2019) - ISSN: 1808-799 X.

IFFAR 10 ANOS: ensaios dessa trajetória / organização Cadiani Lanes Garcez ... [et al.]. – Santa Maria/RS : IFFar – Instituto Federal Farroupilha, 2018. 186 p. : il. ; 23 cm. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/a-institui%C3%A7%C3%A3o>>.

IFFAR. **Plano de Desenvolvimento Institucional** – PDI 2019-2026. 2019. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-do-pdi/item/13876-pdi-2019-2026>>.

IFFAR. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Comércio Integrado EJA/EPT (PROEJA)**. Instituto Federal Farroupilha *Campus* Júlio de Castilhos. 2020. Projeto Pedagógico do Curso reformulado pela Resolução Ad Referendum N.º 16, de 20 de abril de 2011 e Resolução CONSUP nº 119, de 28 de novembro de 2014. Ajuste curricular e PPC aprovado pela Resolução CONSUP nº 99 de 11 de dezembro de 2019.

KUENZER, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J.C; SAVIANI, D; SANFELICE, J. L. (Orgs). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. 1ª ed. Campinas: Autores Associados, 2002, v. 1, p. 77-96.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio e profissional**: as políticas do Estado Neoliberal. São Paulo: Cortez, 2007.

LEITE, Gisele. **Alienação faz o homem regredir à sua condição primitiva**. Consultor Jurídico, fev. 2002. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2002-fev-23/alienacao_faz_homem_regredir_condicao_primitiva>. Acesso em: 28 de agosto de 2020.

LIMA, A. M. M. C. Percepções de estudantes da educação de jovens e adultos sobre o processo de formação no Instituto Federal Do Pará. UFRRJ: **Dissertação** - 2017. 58f.

MACHADO, M. M. **A educação de jovens e adultos no Brasil Pós-Lei nº 9.394/96: A Possibilidade de Constituir-se como Política Pública**. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2240>. Acesso em: 01 de Nov. 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARASCHIN, M. S. **Trabalho Pedagógico na Educação Profissional**: o Proeja entre disputas, políticas e experiências. 1 ed. – Curitiba: Appris, 2019. 319 p.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. (Tradução de Alex Marins). São Paulo: Martin Claret, 2003.

MENEZES, P. **Alienação na Sociologia e Filosofia**. 2019. Disponível em <<https://www.todamateria.com.br/alienacao-na-sociologia-e-filosofia/>>. Acesso em: 28 de agosto de 2020.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 31ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MORAES, R., GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva: Processo Reconstutivo de Múltiplas Faces**. Ciência e Educação, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2007, 224 p.

MOURA, D. H. **Educação básica e educação profissional e tecnológica**: dualidade histórica e perspectiva de integração. Holos, Natal, v.2, p.1-27, 2007. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

NOGUEIRA, M. A. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. São Paulo: Cortez, 1993.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais**: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. / Eliezer Pacheco. – Natal : IFRN, 2015. 67 p.

PAIVA, J. **Desafios da formação de educadores na perspectiva da integração da educação profissional e EJA** (p.45). In: OLIVEIRA, E. C.; PINTO, A. H., FERREIRA, M.J.R. (org.). EJA e educação profissional: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA. Brasília: Líber Livro.

PEDRUZZI, A. N., SCHMIDT, E. B., GALIAZZI M. C., SCHMIDT, E. B. **Análise textual discursiva: Os movimentos da metodologia de pesquisa**. In: Atos de Pesquisa em Educação. Blumenau, v. 10, n.2, p.584-604, mai./ago. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2015v10n2p584-604> . Acesso em: 14 nov. 2019.

PEREIRA, D. C. Processos de formação profissional : um estudo com os egressos do Curso Técnico de Alimentação Escolar/PROEJA – Centro Integrado de Educação do Baixo Tocantins-Cametá-PA. UFPA: **Dissertação** - 2019. 124 f.

PINTO, E. W. F. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA): uma avaliação de impactos nas condições de trabalho e renda dos egressos no município de Açailândia – MA. UFMA: **Dissertação** (256 f.), 2016.

RAMOS, M. N. **Concepção do Ensino médio integrado**. 2008. Disponível em: <<https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, Campinas, v.12, n.32, p. 52-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

SHOR, I.; FREIRE, P. **Medo e Ousadia** – O Cotidiano do Professor. Tradução de Adriana Lopez; revisão técnica de Lólio Lourenço de Oliveira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, S. G. **Trabalho e Educação: Em Busca do Princípio Educativo para o Ensino Médio de Jovens e Adultos**. 2019 – UFPel. Disponível em: <https://www.academia.edu/35456685/TRABALHO_E_EDUCA%C3%87%C3%83O_EM_BUSCA_DO_PRINCIPIO_EDUCATIVO_PARA_O_ENSINO_M%C3%89DIO_DE_JOVENS_E_ADULTOS_1?email_work_card=title>. Acesso em: 11 ago. 2021.

SNYDERS, G. **Escola, classe e luta de classe**. São Paulo: Centauro, 2005.

TAMANHO, V. B. O PROEJA no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – *Campus* Sertão – Conquistas, Tensões e Desafios. UPF: **Dissertação** – 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo : Atlas, 1987.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma construção Possível**. Campinas, SP: Papirus - 24ª edição, 2008.

VIEIRA, A. J. H. **Humberto Maturana e o espaço relacional da construção do conhecimento.** Disponível em: <http://educadoresemluta.blogspot.com/2009/11/humberto-maturana-e-o-espaco-relacional_10.html?m=1>. Acesso em: 03 nov. 2019.

APÊNDICE A

Questionário sobre os Egressos do PROEJA em Comércio:

Prezado (a) Egresso: Você está participando da pesquisa intitulada “PROEJA EM COMÉRCIO DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA – CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS: DESAFIOS E POTENCIALIDADES”, com o objetivo geral de analisar a trajetória profissional e as mudanças de vida que o curso Técnico em Comércio integrado ao nível médio na modalidade PROEJA promoveu aos egressos. Trata-se de um estudo de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – ProfEPT, sob orientação da Professora Doutora Catiane Mazocco Paniz. Colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos e antecipadamente agradecemos a sua colaboração. Atenciosamente, Cassio Sasse dos Santos – Mestrando.

Contatos: Fone (55) 99xxxxxx e e-mail: cassio.santos@iffarroupilha.edu.br

LEIA ABAIXO PARA RESPONDER:

Objetivo Geral do PROEJA em Comércio (PPC do curso): Proporcionar aos jovens e adultos excluídos do processo educacional, a oportunidade de concluírem o Ensino Médio integrado a uma formação profissional, permitindo que construam seus próprios caminhos de inserção profissional assumindo uma ação socioambiental e de responsabilidade na busca da qualificação e o exercício da cidadania transformadora.

Objetivos Específicos (PPC do curso): - Participar de um ambiente que promova o coletivo, que aponte para a resolução de problemas, para o desenvolvimento da aprendizagem e das ferramentas que possibilite a reflexão permanente sobre a prática de forma interdisciplinar e contextualizada; - Vivenciar a oportunidade de articular as experiências da vida com os saberes escolares e profissionais, ampliando sua inserção no mundo do trabalho; - Obter ferramentas que permitam a possibilidade de identificar caminhos para a vida, com perspectiva de educação continuada visando à inclusão social; - Atuar na área do comércio com base em princípios éticos e de maneira sustentável colaborando para o desenvolvimento regional.

Considerando os objetivos do curso e sua trajetória, marque com “X” todas as alternativas correspondentes. Caso julgue necessário, marque mais de uma alternativa por questão. Responda com suas palavras as questões solicitadas (caso necessário, utilize o verso):

1. Idade

- () Entre 18 a 21 anos
- () Entre 22 a 30 anos
- () Entre 31 a 40 anos
- () Entre 41 a 50 anos
- () Mais de 50 anos

2. Qual o Gênero que você se identifica?

- () Feminino
- () Masculino
- () Outro

3. Estado Civil:

- Solteiro (a)
- União Estável
- Casado (a)
- Separado (a)
- Viúvo (a)
- Outro

4. Tem filhos? Quantos? _____

5. Em que cidade você reside?

- Júlio de Castilhos
- Tupanciretã
- Outra: Qual? _____

6. Você trabalha?

- Sim, com carteira assinada.
- Sim, sem carteira assinada.
- Sim, autônomo.
- Sim, empresário/microempresário
- Não

Se sim, qual a ocupação atual? _____

7. Onde você concluiu o ensino fundamental?

- Ensino Público
- Ensino Particular

8. Como você concluiu o ensino fundamental?

- No ensino regular.
- Na EJA/Supletivo.

9. Possui curso superior?

- Sim
- Não
- Em andamento
- Incompleto
- Pretende fazer

10. Atualmente qual sua relação com os estudos e o mundo do trabalho?

- Estuda e trabalha regularmente
- Estuda, e trabalha esporadicamente
- Só estuda. Quanto tempo sem trabalho? _____
- Só trabalha
- Não trabalha e não estuda. Quanto tempo sem trabalho? _____
- Outra. Cite _____

11. Qual/quais motivos que levaram você desistir de frequentar a escola no tempo regular?

- Falta de interesse na escola
- Falta de incentivo familiar
- Dificuldade de aprendizagem/reprovação
- Devido o trabalho
- Namoro/casamento/filhos
- Relacionamento com colegas e professores
- Outros. Cite: _____

12. Ano de ingresso no PROEJA em comércio?

- 1ª turma (2010)
- 2ª turma (2011)
- 3ª turma (2012)
- 4ª turma (2013)
- 5ª turma (2014)
- 6ª turma (2015)
- 7ª turma (2016)
- 8ª turma (2017)

**13. Quais foram suas expectativas ao ingressar no curso técnico em Comércio do PROEJA no IFFar –
Campus Júlio de Castilhos?**

- Concluir o ensino médio profissionalizante, somente.
- Recolocação no mercado de trabalho.
- Ser promovido no emprego atual.
- Obter um aumento na remuneração.
- Oportunidade de trabalho na área.
- Autonomia/Capacitação para enfrentar as adversidades que o mundo impõe.
- Romper com a condição de subordinação (emancipação/libertação).
- Reconhecimento social.
- Elevar a autoestima/satisfação/realização pessoal.
- Ocupar-se/encontrar um sentido para a vida.
- Concluir para ingressar no ensino superior.

() Outra. Qual? _____

14. Quais os motivos que levou em conta ao escolher o IFFar – Campus Júlio de Castilhos?

- () Ensino público gratuito.
- () Pela sua qualidade de ensino.
- () Instituição de Referência em Cursos Técnicos.
- () Imagem do IFFar na comunidade.
- () Pela sua localização.
- () Outra: Qual ? _____

15. Quais os espaços de diálogos existentes no IFFar – Campus Júlio de Castilhos que você encontrou para dialogar sobre suas questões, projeto de vida, interesses e dificuldades em relação ao curso?

- () Direção geral.
- () Coordenação do curso.
- () Assistência Estudantil (assistentes e profissionais da saúde)
- () Professores.
- () Amigos mais próximos.
- () Em sala de aula.
- () Equipe pedagógica (funcionários).
- () Representação estudantil.
- () Eventos e seminários.
- () Não encontrou espaço.
- () Desnecessário.
- () Outra. Qual? _____

16. Ao concluir o curso no IFFar – Campus Júlio de Castilhos?

- () Recolocou-se no mercado de trabalho.
- () Foi promovido no emprego atual.
- () Obteve um aumento na remuneração.
- () Conseguiu oportunidade de trabalho na área.
- () Autonomia/Sentiu-se mais criativo frente às adversidades que o mundo impõe.
- () Rompeu com a condição de subordinação (emancipação/libertação).
- () Nada mudou economicamente.
- () A situação piorou economicamente.
- () Sentiu-se reconhecido socialmente.
- () Melhorou a autoestima/satisfação/realização pessoal.
- () Adquiriu melhor leitura de mundo e senso crítico/ético.
- () Ingressou no ensino superior.
- () Outra. Qual? _____

17. Participa de alguma instituição social/coletiva (igreja, clube, agremiação do bairro ou outra)? Qual o nível de participação? Ajuda a tomar decisões? Essa participação iniciou-se após, ou antes, do curso?

Comente:

18. Como a política influencia sua vida? Você se considera participante da política ou da democracia? De que forma? Comente:

19. Como se sentiu quando concluiu o curso? E, referente ao mundo do trabalho e a vida, com se deparou com a nova realidade (dificuldades/superações/satisfações)? Com quais experiências se deparou (“o que fez da vida?”)?

20. Qual sua opinião a respeito do curso Técnico em Comércio e do IFFar - *Campus* Júlio de Castilhos? Nas linhas abaixo você poderá manifestar sua opinião sobre o curso, sobre o IFFar e sobre possíveis mudanças no seu cotidiano (angústias, sentimentos, vida, trabalho, família, transformação social, democracia, cidadania, ética, subordinação/libertação, dificuldades, frustrações, desafios, motivações, superações, atuação na comunidade, etc) após a conclusão do curso, que não foram elencadas neste questionário:

APÊNDICE B

Entrevista:

1 - Qual é sua naturalidade/origem? Onde e com quem mora? O que faz no seu dia a dia?

2 – Fale sobre sua história/trajetória de vida com exemplos (família, trabalho, sociedade, vitórias, traumas/angústias, subordinações/libertação, dificuldades/barreiras, frustrações, sentimentos, desafios, motivações, superações, atuação na comunidade):

3 – Fale sobre sua trajetória escolar antes do ingresso no PROEJA em Comércio, de suas características como aluno, procurando lembrar de suas escolas e seu cotidiano educacional, seus sentimentos (alegres e tristes), suas vitórias, seus traumas, subordinações/libertação, frustrações, dificuldades/barreiras, desafios, superações, motivação ou desinteresse, ou falta de incentivo:

4 – Tem alguma experiência marcante na sua trajetória/percurso que possa ter influenciado nas suas escolhas de vida (família/estudos/trabalho/traumas/barreiras/vida)?

5 - O que levou você a realizar o curso da PROEJA em Comércio?

6 – Para participar do curso, como você fez para conciliar os estudos com o trabalho, família e a vida social? Teve incentivo?

7 – Qual(is) foram sua(s) vivência(s) e características como estudante do PROEJA na instituição? Seu ingresso, sua relação com os colegas e professores, suas preocupações, dificuldades e superações? Teve alguma experiência marcante?

8 – Vocês se reconheceram/perceberam inseridos como parte do processo no decorrer do curso? Pontos fortes e pontos fracos do curso e do IFFAR?

9 – Na sua turma teve desistência de colegas? Quais os motivos?

10 – O curso e o IFFar estimularam o crescimento pessoal e atenderam suas expectativas (autonomia, emancipação/libertação, senso crítico, ética, cidadania, satisfação, autoestima, realização pessoal, reconhecimento social, trabalho, progresso econômico, cultural, enfim, sobre a vida)? Comente:

11 - Como se sentiram quando concluíram o curso? E, referente ao mundo do trabalho e a vida, com se depararam com a nova realidade (dificuldades/superações/satisfações)? Quais experiências se depararam?

12 – Frente às adversidades que o mundo impõe, o curso contribuiu para sua emancipação e para o domínio da realidade gerando melhores condições para compreender e atuar no meio em que vive? Comente:

13 – Referente à participação nos processos sociais e políticos, você está ciente de sua existência perante a sociedade e à democracia enquanto sujeito? Tem alguma participação (instituições, comunidade, bairro, política, etc)? Atua como cidadão autônomo, ético e com senso crítico? O curso auxiliou neste processo?

14 – Na sua opinião, o curso promove a transformação social e a cidadania? Qual a importância para a sociedade?

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de uma entrevista que servirá como subsídio para pesquisa vinculada ao curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT - IFFar Campus Jaguari - RS, intitulada: “PROEJA EM COMÉRCIO DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA – CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS: DESAFIOS E POTENCIALIDADES”, tendo como objetivo geral analisar a trajetória profissional e as mudanças de vida que o curso Técnico em Comércio integrado ao nível médio na modalidade PROEJA, do IFFar - Campus Júlio de Castilhos, promoveu aos egressos. Serão previamente marcados a data e horário para realização da entrevista. A participação é de natureza voluntária/não obrigatória e em momento algum servirá para identificação ou julgamento das opiniões.

O(a) Senhor(a) não terá despesas e nem será remunerado pela participação na pesquisa. Se porventura ocorrer algum gasto quanto a deslocamento ou de outra ordem, disponibilizo-me a ressarcir-lo mediante contato prévio e apresentação dos respectivos comprovantes. No que tange aos ressarcimentos frente a danos que a pesquisa possa vir a causar entendemos que, uma vez que seguiremos todos os preceitos éticos descritos nesta investigação, os mesmos poderão não ocorrer. Caso ainda assim, algo vier a acontecer, todo e qualquer dano será ressarcido conforme legislação vigente.

Considera-se que toda a pesquisa que envolva seres humanos está sujeita a algum risco, sendo ele imediato ou tardio, no entanto os riscos destes procedimentos serão mínimos por envolver somente informações referentes a dados da trajetória profissional e as mudanças de vida que o curso Técnico em Comércio integrado ao nível médio na modalidade PROEJA, do IFFar - Campus Júlio de Castilhos, promoveu aos egressos. Não se pretende, dessa forma, causar danos morais ou riscos à sua saúde física, mental ou social.

A sua identidade será preservada, pois cada indivíduo será identificado por um número ou letra.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão em colaborar e contribuir para atingirmos os objetivos desta pesquisa, no sentido de reconhecer se o curso contribuiu ou não na vida profissional e pessoal dos egressos, identificando os desafios enfrentados ao concluírem o curso e ingressarem no mundo do trabalho; e por fim, identificar se os objetivos do PROEJA vem sendo atingidos pela instituição e auxiliar na reflexão de possíveis processos de repensar as ações desenvolvidas.

Em relação aos riscos, caso sinta algum constrangimento, cansaço ou desconforto em responder alguma questão, o(a) senhor(a) será, por mim, acompanhado e encaminhado para a nossa rede de profissionais do campus que conta com: psicóloga, assistente social, médico, enfermeira, pedagogas, técnicos em assuntos educacionais, assistentes de alunos, entre outros que poderão auxiliá-lo.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadores Cassio Sasse dos Santos - estudante do mestrado - IFFar Campus Jaguari - RS e a professora orientadora responsável Dra. Catiane Mazocco Paniz.

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento e não sofrerá nenhum dano.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não identificação do seu nome. Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

NOME DO PESQUISADOR PARA CONTATO: CASSIO SASSE DOS SANTOS
NÚMERO DO TELEFONE: (55)991899512
ENDEREÇO: RUA SEVERINHO CORREA DE BARROS, 59 – JÚLIO DE CASTILHOS/RS
ASSINATURA DO PESQUISADOR

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha
Alameda Santiago do Chile, 195 – Bairro Nossa Senhora das Dores – CEP: 97050 – 685
Santa Maria, Rio Grande do Sul–Fone/Fax: (55)32189850
E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br
CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - SEPN 510, Norte, Bloco A, 3º andar, Ed.
Ex-INAN, Unidade II – Brasília – DF- CEP: 70750-521 - Fone: (61)3315-5878/ 5879 – e-mail:
conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso

Assinatura _____ Local: _____ Data: _____
____/____/____ .

APÊNDICE D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de um questionário que servirá como subsídio para pesquisa vinculada ao curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT - IFFar Campus Jaguari - RS, intitulada: “PROEJA EM COMÉRCIO DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA – CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS: DESAFIOS E POTENCIALIDADES”, tendo como objetivo geral analisar a trajetória profissional e as mudanças de vida que o curso Técnico em Comércio integrado ao nível médio na modalidade PROEJA, do IFFar - Campus Júlio de Castilhos, promoveu aos egressos. Serão previamente marcados a data e horário para realização do questionário. A participação é de natureza voluntária/não obrigatória e em momento algum servirá para identificação ou julgamento das opiniões.

O(a) Senhor(a) não terá despesas e nem será remunerado pela participação na pesquisa. Se porventura ocorrer algum gasto quanto a deslocamento ou de outra ordem, disponibilizo-me a ressarcir-lo mediante contato prévio e apresentação dos respectivos comprovantes. No que tange aos ressarcimentos frente a danos que a pesquisa possa vir a causar entendemos que, uma vez que seguiremos todos os preceitos éticos descritos nesta investigação, os mesmos poderão não ocorrer. Caso ainda assim, algo vier a acontecer, todo e qualquer dano será ressarcido conforme legislação vigente.

Considera-se que toda a pesquisa que envolva seres humanos está sujeita a algum risco, sendo ele imediato ou tardio, no entanto os riscos destes procedimentos serão mínimos por envolver somente informações referentes a dados da trajetória profissional e as mudanças de vida que o curso Técnico em Comércio integrado ao nível médio na modalidade PROEJA, do IFFar - Campus Júlio de Castilhos, promoveu aos egressos. Não se pretende, dessa forma, causar danos morais ou riscos à sua saúde física, mental ou social.

A sua identidade será preservada, pois cada indivíduo será identificado por um número ou letra.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão em colaborar e contribuir para atingirmos os objetivos desta pesquisa, no sentido de reconhecer se o curso contribuiu ou não na vida profissional e pessoal dos egressos, identificando os desafios enfrentados ao concluírem o curso e ingressarem no mundo do trabalho; e por fim, identificar se os objetivos do PROEJA vem sendo atingidos pela instituição e auxiliar na reflexão de possíveis processos de repensar as ações desenvolvidas.

Em relação aos riscos, caso sinta algum constrangimento, cansaço ou desconforto em responder alguma questão, o(a) senhor(a) será, por mim, acompanhado e encaminhado para a nossa rede de profissionais do campus que conta com: psicóloga, assistente social, médico, enfermeira, pedagogas, técnicos em assuntos educacionais, assistentes de alunos, entre outros que poderão auxiliá-lo.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadores Cassio Sasse dos Santos - estudante do mestrado - IFFar Campus Jaguari - RS e a professora orientadora responsável Dra. Catiane Mazocco Paniz.

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento e não sofrerá nenhum dano.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não identificação do seu nome. Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

NOME DO PESQUISADOR PARA CONTATO: CASSIO SASSE DOS SANTOS

NÚMERO DO TELEFONE: (55)991899512

ENDEREÇO: RUA SEVERINHO CORREA DE BARROS, 59 – JÚLIO DE
CASTILHOS/RS.

ASSINATURA DO PESQUISADOR

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha

Alameda Santiago do Chile, 195 – Bairro Nossa Senhora das Dores – CEP: 97050 – 685

Santa Maria, Rio Grande do Sul–Fone/Fax: (55)32189850.

e-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - SEPN 510, Norte, Bloco A, 3º andar, Ed.

Ex-INAN, Unidade II – Brasília – DF- CEP: 70750-521 - Fone: (61)3315-5878/ 5879 – e-mail:

conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso

Assinatura _____ Local: _____ Data:

____/____/____ .

APÊNDICE E

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PROEJA EM COMÉRCIO DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Pesquisador: CASSIO SASSE DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 34913220.7.0000.5574

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.186.214

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa vinculada ao curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) - IFFar Campus Jaguari - RS.

Com atenção aos sentidos da formação profissional do curso Técnico em Comércio integrado ao nível médio na modalidade PROEJA do IFFar e a vida dos alunos egressos, buscando conhecer a realidade que os envolve, suas dificuldades e angústias, suas trajetórias e histórias de vida, suas conquistas e frustrações, motivações e expectativas futuras para sua vida.

Tendo como problemas da pesquisa: como estão as condições de vida dos egressos do curso em questão? Suas expectativas foram alcançadas?

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral - analisar a trajetória profissional e as mudanças de vida que o curso Técnico em Comércio integrado ao nível médio na modalidade PROEJA, do IFFar - Campus Júlio de Castilhos, promoveu aos egressos.

Objetivos Específicos:

- a. Reconhecer se o curso contribuiu ou não na vida profissional e pessoal dos egressos;
- b. Identificar os desafios enfrentados pelos egressos ao concluírem o curso e ingressarem no mundo do trabalho;
- c. Identificar se os objetivos do PROEJA vem sendo atingidos pela instituição e auxiliar na reflexão

Endereço: Rua Esmeralda, 355

Bairro: CAMOBI

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3217-0352

CEP: 97.110-767

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

Continuação do Parecer: 4.186.214

de

possíveis processos de repensar as ações desenvolvidas;

d. Elaborar, um produto educacional que proporcionará auxiliar no trabalho desenvolvido no PROEJA Técnico em Comércio.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa com importância institucional que busca o aperfeiçoamento do curso em sua contribuição aos indivíduos e a sociedade.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

De acordo.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Cep acata o parecer do colegiado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1581642.pdf	23/07/2020 16:06:46		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ENTREVISTA.docx	23/07/2020 16:06:13	CASSIO SASSE DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_QUESTIONARIO.docx	23/07/2020 16:05:58	CASSIO SASSE DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_PROFEPT_CASSIO_CATIA_NE.pdf	23/06/2020 15:49:41	CASSIO SASSE DOS SANTOS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	23/06/2020	CASSIO SASSE	Aceito

Endereço: Rua Esmeralda, 355

Bairro: CAMOBI

CEP: 97.110-767

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3217-0352

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br